

**A defesa do governo de quem mais sabe
(uma alternativa para melhoria a democracia)**

QUINTINO NA N'DUK

Dissertação de Mestrado em Filosofia Política

Maio de 2018

RESUMO

Com esta tese, pretende-se analisar a democracia representativa com sufrágio universal, desde o seu aparecimento no século XIX. O objetivo principal do trabalho consiste em analisar o princípio do sufrágio universal de uma forma realista à luz dos «três modelos sucessivos de democracia liberal, dos quais se pode dizer tenham prevalecido alternadamente desde inícios do século XIX até o presente»¹. Consequentemente, pretende-se explorar a função que estes modelos atribuem à participação política dos cidadãos na democracia liberal, bem como algumas das críticas ao princípio do sufrágio universal que foram apresentadas por vários teóricos liberais. Face às razões contraditórias que foram apresentadas por eles para justificar a limitação do sufrágio universal, tornou-se imperioso dizer que, no contexto atual da democracia representativa é possível defender sufrágio limitado recorrendo aos estudos empíricos sobre o comportamento dos votantes. Neste sentido, esta tese tem como fim a defesa do sistema epistocrático no qual o governo é eleito pelos eleitores mais informados sobre os fatos políticos à luz do princípio da competência política individual.

Palavras-Chave: filosofia política, democracia representativa, sufrágio universal, epistocracia, sufrágio universal com veto epistocrático.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze representative democracy with universal suffrage, since it's emergence in the 19th Century. The prime objective of the work is to realistically analyze the principal of universal suffrage in light of the “three successive models of liberal democracy, which have prevailed alternately since the beginning of the 19th century until present day” 1. Consequently, the thesis seeks to explore the functionalities that these models attribute to political participation by citizens in liberal democracy, as well as some critiques on the principals of universal suffrage that have been presented by various liberal academics. Due to the contradictions they present to justify the limitation of universal suffrage, it becomes

¹ B. MACPHERSON, C. (1977). *A Democracia Liberal: Origens e Evolução*, Tradução de Nathanael C. Caixeiro, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978, p. 28.

imperative to defend in the context of representative democracy resorting to the empirical studies on voter behavior. With that in mind, the ultimate end of this thesis is the defense of the epistocratical system in which the government is elected by the most informed voters regarding political affairs, considering individual political competence.

Keywords: Politic Philosophy, Representative Democracy, Universal Suffrage, Epistocracy, Universal Suffrage with epistocratic veto.

INDÍCE

RESUMO	1
INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO I.....	6
A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA	6
1. Enquadramento histórico e teórico	10
1.1. Os votantes democráticos.....	15
1.2. A participação política e conhecimento	19
1.3. A quem é que a participação política dá poder?	23
1.4. Sufrágio universal e seus críticos.....	27
CAPÍTULO II	33
A EPISTOCRACIA	33
2. Enquadramento histórico e teórico	35
2.1. Um governo competente.....	39
2.2. A democracia é competente?.....	45
2.3. O governo daqueles que sabem mais	51
2.4. A consequência da participação política em democracia.....	58
CONCLUSÃO	62
BIBLIOGRAFIA.....	65

INTRODUÇÃO

A defesa do governo de quem mais sabe é o tema escolhido para este trabalho porque abarca um conjunto de características que fazem dele um tema extremamente atual face à *ascensão dos populismos* a que temos vindo assistir nas democracias contemporâneas. Assim, torna-se pertinente perguntar: quem deve ser autorizado a votar? Ou quem é que deve ocupar-se da política? Estas são as nossas perguntas fundamentais para este trabalho.

Dentro das várias teorias filosóficas e políticas que estudámos, a que mais tem chamado a nossa atenção é a teoria da «democracia de equilíbrio»², uma teoria realista da democracia representativa. Analisaremos de uma forma realista a democracia representativa com sufrágio universal desde o seu aparecimento no século XIX sem, no entanto, esquecermos o princípio de «*um homem, um voto*».

O trabalho está dividido em dois capítulos, a saber: *a Democracia Representativa e a Epistocracia*. Cada capítulo engloba cinco sub-capítulos.

No primeiro capítulo, debruçar-nos-emos sobre a diferença entre a democracia direta e a democracia representativa, conforme é identificada por diversos autores, não esquecendo, é claro, a evolução e o percurso histórico deste regime no mundo ocidental. Ainda, analisaremos as temáticas abordadas pelos três modelos de democracia liberal, a saber: democracia protetora, democracia desenvolvimentista e democracia de equilíbrio³. De seguida, tentaremos mostrar a quem é que a participação política dá poder nas sociedades modernas e, por fim, analisaremos a defesa do sufrágio limitado feita pelos autores clássicos da democracia liberal⁴ e averiguaremos se as razões apresentadas por estes autores são suficientes ou não para a defesa do sufrágio limitado.

No segundo e último capítulo, capítulo central do nosso trabalho, tentaremos identificar as linhas de pensamentos deixados para uma possível resposta resolutive, face às problemáticas levantadas pelos *três modelos de democracia liberal* que abordámos no primeiro capítulo. Aqui, todas as objeções que serão feitas à democracia serão contra o *sistema eletivo* democrático. Verificaremos se, no contexto atual da democracia representativa com sufrágio universal, a epistocracia, com qualquer uma das suas formas, como se encontra delineada por Jason Brennan na sua obra *Contra a Democracia*, não é o melhor *sistema*

² B. MACPHERSON, C. (1977). *A Democracia Liberal: Origens e Evolução*, Tradução de Nathanael C. Caixeiro, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978, p. 81.

³ Ibidem, p. 28.

⁴ Jeremias Bentham, James Mill e John Stuart Mill, Cf. Ibidem, B. MACPHERSON, C. (1977). *A Democracia Liberal: Origens e Evolução*, Tradução de Nathanael C. Caixeiro, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978, pp. 30-53.

eletivo para melhorar a democracia representativa. Como iremos ver, a epistocracia só será a *melhor alternativa*, quando se verificar *a posteriori* que funciona melhor do que a democracia com sufrágio universal. Veremos que nesta proposta, a escolha entre a democracia e a epistocracia não é procedimental, mas sim instrumental⁵.

Assim, começaremos por nos debruçar sobre a diferença entre a democracia representativa e a epistocracia, e veremos que do ponto de vista epistocrático defendido por Brennan, as razões que são invocadas nas democracias modernas para restringir o direito ao sufrágio universal são as vezes moralmente arbitrárias e injustas⁶. No presente trabalho, a restrição ao sufrágio basear-se-á no princípio da competência, não esquecendo, é claro, a evolução e o percurso histórico dos principais argumentos a favor deste princípio. Ainda, iremos mostrar que um governo competente é aquele em que o direito de voto e de chefia se baseia na competência individual. Em seguida, observaremos se a democracia com o sufrágio universal *é competente*. Em caso contrário, teremos então boas razões para preferir a epistocracia com sufrágio *não-igualitário* à democracia com *sufrágio igualitário* e, por fim, debruçar-nos-emos sobre algumas das consequências negativas que a participação política em democracia com sufrágio universal tende a gerar nos *votantes desinformados*.

Para o primeiro capítulo, a análise far-se-á sempre a partir dos diversos estudos filosóficos e políticos sobre a democracia representativa e, por fim, no segundo capítulo, a análise far-se-á sempre a partir do texto *Contra a Democracia*, numa tentativa de tentar demonstrar que a democracia representativa com sufrágio universal não garante a melhor escolha dos governantes, enquanto a epistocracia parece garantir essa escolha devido ao seu sistema eletivo.

Por fim, «se olharmos para os cidadãos que têm votado em candidatos e partidos políticos populistas, observamos que têm baixos níveis de informação. E, pelo contrário, verificamos que os cidadãos que têm muita informação conseguem prever algumas políticas dos populistas»⁷. Isso parece justificar o governo destes últimos.

⁵ BRENNAN, Jason. (2016). *Contra a Democracia*, 1ª edição, tradução de Elisabete Lucas, Gradiva, Lisboa, 2017, p. 31.

⁶ Cf. BRENNAN, Jason. *O Direito a um Eleitorado Competente*, Investigação Filosófica: vol. E4, Tradução de Alúzio Couto, 2016, p. 180.

⁷ BRENNAN, Jason. *Do mesmo modo que não queremos os bêbados a conduzir, também não queremos os ignorantes a votar*, Entrevistas Visão 1282, 08 de Outubro de 2017. Acedido a 14/02/2018. In <http://visao.sapo.pt/atualidade/entrevistas-visao/2017-10-08-Do-mesmo-modo-que-nao-queremos-os-bebados-a-conduzir-tambem-nao-queremos-os-ignorantes--a-votar>.

CAPÍTULO I

A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

Na sua etimologia, a «democracia significa o que a palavra designa literalmente: poder do *démos*, e não, como hoje, poder dos representantes do *démos*»⁸. Contudo, como diz Arend Lijphart, «quando, [...] se refere o conceito de democracia nacional no contexto das grandes nações-estados modernas [...], a democracia é geralmente representativa, ou seja, o governo exercido pelos representantes do povo livremente eleitos»⁹. Segundo Norberto Bobbio, isso quer significar que «as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte mas por pessoas eleitas para esta finalidade»¹⁰.

O próprio conceito de democracia não é unívoco, nem no campo académico nem no debate ideológico, nem na prática política, antes, devido à pluralidade de significados, se apresenta como um conceito polissémico¹¹. Entretanto, o que importa presentemente é a distinção notória que há «entre a chamada democracia direta, ao estilo da democracia tal como era praticada na Antiguidade, na cidade-estado de Atenas e noutras cidades-estado gregas, e a democracia representativa»¹² tal como é praticada nas *democracias liberais*. Na democracia direta da Antiguidade:

«os indivíduos que ocupavam os cargos executivos e jurisdicionais eram escolhidos por sorteio, não por eleição [...]. Tal modelo é impraticável em sociedades de grandes dimensão e

⁸ BOBBIO, Norberto. (1999). *Teoria Geral da Política: A Filosofia e as Lições dos Clássicos*, 10ª Tiragem, Tradução de Daniela Beccaccia Versiani, Elsevier Editora, Rio de Janeiro, 2000, p. 372. Como é sabido, «até os séculos XVIII e XIX, a democracia, [...] era definida como norma para os pobres, ignorantes e incompetentes». In B. MACPHERSON, C. (1977): pp. 16-17.

⁹ Cf. LIJPHART, Arend. (1984). *As Democracias Contemporâneas*, 1.ª edição, tradução de Alexandre Correia e Francisca Bagio, Gradiva, Lisboa, 1989, p. 13.

¹⁰ BOBBIO, Norberto. (1984). *O Futuro da Democracia*, Tradução de Marco Aurélio Nogueira, Editora Paz e Terra, São Paulo, 2004, p. 56.

¹¹ Cf. A.A.V.V., *O Futuro da Representação Política Democrática*, 1.ª edição, Editor: Assírio Bacelar, Lisboa, 2015, P. 15. Ver idem, ibidem, p. 16; Veja-se GRAÇA FEIJÓ, Rui. *Democracia: Linhagens & Configurações de um Conceito Impuro*, Edições Afrontamento, Porto, 2017, pp. 17-18; MARIA BELCHIOR, Ana. *Democracia e Representação Partidária: a elite parlamentar e os cidadãos*, 1.ª edição, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2010, p. 56.

¹² Ibidem, p. 16. Esta distinção é óbvia, porque as «cidades-estado gregas [...] eram unidades políticas de muito pequena dimensão e onde, adicionalmente, uma larga parte da população escravos e as mulheres (também os estrangeiros) estava excluída da cidadania, era possível aplicar um modelo de democracia direta». Idem.

complexidade, como são as sociedades modernas em que vivemos, e, por isso, o modelo adotado nas sociedades modernas é o da democracia liberal e representativa»¹³.

Na democracia representativa, «o governo é exercido pelos representantes do povo, escolhidos em condições de liberdade e de igualdade de oportunidades, e em princípio de acordo com as preferências populares»¹⁴.

Aliás, a distinção feita por Benjamin Constant «entre dois géneros de liberdade» não deixa nenhuma dúvida da diferença existente entre a especificidade de ambas as democracias, a saber: «Uma é a liberdade cujo exercício era tão prezado pelos povos antigos; outra é aquela cujo usufruto é particularmente precioso para as nações modernas»¹⁵. Segundo o autor, o gozo desta última só é possível no *governo representativo*, é «o único ao abrigo do qual podemos encontrar hoje em dia alguma liberdade e alguma paz – foi praticamente desconhecido pelas nações livres da Antiguidade»¹⁶. Essa liberdade «é o direito de cada qual ser sujeito apenas às leis [...], É o direito de cada qual exprimir a sua opinião [...]. É o direito de cada qual se reunir com outros indivíduos, [...]. Enfim, é o direito de cada qual influir na administração do governo»¹⁷ do seu país. Como se viu, sem a liberdade individual o exercício desses direitos não seria possível.

Não obstante, *a liberdade dos antigos* «consistia num exercício coletivo, mas direto, de diversas facetas da soberania no seu todo»¹⁸. Funções semelhantes, entre os modernos, são confiadas como vimos a certos indivíduos para as desempenharem em favor de *todo o povo*.

De acordo com Dahl, podemos verificar que entre as democracias gregas, a democracia ateniense foi, de facto, a mais conhecida e também é aquela que mais influência exerceu sobre a filosofia política. É tida por muitos como exemplo mais importante de

¹³ Ibidem, p. 16. «O sorteio é a escolha igualitária dos governantes, entregando ao acaso a decisão. Não é um método frequente. Trata-se de uma experiência da Atenas do século IV e V a. c.». In MARQUES BESSA, António. *A Arte de Governar*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1996, p. 114. Ver BOBBIO, Norberto. (1999): p. 374.

¹⁴ Ibidem, p. 16.

¹⁵ CONSTANT, Benjamin. *A Liberdade dos Antigos Comparada a dos Modernos*, Tradução de António Araújo, Bookbuilders, Silveira, 2016, p. 3. «De liberte des anciens comparée a celle des modernes corresponde a uma célebre conferência pronunciada em 1819 no Ateneu Real de Paris». Ibidem, *Introdução*, p.VIII.

¹⁶ Ibidem, p. 4.

¹⁷ Ibidem, pp. 5-6. «A liberdade individual, [...] a liberdade política é, em consequência, indispensável» para os modernos. Ibidem, p. 27. Bobbio aponta duas diferenças entre as ambas democracias, a saber: «uma analítica, outra axiológica». In BOBBIO, Norberto. (1999): p. 371.

¹⁸ Idem. Eles «em deliberar na praça pública sobre a guerra e a paz ou sobre a conclusão de tratados de aliança com países estrangeiros, em votar as leis, em proceder a julgamentos, em examinar as contas, os atos, a gestão dos magistrados, em fazê-los comparecer perante todo o povo, em acusá-los, em condená-los ou absolvê-los. [...] entendiam ser compatível com esta liberdade coletiva a sujeição completa do indivíduo à autoridade do conjunto». Idem.

participação dos cidadãos na política, ou um exemplo real de democracia participativa¹⁹. O mesmo autor sublinha que a noção de democracia estava limitada no espaço: «os gregos rejeitavam a noção de que um sistema político em grande escala pudesse ser recomendável e nunca criaram um sistema estável de governo representativo. Tão pouco o fizeram os romanos, apesar do crescimento contínuo da república, tanto em extensão territorial quanto no número de cidadãos»²⁰.

Apesar da existência de algumas uniões entre as cidades gregas, elas não traduzem a existência de governos representativos na antiguidade, nem tal ideia se pode inferir a partir destas uniões, dado que as suas alianças, ligas e confederações apenas tinham por objetivo imediato e único constituírem uma defesa comum²¹. Assim sendo, poderemos concluir que, «as instituições políticas da democracia grega, por mais inovadoras que tivessem sido no seu tempo, foram ignoradas ou mesmo rejeitadas abertamente durante o desenvolvimento da moderna democracia representativa»²².

A democracia nos gregos recebe nos romanos o nome de *res publica*, como sublinha Dahl:

«Na mesma altura em que o governo popular foi introduzido na Grécia, surgiu também na península italiana, na cidade de Roma. Os Romanos, no entanto, resolveram chamar ao seu sistema uma república, de *res*, que significa coisa ou negócio em *latim*, e *publicus*, público: traduzindo sem exatidão, uma república era a coisa que pertencia ao povo»²³.

Ao contrário do sistema grego que não restringia a participação dos cidadãos no governo, entre os Romanos, «o direito de participação no governo da república restringiu-se, ao princípio, aos patrícios, ou aristocratas»²⁴. E, por esta razão, pode-se concluir que o sistema

¹⁹ Cf. A. DAHL, Robert. (1999). *Democracia*, 1.ª edição, Tradução de Teresa Braga, Temas e Debates, Lisboa, 2000, pp. 19-20. No centro de governo de Atenas «havia uma assembleia na qual todos os cidadãos tinham o direito a participar» por sorteio. Idem. Mas, como é sabido, Sócrates troçava deste sistema. Ver, por exemplo, GRAÇA FEIJÓ, Rui. p. 28.

²⁰ A. DAHL, Robert. (1989): p. 41. Todavia, «o termo representação (lat. *Repraesentare*) era já conhecido dos romanos, que o utilizavam em sentido literal, [...] significava trazer à presença algo ausente». In MEIRINHO MARTINS, Manuel. *Representação Política*: 2008, p. 20. Veja-se os exemplos dos sécs. XIII e XIV, na Inglaterra. Ibidem, p. 21.

²¹ Cf. A. DAHL, Robert. (1999): p. 20.

²² Idem. Ver CONSTANT, Benjamin, 2016, p. 8-3 e 14. Porém, em conformidade com Dahl, podemos constatar que as ideias democráticas gregas tiveram uma grande influência no pensamento político ocidental ao longo dos séculos. Cf. A. DAHL, Robert. (1989). *A democracia e seus críticos*, 1ª edição, Tradução de Patrícia de Freitas Ribeiro, Editora WMF Martins Fontes, São-Paulo, 2012, p. 18.

²³ Idem. Sobre *A Res Publica Romana* e sobre a restrição, veja-se GRAÇA FEIJÓ, Rui. pp. 32-33.

²⁴ Ibidem, p. 21. De facto, todas as instituições políticas estavam concentradas em Roma, portanto, longe de muitos cidadãos. Cf. Idem.

romano não tinha nada a ver com «um sistema do governo representativo que funcionasse baseado em representantes eleitos democraticamente»²⁵. Ainda que, nas palavras de Constant, «em Roma, os tribunos possuíam, em certa medida, uma função representativa [...]. No entanto, o povo exercia diretamente uma grande parcela dos poderes políticos (à semelhança do que acontecia em Atenas). Reunia-se para votar a leis, para julgar os patrícios sujeitos a uma acusação. Em Roma, não havia, pois, mais do que alguns ténues indícios de um sistema representativo»²⁶. Pelo que não é de estranhar que:

«Assim, entre os antigos, o indivíduo, quase sempre soberano nos assuntos públicos, era um escravo em todos os seus assuntos privados. Como cidadão, decidia a paz e a guerra; como particular, estava limitado e era observado e reprimido em todos os seus movimentos [...] Entre os modernos, pelo contrário, o indivíduo, independente na sua vida privada, só é, mesmo nos Estados mais livres, soberano na aparência»²⁷.

Segundo Rui G. Feijó, embora os romanos tenham conhecido o conceito de representação, contudo, «não foram capazes de desenvolver um sistema que permitisse absorver o número cada vez mais vasto de cidadãos que teoricamente deveriam dispor de direitos de participação em assembleias deliberativas, que se realizavam sempre na capital, Roma»²⁸. Por este motivo, poderemos concluir que por mais gloriosas que tivessem sido, a Cidade-Estado e a República, contudo, nenhuma delas se pode comparar com os Estados nacionais.²⁹ Por conseguinte, a passagem da democracia direta a indireta deve-se segundo Constant, a «três elementos fundamentais: o nascimento do Estado moderno, a abolição da escravatura e o desenvolvimento do comércio»³⁰.

²⁵ Ibidem, p. 22.

²⁶ CONSTANT, Benjamin, 2016, p. 5. O que está entre os parêntesis é nosso.

²⁷ Ibidem, pp 7-8. «Os antigos, como diz Condorcet, não tinham qualquer noção de direitos individuais. Os homens não passavam, por assim dizer, de máquinas em que alei regulava a força e controlava os movimentos. O mesmo estado de sujeição caracteriza os belos séculos da república romana; de algum modo, o indivíduo encontrava-se perdido na nação e o cidadão na cidade». Idem, ibidem, p. 9.

²⁸ GRAÇA FEIJÓ, Rui, p. 33. Como se viu, este conceito não é uma *invenção dos modernos*, porque «a eleição de representantes desenvolveu-se principalmente durante a Idade Média, quando os reis compreenderam que, para pagar impostos, organizar os exércitos e fazer leis, precisavam de obter o consentimento da nobreza, do alto clero e de alguns plebeus, [...] das vilas maiores e das cidades». In A. DAHL, Robert. (1999): p. 109.

²⁹ Cf. A. DAHL, Robert. (1999): pp. 23-24.

³⁰ CONSTANT, Benjamin, 2016, *Introdução*, p. XVIII. Essa «passagem [...] é essencialmente o resultado de transformação histórica». Idem. «*Em primeiro lugar*, a extensão de um país terá uma importância política tanto mais reduzida quanto maior for a importância que, em contrapartida, se atribui a cada indivíduo [...] *Em segundo lugar*, a abolição de escravatura retirou à população livre o tempo disponível que resultava da circunstância de os escravos se ocuparem da maioria dos trabalhos. Sem a população escrava de Atenas, os vinte mil atenienses não poderiam deliberar todos os dias na praça pública [...] *Em terceiro lugar*, o comércio, ao contrário da guerra, não cria intervalos de inatividade. *Por último*, o comércio inspira nos homens um vivo amor pela independência

1. Enquadramento histórico e teórico

Ficou demonstrado que no *Estado moderno*, «a liberdade de que necessitamos é diferente da dos antigos, requer uma forma de organização distinta da que convinha à liberdade antiga»³¹, ou seja, *distinta da que convinha* segundo Dahl, «a governos populares»³². No seu entender, esses governos «não apresentavam algumas das características cruciais do governo representativo moderno. [...] pelo menos, três instituições políticas básicas: um parlamento nacional composto por representantes eleitos, e governos locais escolhidos pelo povo que estariam, em última análise, subordinados ao governo nacional. Faltava ainda inventar um sistema que combinasse a democracia a nível local e, no topo, um parlamento eleito pelo povo»³³. Para este autor:

«Esta combinação das instituições políticas teve origem na Inglaterra, na Escandinávia, nos Países Baixos, na Suíça e em toda a zona norte do Mediterrâneo. [...] em várias zonas da Europa – nomeadamente a Escandinávia, a Flandres, os Países Baixos, a Suíça e a Inglaterra –, a lógica da igualdade estimulava a criação de assembleias locais em que os homens livres podiam participar na governação, pelo menos até certo ponto»³⁴.

Vários fatores contribuíram para que surgisse «a ideia de que os governos necessitavam do consentimento dos governados, [...] o consentimento exigia a representação no órgão que aumentava os impostos e fazia as leis. [...] a representação seria assegurada não por sorteio ou seleção ao acaso, mas por eleição»³⁵.

individual. O comércio provê as suas necessidades e satisfaz os seus desejos sem a intervenção de qualquer autoridade. [...] intervenção (*entre os modernos*) é sempre um transtorno e um estorvo». Ibidem, pp. 12-13.

³¹ Ibidem, p. 30. «Aqui emerge, [...] a necessidade do sistema representativo [...]. O sistema representativo é uma procuração conferida a um certo número de indivíduos pela massa de povo, que quer que os seus interesses sejam defendidos, mas que não tem tempo para os defender». Idem, ibidem, p. 31.

³² A. DAHL, Robert. (1999): p. 24. O autor quer significar com isso, os governos que existiam «na Grécia, em Roma e na Itália».

³³ Ibidem, p. 25. Tal como «a Grécia antiga, assim como a Itália medieval e renascentista, eram compostas por governos populares locais, mas não tinham um governo nacional eficaz». Idem. Ver, por exemplo, a «evolução dos parlamentos», In A.A.V.V., *Representação Política: Textos Clássicos*, Tradução de João Tiago Proença, Livros Horizonte, 2009, Lisboa, pp. 16-169.

³⁴ Ibidem, pp. 25-30. Ver, por exemplo, as assembleias de Vikings que existiam na *Europa do Norte*. Ibidem, pp. 26-27.

³⁵ Ibidem, p. 30. A representação afigurava-se ser necessária «numa área demasiado vasta para assembleias primárias de homens livres como uma vila grande, cidade, região ou país [...] Para assegurar o consentimento dos cidadãos livres num país, nação, ou estado-nação, eram necessárias legislaturas representativas eleitas». Idem. Sobre a ideia de consentimento, veja-se LOCKE, John, *Segundo Tratado do Governo*:2007. Cap. VIII, pp. 133-141.

Mas devido à desigualdade que havia entre *os homens*, percebe-se que «os representantes do povo não representavam, na realidade, todo o povo. [...] os homens livres eram, afinal, homens. Exceto no caso de um ocasional monarca do sexo feminino»³⁶. O que significa que a «metade da população adulta era, à partida, excluída da vida política»³⁷ ativa.

Percebe-se portanto que «até ao século XVIII e posteriormente, as ideias e convicções democráticas não eram amplamente partilhadas ou, sequer, bem compreendidas»³⁸. Nesse sentido, é importante salientar que, «Até ao século XVIII, a Democracia era encarada não ainda como uma fé, nem uma ideologia, nem uma ética»³⁹. Pelo que não é de estranhar que a lógica da igualdade de que se falava era somente para uma minoria, uma minoria bastante privilegiada⁴⁰. Portanto, é essa minoria que era representada nas assembleias e nos governos eleitos por ela por meio do «sufrágio censitário articulado fundamentalmente com capacidade económica dos indivíduos ou exigindo, por exemplo, um certo nível de literacia»⁴¹. A prova disso, como disse Fukuyama, é o que muitos historiadores têm dito sobre os autores das três grandes revoluções, a saber: a Revolução Francesa, a Revolução Inglesa e a Revolução Americana, não eram de facto democratas convictos⁴².

³⁶ Ibidem, p. 31. Como é sabido por nós, as instituições existentes nessa altura, «emergiram de sociedades feudais, nas quais os direitos, os poderes e os privilégios dependiam da posse de terra». In MEIRINHO MARTINS, Manuel, 2008, p.21.

³⁷ Idem. Segundo Dahl, «até 1832, na Grã-Bretanha o direito de voto estendia-se a uns escassos 5% da população com mais de 20 anos. Idem. Como pudemos observar, «só com as grandes transformações decorrentes das revoluções (inglesa, americana e francesa) e após o declínio do feudalismo, da autoridade da Igreja e posteriormente do absolutismo, é que a noção se reportou à ideia de representação popular e, consequentemente, à ideia de instituições representativas democráticas». In MEIRINHO MARTINS, Manuel, 2008, p.21.

³⁸ Ibidem, p. 32. Foi a partir desse século, «contudo», que «o conceito de democracia foi aplicado em países inteiros: Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Noruega, Japão, Índia». In A. DAHL, Robert. (1999): p. 39.

³⁹ GRAÇA FEIJÓ, Rui. *Democracia*, p.30.

⁴⁰ Cf. Idem.

⁴¹ Ibidem, pp. 43-44.

⁴² Cf. FUKUYAMA, Francis. (2014). *Ordem Política e Decadência Política, Da Revolução Industrial à globalização da Democracia*, 1ª edição, tradução de Miguel Mata, D. Quixote, Alfragide-Portugal, 2015, pp. 552-553 e 25. «Os Direitos do Homem foram concebidos como garantias de proteção da propriedade e da liberdade pessoal da burguesia; limitaram o poder do Estado, mas não deram necessariamente o poder à massa dos cidadãos franceses». Ibidem, p. 553. A Inglaterra foi um caso à parte *a partir de finais do século XVI*. Ou seja, era «o único lugar em que o poder do Parlamento se equiparava ao da monarquia. O Parlamento (liderado pelos *whigs*) conseguiu impor um impasse à monarquia no século XVII e o resultado foi o acordo constitucional de 1688-1689 ou Revolução Gloriosa». Ibidem, p. 562. «A Revolução Americana foi liderada pela elite dos mercadores, fazendeiros e pequenos aristocratas, ciosa dos direitos que o monarca britânico tinha infringido». Ibidem, p. 25. Como se viu, «desde a Grécia clássica até o século XVII, a possibilidades de que um poder legislativo pudesse consistir não em todo o corpo dos cidadãos, mas em seus representantes eleitos, ficou quase sempre à margem da teoria e da prática do governo republicano ou democrático. In A. DAHL, Robert. (1989): p. 42. Com efeito, podemos ver num texto de David Wootton sobre os *Levellers ingleses*, citado por Rui G. Feijó, que entre 1645-1649, «os Levellers foram o primeiro movimento organizado em torno da ideia da soberania popular. Eles são os primeiros democratas a pensar não em termo de um autogoverno participativo dentro de uma cidade-Estado, mas de governo representativo dentro de um Estado-nação». In GRAÇA FEIJÓ, Rui. *Democracia*, p. 35. Mas parece ter sido «Hobbes, verdadeiro inventor do conceito (da representação) na sua

Pois foi isso que aconteceu com a maioria dos cidadãos franceses, ingleses e americanos, nos meados do século XVIII. Os acontecimentos de dois séculos seguintes⁴³ provam de facto que os historiadores referidos atrás tinham razão na sua observação. Entretanto, com a Revolução Inglesa, estabeleceu-se «o princípio da responsabilização parlamentar, a Inglaterra ainda estava muito longe da verdadeira democracia no princípio do século XVIII»⁴⁴.

Entretanto, «com o passar do tempo, as agendas liberal e democrática começaram a convergir e a democracia tornou-se um objetivo da classe média. A proteção dos direitos patrimoniais contra a predação arbitrária do Estado exige poder político, que, por sua vez, pode ser alcançado através do alargamento do sufrágio»⁴⁵. Também «os cidadãos que exigem o direito de voto podem ser protegidos pelo primado do Direito através da restrição da capacidade do governo de os reprimir»⁴⁶.

Para Dahl, foram os acontecimentos dos séculos XVIII e XIX que operaram «a segunda transformação democrática»⁴⁷ do conceito da democracia, «da qual somos herdeiros». Esta «iniciou-se com o afastamento gradual da ideia de democracia de seu lugar histórico na Cidade-Estado rumo à esfera mais ampla da nação, país ou Estado nacional»⁴⁸.

acepção moderna». In A.A.V.V., *Representação Política*: p. 19. Veja-se LOCKE, John. *Segundo Tratado do Governo*, Cap. XI, pp.151-161. Porém, ao contrário de Locke, segundo Dahl, «Rousseau, no *Contrato Social*, «insiste na inadmissibilidade da representação», mas, mais tarde ele viria a aceitar nos seus escritos posteriores «a representação como legítima». In A. DAHL, Robert. (1989): p. 43.

⁴³ Cf. FUKUYAMA, Francis. (2014): p. 553. Isto é, porque nas fileiras dessa classe média-alta, vieram a juntar-se muitos dos profissionais que acabavam de separar-se da classe trabalhadora. Cf. Idem.

⁴⁴ Ibidem, p. 563. Porque «os membros do Parlamento eram eleitos por um segmento muito pequeno e abastecido da população, que em 1830, ainda não ultrapassava 3%». Idem. Com efeito, «O principal interesse dos liberais tendeu a ser muito mais o primado do Direito do que a democracia». Ibidem, p. 553.

⁴⁵ Ibidem, p. 553. Mas a partir do «século XVIII, os autores começaram a ver o que os Levellers já haviam percebido: que ao unir a ideia democrática de governo do povo à prática não democrática da representação, a democracia podia assumir uma forma e uma dimensão totalmente nova». In A. DAHL, Robert. (1989): p. 43.

⁴⁶ Cf. Idem. A partir desse momento «o direito de voto passou a ser visto como mais um direito legal protegido [...] a democracia liberal – um sistema político que corporiza o primado do Direito e o sufrágio universal – evoluiu para um pacote desejado pela classe média e por uma parte significativa da classe trabalhadora». Idem, ibidem, p. 554.

⁴⁷ A. DAHL, Robert. (1989): p. 337. A primeira transformação, diz respeito a «cidade-Estado»; a segunda transformação, «da cidade-Estado para o Estado-nação». Idem. Como é sabido, essa última transformação deve-se também ao «crescimento económico, mobilização social [...]. As instituições democráticas derivam de múltiplas causas, mas uma das mais importantes prende-se com a mudança económica». Mas, a mudança económica só foi possível graças «A Revolução Industrial». In FUKUYAMA, Francis. (2014): p. 560.

⁴⁸ Idem. Na sua opinião, essa transformação adquiriu, no século XIX, um grande impulso na Europa e no mundo da língua inglesa. Durante o século XX, a ideia de democracia deixou de ser uma prática exclusiva do Ocidente, para tornar-se no segundo metade desse século, uma força quase universal como uma ideia política, uma aspiração e uma ideologia. Cf. Idem, ibidem, p. 338. Ver, por exemplo, os grupos sociais que havia «na Europa quando da democratização do continente, no início do século XIX e no princípio do século XX». In FUKUYAMA, Francis. (2014): pp. 554-556. Ver, por exemplo, a transformação do «autogoverno dos iguais por meio de assembleias» para a «democracia representativa», KEANE, John. (2008). *Vida e Morte da Democracia*, Tradução de Nuno Castello-Branco Bastos, Edições 70, Lisboa, 2009, p. 185.

Nas suas palavras, essa mudança de lugar da cidade-Estado para o Estado nacional, parece ser a causa mais poderosa dessa transformação, mesmo não sendo a única⁴⁹. Eis que nas palavras de John Keane:

«o milagre aconteceu e eis que a democracia se viu definida como democracia representativa. [...] foi este termo que começou a ser usado – já tardiamente – lá pelos finais do século XVIII, por exemplo, pelos autores das constituições escritas ou por pensadores políticos, quando se queriam referir a um novo tipo de governo que se funda no consentimento popular»⁵⁰.

«Em poucas gerações desde Montesquieu e Rousseau, a representação foi amplamente aceite pelos democratas e republicanos como uma solução que eliminou os antigos limites ao tamanho dos Estados democráticos e transformou a democracia, de uma doutrina adequada apenas para as Cidades-Estado pequenas e em rápida extinção, para uma doutrina aplicável aos grandes Estados nacionais da era moderna»⁵¹. E é por isso que «no início do século XIX, um autor francês», Destutt de Tracy, afirma que «a representação, ou governo representativo, pode ser considerada uma nova invenção [...]. A democracia representativa é a democracia tornada praticável por um longo tempo e numa grande extensão territorial»⁵². Segundo Dahl, James Mill «proclamou o sistema de representação como a grande descoberta dos tempos modernos, na qual talvez se encontra a solução de todas as dificuldades, especulativas e práticas»⁵³ de governação. Dahl concluiu que: «era óbvio e indiscutível que a democracia deve ser representativa»⁵⁴.

Embora houvesse quem desejasse ver a representação realmente democrática, porém, tal desejo demorou algum tempo para se concretizar. Isto, porque, «a representação correspondia à defesa direta ou intermediada de interesses pessoais ou de grupos restritos»⁵⁵. Portanto, «a pobreza permaneceria, até o século XIX, uma razão de exclusão para o gozo dos direitos políticos»⁵⁶ da maioria da população.

⁴⁹ Idem. Como se viu, a partir desse momento, o princípio generalizado *da Grécia classe ao século XVIII*, seria posto de lado, ou seja, o «princípio de que o governo democrático ou republicano era adequado apenas para Estados pequenos». Idem.

⁵⁰ KEANE, John. (2008): p. 185.

⁵¹ A. DAHL, Robert. (1989): p. 44.

⁵² Idem. Ver, por exemplo, A. DAHL, Robert. (1999): p. 122.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ MEIRINHO MARTINS, Manuel, p.21. Como é sabido, «a noção de representação antecedeu o alargamento do sufrágio por forma a conter os efeitos potencialmente perigosos do alargamento dos direitos de voto». In GRAÇA FEIJÓ, Rui. *Democracia*, p. 45. Ver B. MACPHERSON, C. (1977): p. 29.

⁵⁶ BIBBIO, Norberto. (1999). p. 376.

Como acabámos de verificar, até ao século XIX não havia nenhum único governo que pudesse ser denominado de democrático⁵⁷, segundo Lijphart, «e é apenas a partir da primeira década deste século que em dois países, na Austrália e na Nova Zelândia, vêm a estabelecer-se, (pela primeira vez), regimes plenamente democráticos caracterizados por um firme controlo popular das instituições governamentais e o sufrágio universal, no qual participa a totalidade da população adulta»⁵⁸. Importa sublinhar que a esta participação está associada a ideia da liberdade e a lógica da igualdade política⁵⁹.

Como diz Fukuyama, «a Europa só ficou socialmente pronta para a democracia no último terço do século XIX»⁶⁰. Em virtude dos factos mencionados, pode-se afirmar que:

«O sufrágio verdadeiramente universal, isto é, implicando a concessão de direito de voto a todos os indivíduos independentemente do seu género, diferenciação étnica, estatuto de classe, credo religioso ou outra forma sistemática de diferenciação e exclusão é um fenómeno recente, e correspondente ao desenvolvimento democrático da Terceira Vaga, no último quartel do século XX [...]. O sufrágio feminino começou na Nova Zelândia e na Austrália na viragem para o século XX, mas progrediu muito lentamente»⁶¹.

Ou seja:

«Embora a Nova Zelândia alargasse o sufrágio às mulheres nas eleições nacionais de 1893 e a Áustria em 1902, nos países democráticos, sob outros aspetos, as mulheres não obtiveram o sufrágio em eleições nacionais até cerca de 1920; na Bélgica, em França e na Suíça, países a que a maioria das pessoas chamaria altamente democráticos, as mulheres só puderam votar depois da Segunda Guerra Mundial»⁶².

⁵⁷ Cf. LIJPHART, Arend. (1984): p. 59.

⁵⁸ Idem. Como é sabido, os aborígenes «da Austrália não eram considerados, até meados dos anos 60, cidadãos australianos, tendo-lhes sido negado o direito de voto». Segundo Dahl, o critério do sufrágio universal «era inaceitável para a maioria dos defensores da democracia» no século XIX. In A. DAHL, Robert. (1999): p. 48. Contudo, esta «atribuição do direito de voto de forma generalizada encontra-se historicamente associada à luta pelos direitos e liberdades civis e políticas. Daí que alguns autores consideram que, por exemplo, no caso europeu, o sufrágio constitui uma parte da emancipação social e política das novas classes emergentes no século XIX». In MEIRINHO MARTINS, Manuel, p. 154. O que está entre os parêntesis é nosso.

⁵⁹ Cf. A. DAHL, Robert. (1989): pp. 18-46.

⁶⁰ FUKUYAMA, Francis. (2014): p. 566. Como diz Dahl, «assim, nos séculos XIX e XX, desenvolveu-se um novo conjunto de instituições que, em parte, se assemelham às instituições políticas das anteriores democracias e repúblicas, mas que, vistas no seu conjunto, constituem um sistema político completamente novo». A. DAHL, Robert. (1999): p. 39.

⁶¹ GRAÇA FEIJÓ, Rui. *Democracia*, pp. 43-45. Como diz Dahl, «o sufrágio universal para os adultos, é mesmo, essencialmente, um produto de século XX». In DAHL, Robert. (1999): p. 69.

⁶² A. DAHL, Robert. (1999): p. 105. Veja-se «As primeiras legislações que atribuem o direito de voto às mulheres». In MEIRINHO MARTINS, Manuel, p. 161.

Saliente-se, ainda, que tanto o Liberalismo como o Republicanismo eram, na sua génese, formas de elitismo assentes no sufrágio limitado em conformidade com o interesse da elite social. Uma elite que não via com bons olhos o alargamento do sufrágio, por causa do perigo que poderá advir daí contra os seus privilégios⁶³. Contudo, convém realçar que, «os fatores de bloqueio ao sufrágio universal são comuns a todas as democracias e incidiram sobre muitos aspetos relacionados com o processo eleitoral, embora se possam resumir à intenção de grupos dirigentes manterem um eleitorado qualificado»⁶⁴. Portanto, esses fatores contrapõem-se ao princípio de «cada homem, um voto»⁶⁵ como observaremos posteriormente.

1.1. Os votantes democráticos

Depois de se mostrar que a democracia representativa era um regime desconhecido na Grécia Antiga, em Roma e nas repúblicas italianas medievais, depois de se mostrar que é uma «invenção dos modernos», e que entre o século XIX e o início do século XX, momento em que as anteriores restrições ao sufrágio foram suprimidas e o sufrágio universal para os adultos se converteu em paradigma de governo democrático⁶⁶ até ao momento presente. Desde então para cá vigorou a ideia de que *cada cidadão equivale a um voto*.

No entanto, «o conceito de democracia liberal só se tornou possível quando os teóricos – a princípio uns poucos, e depois a maioria dos teóricos liberais – descobriram razões para acreditar que o princípio “cada homem, um voto” não seria ariscado para a propriedade ou para a continuidade das sociedades divididas em classes. Os primeiros pensadores sistemáticos a pensarem assim foram Bentham e James Mill, em princípio do século XIX»⁶⁷. Pelo que à pergunta *quem deve ser autorizado a votar?* A resposta não poderá ser a outra senão: todos os cidadãos. Esta nova conceção da democracia opõe-se «à principal tradição ocidental (que) até os séculos XVIII e XIX era não-democrática»⁶⁸.

Segundo Manuel M. Martins, «talvez a ideia central que marcou a preocupação dos fundadores não fosse tanto a de democracia, no sentido do governo do povo, mas antes a de

⁶³ Cf. GRAÇA FEIJÓ, Rui. *Democracia*, p. 44. Ver, os exemplos de sufrágios opostos ao sufrágio universal que se praticava nos países ocidentais no século XIX. In MEIRINHO MARTINS, Manuel, pp. 152-153.

⁶⁴ MEIRINHO MARTINS, Manuel, p. 155.

⁶⁵ Ibidem, p. 150. É este procedimentalismo «que caracteriza a igualdade política em Schumpeter».

⁶⁶ Cf. A. DAHL, Robert. (1999): p. 58. Ver B. MACPHERSON, C. (1977): p. 29.

⁶⁷ B. MACPHERSON, C. (1977): p. 17.

⁶⁸ Idem. «Assim, verifica-se uma profunda rutura no caminho que vai da democracia pré-liberal à democracia liberal». Ibidem, p. 29.

um sistema onde o povo pudesse governar através de representantes»⁶⁹. Contudo, é a ideia do governo do povo que se consolidou até hoje na democracia moderna. Como diz Sandra R. Balão:

«A democracia representativa assente na mesma ideia original do governo do povo, pelo povo, para o povo, ajustava-se, assim, às exigências das novas condições sociais, e no seu seio surge a prática instituída do governo por uma elite política profissional também ela oriunda do povo porque por ele escolhida, como sua representante, de entre os melhores elementos»⁷⁰.

Esta escolha da elite política é feita por meio da *eleição*. É através da *eleição* que o povo escolhe os «titulares dos órgãos (do poder) pela manifestação da vontade de uma pluralidade de cidadãos considerados aptos pelas leis para tal fim. Cada cidadão recebe o nome de eleitor e a totalidade dos eleitores é designado por corpo eleitoral. A expressão da vontade do eleitor é o voto e o ato de escolha por meio de voto chama-se sufrágio»⁷¹. Nesse sentido, a democracia pode definir-se como livre escolha dos eleitores, em intervalos regulares⁷².

James Bryce, entendeu que «o progresso social da democracia ultrapassou o seu progresso político, o que era assustador, porque não há nada mais perigoso do que uma sociedade democrática sem instituições democráticas»⁷³. Bentham «compreendeu que o povo era capaz de agir por si próprio politicamente e converteu-se ao princípio geral da democracia

⁶⁹ MEIRINHO MARTINS, Manuel, p. 65. Para os fundadores, «a verdadeira democracia não seria a direta, mas a representativa, que excluía o povo da participação nos destinos do governo». In MEIRINHO MARTINS, Manuel. *Participação Política e Democracia – O Caso Português (1976-2000)*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2004, pp. 143-144. Sobre os fundadores, veja-se ibidem, pp. 144-146.

⁷⁰ RODRIGUES BALÃO, Sandra. *A Fórmula do poder: Elite, partidos, Democracia e Corrupção Política no Pensamento de Moisei Ostrogorski*, Instituto Superior de Ciência Sociais e Políticas de Lisboa, 2001, pp. 139-231. p. 231. Sobre o *governo do povo*, veja-se o famoso «Discurso de Gettysburg do Presidente americano Abaham Lincon em 19 de Novembro de 1863». In GRAÇA FEIJÓ, Rui. *Democracia*, pp. 46-47. «Mas a Grã-Bretanha, considerada uma democracia, especialmente pelos Britânicos, não» obedecia *a este critério*. In ARBLASTER, Anthony. *a democracia*, Tradução de M. F. Gonçalves de Azevedo, Editorial Estampa, Lisboa, 1988, p. 13.

⁷¹ MARQUES BESSA, António. *A Arte de Governar*, 1996, p. 114. O direito de voto não é «natural, mas sim convencional». Um exemplo concreto disso, é o caso da idade. «Trata-se de um requisito presente em todos os ordenamentos eleitorais que estabelece a maioria eleitoral como condição do exercício do voto. Normalmente faz-se coincidir a maioria eleitoral com a maioria civil, embora historicamente tivessem existido discrepâncias» sobre isso. MEIRINHO MARTINS, Manuel, p. 159. Sobre essas discrepâncias entre alguns países, veja-se ibidem, p. 160.

⁷² Cf. TOURAINE, Alain. (1994). *O que é a Democracia*, tradução de Fernando Tomaz, Instituto Piaget, Lisboa, p. 42. De acordo com Kelsen, podemos afirmar que o ideal democrático se baseia em seguintes *ideias fundamentais*: «a ideia da soberania popular, a ideia da igualdade dos homens, a ideia da liberdade». In KELSEN, Hans. (1955). *A Democracia*, p. 10.

⁷³ W. L. Guttsman, ed., *A Plea for Democracy*, Londres, MacGibbon & Kee, 1967, p. 177. Citado em ARBLASTER, Anthony. *a democracia*, p. 73. James Bryce proferiu esta afirmação «na véspera do segundo Decreto de Reforma britânico de 1867». Idem.

política»⁷⁴. Como diz Arblaster, «visto que cada pessoa perseguia o seu próprio bem-estar, seguia-se que cada pessoa votaria no seu próprio interesse. A soma total dos votos individuais, deveria, pois, promover o objetivo utilitarista da maior felicidade para o maior número de pessoas»⁷⁵. Isso quer significar que «as únicas pessoas em que se podia confiar para procurarem o bem do povo eram o próprio povo, atuando através dos representantes responsáveis por si eleitos»⁷⁶. Bentham pensava que: «Todo conjunto de homens inclusive qualquer grupo que tenha o poder de legislar e governar é governado inteiramente por sua concepção do que é o seu interesse, no sentido mais estrito e mais egoísta da palavra interesse: nunca por qualquer consideração do interesse alheio»⁷⁷.

No dizer de Macpherson, «o único meio de evitar que o governo espolie o restante do povo é tornar os governadores frequentemente removíveis pela maioria de todo o povo»⁷⁸. Segundo este autor, só isso evitaria que os poderes não caíssem nas mãos dos governantes não eleitos pelos votos do maior número do povo⁷⁹, caso contrário: «seriam necessariamente orientados para um aumento máximo possível de sua própria felicidade»⁸⁰. Portanto, elegê-los parece ser a única forma de evitar que não viessem a proporcionar a maior felicidade a si mesmos em detrimento dos governados. De acordo com Macpherson, poderemos concluir que as razões que levaram Bentham a defender o sistema democrático são simplesmente de natureza protetora⁸¹.

Segundo Arblaster, James Mill dizia: «que as monarquias e as aristocracias procurariam inevitavelmente o seu próprio bem à custa do bem geral. Mill é forçado a reconhecer que somente na comunidade como um todo se pode confiar para a busca do bem geral»⁸². E por outro, reconheceu «que a democracia direta e participativa é, se não impossível, pelo menos não muito praticável no mundo moderno, e é de qualquer modo uma fórmula para mau governo»⁸³. Portanto, a democracia representativa afigurava-se ser para ele

⁷⁴ Cf. Mary P. Mack, *Jeremy Bentham*, Londres, Heinemann, 1962, pp. 432 e 413-16. Citado em ARBLASTER, Anthony. *a democracia*, p. 74.

⁷⁵ ARBLASTER, Anthony. *a democracia*, p. 74. Segundo Arblaster, quem não partilhava esta opinião era Rousseau. Ver Ibidem, pp.68-69; ROUSSEAU, Jean Jacques. (1977). *O Contrato Social*, pp. 16-17.

⁷⁶ ECCLESHALL, Robert, ed., *British Liberalism*, Londres, Longman, 1986, p. 149. Citado em ARBLASTER, Anthony. *a democracia*, p. 74.

⁷⁷ *Constitutional Code*, em Works, org. por Bowring, ix, 102. Citado em B. MACPHERSON, C. (1977). p. 40.

⁷⁸ B. MACPHERSON, C. (1977). p. 41.

⁷⁹ Cf. Idem.

⁸⁰ *Constitutional Code*, em Works, org. por Bowring, ix, 95. Citado em B. MACPHERSON, C. (1977). p. 41.

⁸¹ B. MACPHERSON, C. (1977). p. 41. É daí que «A lógica para a franquia universal exigia que as mulheres, em igualdade de condições com os homens, devessem votar». Idem.

⁸² ARBLASTER, Anthony. *a democracia*, p. 74.

⁸³ Idem, ibidem, p. 75. Ou seja, «uma comunidade em massa adapta-se mal às tarefas do governo – todas as assembleias numerosas são essencialmente incapazes de trabalhar». Idem.

como a única solução para a governação no mundo moderno. Através de eleições frequentes, os representantes do povo seriam frequentemente sancionados e controlados pelo povo. No seu entender, isso faria com que os interesses dos governantes e dos governados estejam de acordo⁸⁴. Não obstante, Schumpeter afirma «que o eleitorado normalmente não controla seus líderes políticos, exceto pela recusa de reelegê-los»⁸⁵.

Como vimos, «para Bentham e Mill, portanto, a participação tinha uma função apenas protetora; assegurava proteção aos interesses privados de cada cidadão. Suas teorias podem ser classificadas como democráticas porque eles pensavam que as classes numerosas somente eram capazes de defender o interesse universal e, em consequência, advogaram a participação de todo o povo»⁸⁶. Ambos são os teóricos do «modelo de democracia protetora»⁸⁷. Ao contrário deles, «os outros autores, no entanto, sustentaram que a participação é necessária devido à sua função protetora, sem com isso afirmar que todo o povo deve participar. Não há nada de especificamente democrático numa tal visão da função da participação»⁸⁸. Como vimos, um regime só é democrático se a participação for de todo o povo.

Para Gerhard Leibholz, «o homem não se pode mover em liberdade, se, eventualmente, lhe pode ser tirada a vida. Por sua vez, a garantia da vida tem como consequência que esta, para ser digna de ser vivida, o deve ser com a liberdade. Mas, sendo protegidas a vida e a liberdade, também a propriedade, cuja existência pressupõe esses direitos, tem de participar dessa proteção»⁸⁹. É uma «crença nos direitos anteriores ao Estado»⁹⁰. Segue-se daí a crença de que a tomada de decisões importantes que envolve a proteção de todos os homens exige a participação de todos.

⁸⁴ Cf. Idem. Porém, tudo aponta que Tom Paine foi o primeiro autor a apresentar razões para adoção da democracia representativa na sua obra *Rights of Man* escrita entre 1791-2. Cf. Idem. Como diz Arblaster, «Mill, ao contrário de Paine, sentiu-se no entanto obrigado a concordar com a vulgar objeção burguesa contra o sufrágio universal masculino, de que a massa do povo não era capaz de governar e usaria o poder político para empobrecer os ricos», como veremos em diante. Ibidem, p. 76.

⁸⁵ A. SCHUMPETER, Joseph. (1949). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Tradução de Ruy Jungmann, Fundo de Cultura, 1961, p.324.

⁸⁶ PATEMAN, Carole. (1970): p. 32.

⁸⁷ B. MACPHERSON, C. (1977): p. 28.

⁸⁸ Idem. «Hegel também dá uma justificativa filosófica da participação em sua teoria política, e Burke admite que ela é necessária para o bom governo, mas nenhum desses autores inclui toda a população no eleitorado». Idem, nota nº 23.

⁸⁹ LEIBHOLZ, Gerhard. *O pensamento democrático com princípio estruturador na vida dos povos europeus*, Atlântida Editora, Coimbra, 1974. p. 9. Veja-se LOCKE, John, *Segundo tratado do governo*, 3ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Coimbra, 2008, p. 46 e HENRIQUES, Mendo Castro, *John Locke e a génese das ideologias modernas*, In John Locke nos 300 anos da sua morte, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2009, p. 115.

⁹⁰ Ibidem, p. 10. Ou seja, «direitos do indivíduo à vida e à liberdade». É uma crença que venha da tradição contratualista. Ver LOCKE, John, 2008, p. 35.

Como diz Pateman, Stuart Mill manteve-se fiel à visão protetora da participação dos seus mentores⁹¹. Dizia ele que: «os seres humanos só estão garantidos dos males que outros lhes podem causar na proporção em que têm o poder de se protegerem a si mesmos; [...] ao invés de confiarem no que terceiros venham a fazer por eles»⁹², que sejam eles próprios fazê-lo. Como se viu, é nessa visão protetora é que *o princípio de um homem, um voto* se fundamenta.

Entretanto, veremos no segundo capítulo deste trabalho Jason Brennan alegará que o sistema democrático moderno ao atribuir *um voto a cada pessoa* não a incentiva a informar-se, pelo contrário, incentiva-a a continuar a ser ignorante.

1.2. A participação política e conhecimento

Vimos que a participação política dos cidadãos na democracia liberal tinha simplesmente uma função protetora. A participação era vista como a única forma de assegurar a proteção dos interesses privados de cada cidadão. Porém, a presente análise introduz uma nova dimensão da participação, vendo a participação política principalmente como forma de desenvolvimento pessoal⁹³. Portanto, observaremos até que ponto é que a participação política é capaz de produzir o conhecimento político.

Embora a ideia da participação se encontre presente em Locke⁹⁴, porém, no dizer de Pateman, «Rousseau pode ser considerado o teórico por excelência da participação [...]. A teoria política de Rousseau apoia-se na participação individual de cada cidadão no processo político de tomada de decisões, e, em sua teoria, a participação é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais; ela também provoca um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas»⁹⁵. Contudo, o sistema descrito por Rousseau em *O contrato social*

⁹¹ Cf. PATEMAN, Carole. (1970): p. 42.

⁹² MILL, Stuart: 1967, p. 70.

⁹³ PATEMAN, Carole. (1970): pp. 32-28. «Em meados do século, duas mudanças naquela sociedade impunham-se à atenção dos pensadores liberais, mudanças que exigiam um modelo muito diferente de democracia. Uma mudança era que a classe trabalhadora que Bentham e James Mill não consideraram perigosa começava a parecer perigosa à propriedade. MACPHERSON, C. (1977): p. 49.

⁹⁴ No «*Segundo Tratado do Governo*», Locke afirma que o estado de natureza é «um estado de igualdade. Nele, todo o poder e toda a jurisdição são recíprocos, e nenhum homem os possui mais do que os outros». LOCKE, John, 2008, p. 35.

⁹⁵ PATEMAN, Carole. (1970): p. 35. «Embora Rousseau tenha escrito antes do desenvolvimento das instituições modernas da democracia, e mesmo que sua sociedade ideal seja uma cidade-Estado não industrial, é em sua

não é uma democracia representativa, visto que não se adequa «à definição de teoria democrática clássica de Schumpeter»⁹⁶. Rousseau pensava que «a democracia seria um sistema onde os cidadãos são executores de leis que eles mesmo fizeram, e, por esse motivo, seria um sistema próprio apenas para os deuses»⁹⁷.

Segundo Pateman, na «teoria política de Rousseau [...] a principal função da participação tem caráter educativo. Tais argumentos formam base da teoria da democracia participativa, que se tornará clara a partir da discussão das teorias de J. S. Mill e Cole»⁹⁸.

Stuart Mill, no capítulo VIII da sua obra *O Governo Representativo*, afirma que a democracia representativa não é representativa de uma só classe⁹⁹, mas sim, «representativa de todos e não somente da maioria [...] essa democracia, que é a única igual, a única imparcial, a única que é governo de todos por todos, o tipo único da verdadeira democracia, ver-se-ia livre dos maiores males das democracias»¹⁰⁰. Na sua opinião, «a democracia não será a forma de governo ideal se não se lhe reforçar seu lado fraco, se não se organizar por maneira tal que classe alguma, mesmo a mais numerosa, seja capaz de reduzir tudo excerto ela própria à insignificância, orientando a legislação e a administração no seu interesse exclusivo de classe. O problema consiste em encontrar o meio de impedir»¹⁰¹ o domínio de uma classe. Com efeito, Stuart Mill tinha consciência de que:

«Não se satisfaz este duplo requisito com o expediente da limitação do sufrágio, implicando na exclusão compulsória qualquer número de cidadãos com voz na representação. Entre os benefícios principais do governo livre conta-se o da educação da inteligência e dos sentimentos, que se proporcionam a graus mais baixos do povo, quando é chamado a tomar parte em atos que afetam diretamente os grandes interesses do país»¹⁰².

teoria que se podem encontrar as hipóteses básicas a respeito da função da participação de um Estado democrático». Idem. Cf. Nota nº 1, idem.

⁹⁵ Idem. Citado em nota nº 1.

⁹⁶ Idem. Sobre a definição de «teoria democrática clássica», ver A. SCHUMPETER, Joseph. (1949): p. 321.

⁹⁷ Ibidem, p. 35. Citado em nota nº 1. Como diz o próprio Rousseau, «o próprio povo não pode desfazer-se desse direito supremo», ou seja, do direito fazer as leis e de ser seu executor. In ROUSSEAU, Jean Jacques. (1977). *O Contrato Social*, tradução de Manuel João Pires, Temas & Debates, Lisboa, 2009, p. 105. Sobre as leis, ver, por exemplo, ibidem, p. 97. O exemplo do que acontecia em Atenas, «O povo fazia as leis». In CONSTANT, Benjamin, 2016, p. 15.

⁹⁸ Ibidem, p. 42. Em ambos autores, «a teoria da democracia participativa é retirada do contexto de uma cidade-Estado de proprietários camponeses e colocada no de um sistema político moderno». Idem.

⁹⁹ Cf. MILL, Stuart. *O Governo Representativo*, Tradução de José Fernandes, Editora Arcádia, Viseu, 1967, p. 199.

¹⁰⁰ Idem. Sobre os males da democracia, veja-se ibidem, p. 200.

¹⁰¹ Ibidem, p. 200.

¹⁰² Idem, ibidem, p. 201.

Stuart Mill pensava que é pela discussão e ação política coletiva que os cidadãos cujas ocupações diárias lhes concentram os interesses num círculo diminuto, aprendem com os cidadãos mais informados a tornarem-se membros de uma grande comunidade política¹⁰³. Na opinião de Pateman, isso quer significar que «é por meio da participação a nível local que o indivíduo aprende a democracia»¹⁰⁴. A participação política a nível nacional requer a participação a nível do governo local; é neste nível que o cidadão aprende a se autogovernar é a nível local que se cumpre o verdadeiro efeito educativo da participação¹⁰⁵. Stuart Mill estava convencido do aperfeiçoamento que a participação podia operar nos cidadãos. Segundo Pateman, ele pensava que as classes trabalhadoras haviam saído do seu estado de tutela em que se encontravam, pelo que era necessária uma nova forma de cooperação¹⁰⁶.

Para Macpherson, «o modelo de democracia para Mill é um modelo moral [...]. O aperfeiçoamento esperado é um aumento do autodesenvolvimento pessoal de todos os membros da sociedade, ou, na expressão de John Stuart Mill, o avanço da comunidade em intelecto, em virtude, em atividade prática e eficiente»¹⁰⁷. Pelo que é necessário o envolvimento dos cidadãos em todos os níveis da sociedade.

Entretanto, Stuart Mill reconhece que «ainda que todos devam ter voz – afirmar que todos devem ter voz igual é uma preposição inteiramente diferente»¹⁰⁸. Segundo Pateman, esta foi a razão que levou Stuart Mill a rejeitar «o argumento de Rousseau de que para a participação efetiva é necessária a igualdade política»¹⁰⁹ de todos os cidadãos. Conforme Macpherson, podemos concluir que a teoria educativa de Stuart Mill é uma teoria de «Democracia Desenvolvementista»¹¹⁰. Quer significar que «a democracia tornaria assim o

¹⁰³ Cf. Ibidem, p. 203. Segundo ele, «as discussões políticas passam por cima da cabeça dos que não têm votos, e não se esforçam por adquiri-los». Idem. Veja-se o estado de quem «não tenha voto», Ibidem, p. 204.

¹⁰⁴ PATEMAN, Carole. (1970): p. 46. «Não aprendemos a ler ou a escrever, a guiar ou a nadar apenas porque alguém nos diz como fazê-lo, mas porque o fazemos, de modo que será somente praticando o governo popular em pequena escala que o povo terá alguma possibilidade de aprender a exercitá-lo em maior escala». Idem.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 46. «Um ato político que apenas se repete com o intervalos de alguns anos, e para o qual não teve o preparo nos hábitos cotidianos do cidadão, deixa seu intelecto e suas disposições morais inalteradas». Ibidem, p. 51.

¹⁰⁶ Cf. Ibidem, p. 50. Sobre essa nova forma de cooperação, veja-se idem, ibidem, p. 51. «Mill estava convencido de que os trabalhadores não podiam ser calados ou detidos por muito mais tempo». In B. MACPHERSON, C. (1977): p. 50. «Quando aos trabalhadores, pelo menos nos países mais avançados da Europa, pode-se considerar certo que o sistema patriarcal ou paternal de governo é do tipo a que não se submeterão de novo». In *Principles of Economy*, Livro IV, Cap. 7, Seções 1 e 2; em *Collected Works*, org. por J. J. Robison, Toronto e Londres, 1965, iii, 761-3. Citado em B. MACPHERSON, C. (1977): p. 50

¹⁰⁷ B. MACPHERSON, C. (1977): p. 52.

¹⁰⁸ MILIVOJEVIC, D., *Representative Government*, Everyman, 1910, p. 283. Citado em PATEMAN, Carole. (1970): p. 48.

¹⁰⁹ PATEMAN, Carole. (1970): p. 48.

¹¹⁰ B. MACPHERSON, C. (1977): p. 28. As mudanças ocorridas «em meados do século XIX, [...] deixavam evidente que era necessário novo modelo de democracia. O primeiro deles foi elaborado por John Stuart Mill». Ibidem, p. 49. Como diz o autor, «uma dessas mudanças era que a classe trabalhadora que Bentham e James Mill

povo mais atuante, mais dinâmico; faria o povo progredir em intelecto, virtude, atividade prática e eficiência»¹¹¹.

Não obstante, a teoria da «democracia de equilíbrio, deixou de lado a reivindicação moral, com base em que a experiência da atuação concreta dos sistemas democráticos mostrou que o modelo desenvolvimentista era inteiramente irrealista»¹¹². Isso quer dizer que a participação política não produz o *efeito educativo* que Stuart Mill esperava que ela viesse a produzir.

Schumpeter pode ser considerado como um dos «teóricos do equilíbrio»¹¹³. Dizia no seu estudo sobre «a natureza humana na política» que: «O cidadão típico, por conseguinte, desce para um nível inferior de rendimento mental logo que entra no campo político. Argumenta e analisa de uma maneira que ele mesmo imediatamente reconheceria como infantil na sua esfera de interesses reais. Torna-se primitivo novamente»¹¹⁴. Schumpeter conclui que: «mesmo que não houvesse grupos políticos tentando influenciá-lo, o cidadão típico tenderia na esfera política a ceder a preconceitos ou impulsos irracionais ou extra-racionais»¹¹⁵.

Segundo Pateman, Schumpeter quer significar com isso que «a teoria clássica da democracia [...] é irrealista e exige do homem comum um nível de racionalidade simplesmente impossível. Schumpeter, antecipando Sartori, diz que apenas coisas experimentadas pelo homem comum, em seu cotidiano, são reais no sentido completo da palavra, e a política em geral não pertence a essa categoria»¹¹⁶. Como diz Macpherson: «Não há insensatez quanto à democracia como veículo para aperfeiçoamento da humanidade. A participação não é um valor em si mesmo, nem mesmo um valor instrumental para a realização de um mais elevado, [...]. O propósito da democracia é registrar os desejos do povos tais como são, e não contribuir para o que ele poderia ser ou desejaria ser»¹¹⁷. Na abordagem que segue, debruçar-nos-emos sobre «o modelo de equilíbrio elitista e pluralista»¹¹⁸.

não consideraram perigosa começava a parece perigosa à propriedade. MACPHERSON, C. (1977): p. 49. Sobre esta questão, veja-se idem, ibidem, pp. 50-53.

¹¹¹ Ibidem, p. 56.

¹¹² Ibidem, p. 28. «os teóricos do equilíbrio ofereciam ao invés uma exposição da democracia como uma concorrência entre elites, competição essa que produz equilíbrio sem muita participação popular. Esse é o modelo vigente em momento». Idem. «Pode também ser chamado, e às vezes o é, de modelo elitista e pluralista. Ibidem, p. 81.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ A. SCHUMPETER, Joseph. (1949): p. 213.

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ PATEMAN, Carole. (1970): p. 29.

¹¹⁷ B. MACPHERSON, C. (1977): p. 82. O que acabámos de constatar contradiz tudo aquilo que Stuart Mill dizia. Segundo Macpherson, no entender de Stuart Mill: «Um sistema democrático é avaliado como meio para

1.3. A quem é que a participação política dá poder?

Depois de se observar que a teoria participativa é irrealista, tendo em conta o nível de racionalidade que ela exige ao homem comum¹¹⁹, agora é oportuno examinar de uma forma realista a doutrina clássica da democracia na qual a teoria participativa se baseia, para dessa forma mostrar que a democracia não é *o governo do povo*.

Como é sabido, «a definição clássica de democracia como governo do povo é em sua origem pré-democrática, fundada em concepções da democracia desenvolvidas por filósofos que nunca tiveram a oportunidade de ver em funcionamento um sistema democrático»¹²⁰ plenamente representativo. De facto, «podemos tomar como exemplos marcantes de democracia no século XVIII Rousseau e Jefferson: suas ideias democráticas foram muito mais influentes e mais postas em prática em nosso tempo do que quaisquer outras daquele século»¹²¹.

Schumpeter, à semelhança dos fundadores da teoria clássica das elites¹²², também rejeitou a definição clássica da democracia. Em consequência disso, busca uma definição real¹²³ de democracia que pudesse ser uma alternativa daquela que encontramos na teoria clássica de democracia¹²⁴. De acordo com Pateman, «Schumpeter considerou que os fatos mostravam a necessidade de uma revisão da teoria democrática clássica e forneceu tal teoria revisada. Mais do que isso: ele colocou em evidência uma definição nova e realista de

aquele aperfeiçoamento – meio necessário conquanto não suficiente; e uma sociedade democrática é vista como resultado daquele aperfeiçoamento e ao mesmo tempo como meio de mais aperfeiçoamento». Ibidem, p. 52.

¹¹⁸ Ibidem, p. 81.

¹¹⁹ PATEMAN, Carole. (1970): p. 29.

¹²⁰ BOBBIO, Norberto. (1999): p. 380. Ver, por exemplo, «Os liberais dos séculos XVII e XVIII». In B. MACPHERSON, C. (1977): p. 27 e SARTORI, Giovanni. *Elementos de teoria política*, Tradução de M.^a Luz Morán, Alianza Editorial, Madrid, 1992, p.42.

¹²¹ B. MACPHERSON, C. (1977): p. 22. «Por muito diferentes que sejam as posições de Rousseau e Jefferson em outros assuntos, ambos reivindicavam uma sociedade em que todos tivessem ou pudessem ter propriedade suficiente para nela trabalhar». Idem. Sobre ambos autores, veja-se ibidem, pp. 23-26. Para além destes dois autores, podemos tomar como exemplo «qualquer dos teóricos puritanos do século XVII. As *teorias* destes autores também são «percursoras da democracia liberal». Ibidem, p. 18. Como diz Dahl: «Apesar de tanta evidência em contrário, a ideia de que os seres humanos são fundamentalmente iguais tinha imenso sentido para Jefferson, como para outros antes dele, como os filósofos ingleses Thomas Hobbes e John Locke». In A. DAHL, Robert. (1999): p. 77.

¹²² Como por exemplo, Mosca, autor da «lei da classe política»; Pareto, autor da «concepção da elite» e Michels, autor da «lei de ferro da oligarquia». Cf. DA CONCEIÇÃO PEQUITO TEIXEIRA, Maria. *Robert Michels*: pp. 95-96. Veja-se MARIA BELCHIOR, Ana. 2010. pp. 56-57. Ver ARBLASTER, Anthony. *a democracia*, p. 84; KELSEN, Hans. (1955): *A Democracia*, pp. 140-148.

¹²³ Cf. A. SCHUMPETER, Joseph. (1949). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Tradução de Ruy Jungmann, Fundo de Cultura, 1961, p. 292. Ver ARBLASTER, Anthony. *a democracia*, p. 84; KELSEN, Hans. (1955). *A Democracia*, pp. 140-148.

¹²⁴ Segundo Pateman, «Dahl não parece estar seguro se existe ou não algo como uma teoria clássica da democracia. No início de Uma introdução à teoria democracia, ele observa que não há uma teoria democrática – existem apenas teorias democráticas». In PATEMAN, Carole. (1970): p. 17. Ver ARBLASTER, Anthony. *a democracia*, p. 85.

democracia»¹²⁵. Em vez do governo do povo, substituímo-lo por um governo aprovado pelo povo¹²⁶. Ou seja, por um governo das elites aprovado pelo povo¹²⁷.

Schumpeter resumiu a filosofia política *do século XVIII* na seguinte definição: «o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade»¹²⁸. O que se pretende significar com esse método, segundo o autor, é «que existe um bem comum, o farol orientador da política, sempre fácil de definir e de entender por todas as pessoas normais, mediante uma explicação racional [...] O povo deve admitir também, em princípio pelo menos, que há também uma vontade comum»¹²⁹.

Isto quer dizer que «o arranjo democrático não apenas seria o melhor de todos, mas que poucas pessoas desejariam um outro qualquer»¹³⁰, ou seja, um outro regime político. De acordo com Sartori, «criou-se um abismo intransponível entre a teoria clássica e a realidade»¹³¹: a teoria clássica afigura-se ser uma teoria que não se adequa à realidade política.

Schumpeter afirma que já não podemos afirmar que nas *sociedades modernas* «o povo tem uma opinião definida e racional a respeito de todas as questões e que manifesta essa opinião [...] diremos agora que o papel do povo é formar um governo, ou corpo intermediário, que, por seu turno, formará o executivo nacional, ou governo»¹³². Nas palavras de Arblaster, isso quer dizer «que o papel correto do povo era escolher os seus dirigentes por

¹²⁵ PATEMAN, Carole. (1970): p. 12.

¹²⁶ Cf. A. SCHUMPETER, Joseph. (1949): p. 296. Afirma autor que «a própria essência da democracia, é satisfatoriamente abrangido pela ideia do governo aprovado pelo povo». Idem.

¹²⁷ Cf. MARIA BELCHIOR, Ana. 2010, p. 59.

¹²⁸ A. SCHUMPETER, Joseph. (1949): p. 300. Segundo o autor, «a ideia do governo do povo é uma consequência das «teorias legais de democracia que evoluíram nos séculos XVII e XVIII foram destinadas precisamente a fornecer as definições que vinculassem certas formas reais ou ideais de governo à ideologia do governo do povo». Ibidem, p. 297.

¹²⁹ Ibidem, p. 300. Portanto, a vontade comum não passa de uma tentativa de unificar as vontades individuais por meio da discussão racional em vontade do povo e, dando a esta última a ética reclamada pelo credo democrático clássico. Cf. Ibidem, p. 301 Aceitar esta ideia, seria ignorar o mesmo *facto* que foi ignorado pela doutrina «utilitarista devido à sua estreiteza de ponto-de-vista sobre o mundo dos valores humanos». Idem. Por exemplo, «A saúde pode ser desejada por todos, mas ainda assim haverá divergências quanto à vacinação e à vasectomia, etc.». Ibidem, p. 302

¹³⁰ Idem.

¹³¹ SARTORI, Giovanni. *Democratic Theory*, Detroit, Wayne State University Press, 1962, p. 54. Citado em PATEMAN, Carole. (1970): p. 20.

¹³² A. SCHUMPETER, Joseph. (1949): p. 321. «Daqui resulta que a vontade do povo ou a vontade comum é formada, na atual democracia representativa, pelos partidos». In LEIBHOLZ, Gerhard, pp. 31-32. Porém, Schumpeter opõe-se a isso, afirmando que «a vontade da maioria é apenas a vontade da maioria e não a vontade do povo». In A. SCHUMPETER, Joseph. (1949): p. 325.

meio de eleições competitivas, e depois deixá-los continuar a governar»¹³³. Assegura Schumpeter que «os eleitores têm de compreender que, uma vez que elegeram um indivíduo, a ação política é com ele e não consigo próprios. Isto significa que têm de se coibir de lhe dar ordens sobre o que deve fazer»¹³⁴.

Em conformidade com Leibholz, podemos dizer que «não é possível, como se tentou várias vezes, conciliar o mandato imperativo, sob qualquer das suas formas, com o sistema representativo parlamentar [...]. Representação e mandato imperativo excluem-se mutuamente»¹³⁵. Isso demonstra, segundo Arblaster, que «foi a ideia de Burke que prevaleceu na política democrática ocidental, em vez da posição democrática radical de Paine e dos cartistas»¹³⁶.

Para Schumpeter, a seleção dos representantes é secundária quanto ao principal objetivo do sistema democrático. Portanto, é com base na inversão de papéis desses dois elementos, isto é, entre o eleitorado e os seus representantes, na tomada de decisões¹³⁷ que Schumpeter apresenta a seguinte definição: «o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor»¹³⁸.

Sendo apenas «um método político, a democracia não pode, mais do que qualquer outro método, ser um fim em si mesma»¹³⁹. Segundo Pateman, essa definição quer significar que «a competição pela liderança é a característica distintiva da democracia, permitindo que

¹³³ ARBLASTER, Anthony. *a democracia*, p. 85.

¹³⁴ SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, Socialism and Democracy*, George Allen & Unwin, Londres, 1943, p.295. Citado em ARBLASTER, Anthony. *a democracia*, p. 85. Ver, por exemplo, BOBBIO, Norberto. (1984). p. 59-60 e B. MACPHERSON, C. (1977): p. 82.

¹³⁵ LEIBHOLZ, Gerhard, p. 13. «A liberdade de decisão pertence, diretamente, à essência do sistema representativo parlamentar. Em consequência disto, encontra-se, desde a Revolução Francesa até a Constituição de Bonn, em todas as Constituições escritas, o axioma fundamental de que os deputados não estão sujeitos a ordens e instruções» dos eleitores. Ibidem, p. 12. Ver, por exemplo, KELSEN, Hans. *O Problema do Parlamentarismo in Representação Política: Textos Clássicos*, Tradução de João Tiago Proença, Livros Horizonte, 2009, Lisboa, pp. 156-159.

¹³⁶ ARBLASTER, Anthony. *a democracia*, p. 126. Sobre a *posição radical de Paine*, veja-se Thomas Paine, *Common Sense*, Harmondsworth, Penguin Books, 1976, 67. Citado em ARBLASTER, Anthony. *a democracia*, p. 64.

¹³⁷ Cf. A. SCHUMPETER, Joseph. (1949): p. 321. Não obstante, a teoria clássica «consiste em atribuir ao eleitoral o poder de decidir sobre assuntos político». Idem. Para um aprofundamento sobre este tema da «seleção dos representantes» veja-se SARTORI, Giovanni, p.42. Como diz Arblaster, «O que estava, evidentemente, na tradição da resposta de Burke aos eleitores em Bristol, quase dois séculos antes». In ARBLASTER, Anthony. *a democracia*, p. 85.

¹³⁸ Ibidem, p. 321. É a «existência do elemento competitivo, que constitui a própria essência da democracia». Ibidem, p. 334. Este novo princípio democrático não «implica a representação proporcional [...]. Se aceitação da liderança é a verdadeira função do voto. O princípio da democracia, então, significa apenas que as rédeas do governo devem ser entregues àqueles que contam com maior apoio do que outros indivíduos ou grupos concorrentes». Ibidem, p. 325. Neste sentido, «E esta definição, [...] parece assegurar a situação do sistema majoritário dentro da lógica do método democrático». Idem. Ver, por exemplo, LEIBHOLZ, Gerhard, p. 44.

¹³⁹ Ibidem, p. 291.

se diferencie o método democrático de outros métodos políticos. Por esse método qualquer pessoa, em princípio, é livre para competir pela liderança em eleições livres»¹⁴⁰. Conforme diz Lipset: «O elemento característico e mais válido da democracia é a formação de uma elite na luta competitiva pelo voto de um eleitorado principalmente passivo»¹⁴¹ no que diz respeito à governação. De facto, é a congruência deste método que o torna *alternativo* ao ideal clássico do *governo do povo*.

Para Pateman, «a principal crítica de Schumpeter à doutrina clássica era que o papel de participação e tomada de decisões por parte do povo baseava-se em fundamentos empiricamente irrealistas, em sua teoria revisada o ponto vital é a competição dos que potencialmente tomam as decisões pelo voto do povo»¹⁴². Arblaster conclui «que o ideal clássico do governo do povo não só era impossível mas também indesejável, por causa da comprovada ignorância, irracionalidade e apatia do povo em matéria da governação»¹⁴³.

O que diferencia mais a teoria schumpeteriana da teoria clássica é o seu «reconhecimento do papel vital da liderança. A teoria clássica não previa esse fato. [...] atribuía ao eleitorado um grau totalmente irrealista de iniciativa, que praticamente equivalia a ignorar a liderança»¹⁴⁴. De acordo com Kelsen, podemos dizer que só «na democracia ideal não há lugar para uma natureza de chefe»¹⁴⁵. Ora, o que nos interessa aqui é a democracia real, em que «a realidade social de fato é o domínio, a existência de chefes»¹⁴⁶. Bobbio enalteceu esta ideia, ao afirmar que «Joseph Schumpeter acertou em cheio quando sustentou que a característica de um governo democrático não é a ausência de elites mas a presença de muitas elites em concorrência entre si para a conquista do voto popular»¹⁴⁷. Assim sendo,

¹⁴⁰ PATEMAN, Carole. (1970): p. 13. Segundo ela, «Schumpeter comparava a competição política por votos à operação do mercado (económico): à maneira dos consumidores, os eleitores colhem entre as políticas (produtos) oferecidos pelos empresários políticos rivais, e os partidos regulam a competição do mesmo que as associações de comércio na esfera económica» idem. Sobre esta analogia, ver B. MACPHERSON, C. (1977): pp. 82-83 e BOTTOMORE, T. B. (1964). *As Elites e a Sociedade*, segunda edição, Tradução de Otávio Guilherme C. A. Velho, Zahar Editores, Rio de Janeiro, p. 103.

¹⁴¹ FINLEY, M. I. *Democracy, Ancient and Modern*, Chatto & Windus, Londres, 1983, p. 12. Citado em ARBLASTER, Anthony. *a democracia*, p. 86.

¹⁴² PATEMAN, Carole. (1970): p. 13.

¹⁴³ ARBLASTER, Anthony. *a democracia*, p. 85.

¹⁴⁴ A. SCHUMPETER, Joseph. (1949): p. 322. O mesmo se pode dizer que a teoria clássica não previa a importância dos partidos políticos». Esta «democracia representativa dos partidos, [...] na sua estrutura fundamental, é diferente da tradicional democracia parlamentar representativa-liberal». In LEIBHOLZ, Gerhard, pp. 30-31.

¹⁴⁵ KELSEN, Hans. (1955). *A Democracia*, p. 88. «Mas o ideal de liberdade da democracia, a ausência de domínio e, por isso, de chefes, é irrealizável mesmo aproximadamente». Idem.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ BOBBIO, Norberto. (1984): p.39. «O conceito de elite política foi apresentado por Mosca e Pareto como um termo-chave em uma nova ciência social, [...] fazia parte de uma doutrina que se opunha ou tomava uma atitude crítica em relação à democracia moderna, e ainda mais em relação ao socialismo moderno». In

«podemos dizer que a eleição do governo implica praticamente a decisão sobre quem será o seu líder»¹⁴⁸. Assim, ficou demonstrado que «a escolha, glorificada idealmente como o chamado do povo, não é iniciativa deste último, mas criada artificialmente [...]. Em todos os casos, a iniciativa depende do candidato que se apresenta à eleição e do apoio que possa despertar. Os eleitores se limitam a aceitar essa candidatura de preferências a outras, ou a recusar-se a sufragá-la»¹⁴⁹.

Neste sentido, podemos concluir que «a democracia não significa nem pode significar que o povo realmente governa em qualquer dos sentidos tradicionais das palavras *povo e governo*. A democracia significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que o governarão [...]. Um dos aspetos dessa definição pode ser expressado se dizemos que a democracia é o governo dos políticos»¹⁵⁰, e não do povo. Somente aos políticos é que a participação política dá o poder de governar, e não ao povo. Como ficou exposto acima, o governo do povo só é possível nas sociedades primitivas ou nas pequenas comunidades políticas¹⁵¹. Nas sociedades modernas, «o povo jamais governa, mas pode sempre governar por definição»¹⁵².

1.4. Sufrágio universal e seus críticos

O presente estudo traduz uma outra perspetiva do pensamento de autores liberais que analisámos anteriormente, focando-nos agora na defesa da limitação do sufrágio universal.

BOTTOMORE, T. B. (1965). *As Classes na Sociedade Moderna*, segunda edição, Tradução de Fanny Tabak, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978, p. 15.

¹⁴⁸ A. SCHUMPETER, Joseph. (1949): p. 326. «O eleitorado não forma o governo, mas sim um órgão intermediário». «O que entendemos por política? O conceito é extremamente amplo e compreende qualquer tipo de liderança independente em ação. Hoje, nossas reflexões não se baseiam, decerto, num conceito amplo. Queremos compreender como política apenas a liderança, ou a influência sobre a liderança, de uma associação política, e, daí hoje, de um Estado». In WEBER, Max. (1946). *Ensaio de Sociologia*, 4ª Edição, Tradução de Waltensir Dutra, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979, p. 97.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 336. Isso significa que «a legitimação procede do topo, mas a legitimidade é concedida a partir da base». In PARKIN, Frank. (1982). *Max Weber*, 1ª edição, Tradução de Paulo Pedroso, Celta Editora, Oeiras, 1996, p. 58-88, p. 59. Em sociologia dos partidos, Michels afirma que «a humanidade não prescindir da classe política; contudo, esta só pode abranger uma fracção da sociedade». In MICHELS, Robert. (1989). *Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna*, 1.ª edição, Tradução de José M. Justo, Antígona, Lisboa, 2001, p. 46.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 339. Segundo Alain Touraine, «a democracia não significa o poder do povo». In TOURAINE, Alain. (1994). *O que é a Democracia*, tradução de Fernando Tomaz, Instituto Piaget, Lisboa, p. 63. Segundo Kelsen, «pode até pensar-se uma democracia sem parlamento: a chamada democracia direta. Só que, para o Estado moderno, essa democracia direta, a formação da vontade do Estado na assembleia do povo, é praticamente impossível». Isso quer dizer que a democracia direta é impraticável nas sociedades complexas. In KELSEN, Hans. *O Problema do Parlamentarismo*, in *Representação Política: Textos Clássicos*, Tradução de João Tiago Proença, Livros Horizonte, 2009, Lisboa, p. 154.

¹⁵¹ Cf. Ibidem, p. 295.

¹⁵² Ibidem, p. 297.

Mostrar-se-á que essa defesa foi feita pelos autores¹⁵³ que no início do seu pensamento político eram a favor do sufrágio universal, mas que, com o passar do tempo, consideraram que, para o bom funcionamento da democracia representativa, não era necessária a participação de todos os cidadãos na escolha dos representantes. Tentaremos demonstrar o porquê desta mudança e as críticas que esses autores endereçaram ao sufrágio universal.

É essencial, desde já, observarmos o próprio conceito do sufrágio, tal como se encontra definido por Manuel M. Martins:

«O sufrágio corresponde à expressão de um direito que reconhece ao indivíduo a possibilidade de intervir no processo de seleção dos governantes que acedem a esta condição através da eleição política. Traduz, basicamente, uma condição de cidadania política que é independente do seu uso. O exercício deste direito implica um ato “*voto*” que manifesta uma escolha especificamente destinada à legitimação do mando»¹⁵⁴.

Vimos que havia certos fatores de bloqueio ao sufrágio universal. E esses fatores baseavam-se nas seguintes matrizes: «a matriz liberal e a matriz elitista»¹⁵⁵. No presente estudo, abordaremos apenas a primeira matriz. «A primeira elegeu o binómio razão-propriedade para sustentar as restrições ao direito de voto, num ajustamento aos interesses da burguesia emergente que conduziu os destinos do governo representativo até à democracia representativa»¹⁵⁶. Fukuyama realça que a resistência ao alargamento do sufrágio tinha a ver com os benefícios materiais que o regime representativo proporcionava às elites europeias, e não só, mas também no domínio das ideias. É por isso que, no século XIX, muitos intelectuais apresentaram argumentos bastante prudentes contra o sufrágio universal ou o princípio de *um homem, um voto*. Com efeito, uma das críticas mais sustentadas contra este princípio foi da autoria de Stuart Mill¹⁵⁷, como veremos posteriormente.

¹⁵³ Trata-se dos seguintes autores liberais: Jeremias Bentham, James Mill e John Stuart Mill. Ver B. MACPHERSON, C. (1977): pp. 39-79.

¹⁵⁴ MEIRINHO MARTINS, Manuel, 2008, p. 149. Portanto, «ao traduzir uma operação de vontade do eleitor, o voto concretiza o princípio da representação popular [...] o sufrágio deve ser entendido numa perspetiva normativa e numa perspetiva política». Idem. Ver, por exemplo, os «Princípios gerais do sufrágio» ibidem, p. 150.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 155.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 155. «A segunda acentua o eixo da propriedade associado às elites económicas e estabelece uma relação direta entre o capitalismo e o desenvolvimento da democracia». Idem. Ver os «condicionalismos» que podem ser associados a estas duas matrizes, ibidem, pp. 159-160 e 161.

¹⁵⁷ FUKUYAMA, Francis. (2014): p. 570. Veja-se os «critérios» para a exclusão do sufrágio, MARQUES BESSA, António. *A Arte de Governar*, 1996, p. 117.

Tínhamos visto que alguns autores liberais como Bentham e James Mill, no começo do século XIX, acreditavam que o princípio de *um homem, um voto* não seria arriscado para a propriedade, ou para a continuidade das sociedades divididas em classes¹⁵⁸, mas, alguns anos depois, ambos os autores deixaram de acreditar que o princípio do sufrágio universal não seria arriscado para a propriedade, dado que a «exigência política» já não era como antes. Conforme Macpherson, «tratava-se de um duplo problema: o sistema político devia produzir governos que tanto estabelecessem e fomentassem uma sociedade de mercado livre quanto protegessem os cidadãos contra governos rapaces»¹⁵⁹. Com efeito,

«a questão crucial na resolução desse problema vinha a ser o grau das franquias [...]. O grau e autenticidade das franquias tornava-se a questão central, dado que, na Inglaterra de inícios do século XIX, os teóricos estavam em condições de tomar por evidente e sem mais discussão o restante do arcabouço do governo representativo [...]. A questão que lhes incumbia resolver era sobre que dispositivos quanto ao grau e autenticidade das franquias produziriam tantos governos que fomentassem uma sociedade de mercado livre como também protegesse os cidadãos contra o governo»¹⁶⁰.

Segundo este autor, quase nada disso «satisfez a Bentham por duas décadas depois que ele começou a pensar sobre sistemas políticos»¹⁶¹. É por isso que «numa obra escrita entre 1791 e 1802 ele era a favor de uma franquia limitada, excluindo os trabalhadores»¹⁶². Também «em 1809 ele defendia uma franquia para chefes de família que tivessem casa própria, limitada aos que pagassem imposto direto sobre propriedade»¹⁶³. Já «em 1817 ele falava de uma franquia virtualmente universal, excluindo apenas os de menor idade e analfabetos, [...] mas naquela mesma obra ele declarava que embora se tivesse convencido da segurança do princípio do sufrágio universal, estava também convencido das razões e consistência com as quais, para o bem da união e concórdia, muitas exclusões deviam ser

¹⁵⁸ Cf. B. MACPHERSON, C. (1977): p. 17. «Em meados do século XIX, duas mudanças naquela sociedade impunha-se à atenção dos pensadores liberais, mudanças que exigiam um modelo diferente de democracia. Uma dessas mudanças era que a classe trabalhadora que Bentham e James Mill não consideraram perigosa começava a parecer perigosa à propriedade». Ibidem, p. 49.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 39.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 39-40. Também havia outras questões cruciais «tal como o voto secreto, eleições periódicas e frequentes, e liberdade de imprensa, o que tornaria livre o voto e expressão eficaz dos desejos do votante». Idem.

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² *Principles of Legislation*, Cap. 13, Seção 9; em Orgden (org.): *The Theory of Legislation*, p. 81. Citado em B. MACPHERSON, C. (1977): p. 40.

¹⁶³ *Plan of Parliamentary Reform*, 1818, pp. 40-127. Citado em B. MACPHERSON, C. (1977): p. 40.

feitas, pelo menos por certo tempo»¹⁶⁴. Stuart Mill, «o herdeiro da tradição utilitarista britânica»¹⁶⁵, na mesma linha do pensamento de Bentham, viria a defender quase da mesma forma a limitação temporária do direito de voto.

Bentham advogou em favor da franquia limitada, pois não estava convencido de que um governo saído de uma franquia universal teria interesse, naquela época, em criar as leis que garantissem a segurança da propriedade individual¹⁶⁶: «E dado que os homens diferem entre si em capacidade e energia, alguns obterão mais propriedade que outros. Qualquer pretensão da lei de reduzi-las à igualdade destruiria o incentivo à produtividade. Daí, na alternativa entre igualdade e segurança, a lei não pode ter hesitação alguma: a igualdade deve ceder»¹⁶⁷. Em conformidade com Macpherson, podemos concluir que Bentham só passou a defender o «princípio da franquia democrática quando se convenceu de que os pobres não utilizariam seus votos para nivelar ou destruir a propriedade»¹⁶⁸ dos ricos.

James Mill, o maior discípulo de Bentham, foi de facto menos democrata do que o seu mestre¹⁶⁹. «Pois no mesmo artigo sobre *Governo* em que defendeu a franquia universal, James Mill valeu-se de considerável habilidade ao indagar se qualquer franquia mais estreita poderia dar a mesma segurança para o interesse de cada cidadão como o daria a franquia universal, e argumentava que seria prudente excluir todas as mulheres, todos os homens menos de 40 anos, e os mais pobres, que constituem um terço dos homens de mais de 40»¹⁷⁰, por defender que «todos os indivíduos cujos interesses estão indiscutivelmente incluídos nos dos demais

¹⁶⁴ *Plan of Parliamentary Reform*, 1818, pp. 35-37 e 41. Citado em B. MACPHERSON, C. (1977). p. 40. Como diz Macpherson, é provável que «as mulheres» sejam excluídas do direito de voto.

¹⁶⁵ ARBLASTER, Anthony. *a democracia*, p. 77. Uma tradição que começou «com Bentham, que foi o sistematizador original da teoria que veio a ser conhecida como utilitarismo, e passar a James Mill [...] discípulo completo de Bentham». In B. MACPHERSON, C. (1977): p. 30. Bentham, em 1820, «era a favor da franquia para adultos do sexo masculino; mas mesmo nessa ocasião declarava que com prazer apoiaria a franquia mais limitada para o chefe de família, exceto que não podia ver como isso satisfaria os excluídos, que talvez constituam uma maioria de adultos do sexo masculino» *Radicalism Not Dangerous*, em Works, org. por Bowring, iii, 102. Citado em B. MACPHERSON, C. (1977): p. 40.

¹⁶⁶ Cf. B. MACPHERSON, C. (1977): P. 36. «A civilização é impossível, diz Bentham, sem a segurança de propriedade dos frutos do próprio trabalho». Idem.

¹⁶⁷ *Principles of the Civil Code*, parte I, Cap. II; Ogden, p. 120. Citado em B. MACPHERSON, C. (1977): P. 36.

¹⁶⁸ B. MACPHERSON, C. (1977): P. 42. «Os pobres, argumentava ele, têm mais a ganhar com a manutenção da instituição da propriedade do que destruindo-a». Idem.

¹⁶⁹ Cf. Idem.

¹⁷⁰ Ibidem, pp. 42- 43. Para Macpherson, «a noção de excluir todos os homens abaixo de 40 anos de idade era tão palpavelmente absurda que a ninguém ofenderia». Ibidem, p. 45. No entanto, «mais tarde ele negou que estivesse defendendo a exclusão das mulheres, e muito menos a dos homens de menos 40 anos; seu filho informa ter ele dito que apenas indagava quanto ao limite ótimo permissível de restrição, admitindo que a franquia devesse ser restringida». In J. S. Mill: *Autobiography*, org. por Laski, Oxford World's Classics, 1924, pp. 87-88. Citado em B. MACPHERSON, C. (1977): P. 46. Mas como diz Macpherson, «a redação do artigo sugere não que ele considerasse as restrições como infelizmente necessárias concessões ao realismo político, mas antes que ele as considerava proveitosas no sentido de que os eleitores fizessem uma boa escolha». In B. MACPHERSON, C. (1977): p. 46. A razão parece estar do lado da redação do artigo, dado que a exclusão evitaria uma má escolha dos governantes como se pensava naquela época.

indivíduos podem ser excluídos sem inconveniência»¹⁷¹, como era o caso das mulheres ou dos pobres. É absurdo considerar uma pessoa incompetente por ser pobre ou por ser mulher.

De outro modo, James Mill alegava que «a grande maioria dos idosos têm filhos, cujo interesse consideram como parte do seu próprio interesse. É uma lei da natureza humana. Não há, pois, grande perigo em que, numa organização como essa, o interesse dos jovens seja grandemente prejudicado em benefício dos mais velhos»¹⁷². Mas, como diz Macpherson, «Macaulay, um dos seus críticos mais exaustivos, chamou a atenção para as fracas razões de Mill para a exclusão das mulheres»¹⁷³.

Stuart Mill, à semelhança dos seus antecessores, também «formulou vários argumentos contra o sufrágio universal e igual para todos»¹⁷⁴. Mas Arblaster fez notar que Mill fê-lo apenas depois de se afastar da robusta fé democrática dos seus primeiros mentores. Sob a influência de vários pensadores, ele viria a partilhar e a exprimir as suas dúvidas em relação à democracia de tantos liberais do século XIX¹⁷⁵. Segundo Arblaster, «sobre as suas opiniões na década de 1840 escreveu: Éramos agora muito menos democratas do que eu já fora, porque, visto que a educação continua a ser tão abominavelmente imperfeita, passámos a rezear a ignorância e particularmente o egoísmo e brutalidade das massas»¹⁷⁶. Stuart Mill admitiu a existência de algumas exclusões, exigidas por motivos inquestionáveis, que não entrariam em conflito com princípio do sufrágio universal¹⁷⁷. Pensava que «o ensino universal deverá preceder a libertação universal»¹⁷⁸, e argumentava que «a assembleia que vota os impostos gerais ou locais seja exclusivamente eleita pelos que pagam qualquer parcela dos

¹⁷¹ *An Essay on Government*, or. por E. Barker, Cambridge, 1937, p. 45. Citado em B. MACPHERSON, C. (1977): P. 43. Na verdade, «isso dizia respeito às mulheres, pois o interesse de quase todas implicava ou o de seus pais ou o de seus maridos». Idem. De acordo com Jonathan Wolff, podemos constatar que é «o argumento comumente utilizado nos inícios do século XX para recusar o direito de voto às mulheres». In WOLFF, Jonathan. (1996). *Introdução à Filosofia Política*, 2ª edição, Tradução de Maria de Fátima St. Aubyn Gradiva, Lisboa, 2011, p. 151.

¹⁷² *An Essay on Government*, or. por E. Barker, Cambridge, 1937, pp. 46-47. Citado em B. MACPHERSON, C. (1977): P. 43. Macpherson fez notar que «Mill tinha 47 anos em 1820». Idem.

¹⁷³ B. MACPHERSON, C. (1977): P. 45.

¹⁷⁴ FUKUYAMA, Francis. (2014): p. 571.

¹⁷⁵ Cf. ARBLASTER, Anthony. *a democracia*, p. 77. «Thomas Carlyle, Saint-Simon e Tocqueville» foram estes autores que mais o influenciaram nesse sentido. Idem. tendo declarado ele: «deixei de considerar a democracia representativa um princípio absoluto, [...] e vi-a como uma questão de tempo, lugar e circunstância». John Stuart Mill, *Autobiography*, ed. Jack Stillinger, Londres, Oxford University Press, 1971, p. 102. Citado em ARBLASTER, Anthony. *a democracia*, p. 77.

¹⁷⁶ ARBLASTER, Anthony. *a democracia*, p. 77.

¹⁷⁷ Cf. MILL, Stuart. (1967). p. 205. Dizia ele: «Considero totalmente inadmissível que qualquer pessoa participe de eleições sem ser capaz de ler, escrever e, ainda juntarei, executar as operações da aritmética». Idem.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 206.

impostos exigidos»¹⁷⁹. No entender de Fukuyama, isso quer significar que só «os contribuintes deveriam votar»¹⁸⁰ e, portanto, que «as pessoas que viviam da assistência social não deveriam ter direito de voto porque estavam essencialmente a viver à conta dos contribuintes»¹⁸¹.

De acordo com Fukuyama, «o segundo argumento de Mill contra o sufrágio igual prende-se com as qualificações e o sentido de responsabilidade dos eleitores. Mill não contesta o princípio do sufrágio universal, dado que a posse e o exercício de direitos políticos e, entre outros, eleitorais é um dos instrumentos principais para a educação moral e intelectual da mente popular»¹⁸². Não obstante, ele «contesta o princípio de um homem, um voto»¹⁸³. De acordo com Macpherson, podemos afirmar que este princípio, para ele, admitia a dominação da classe «mais numerosa. Uma pessoa, um voto significaria, portanto, uma legislação classista no suposto interesse imediato de uma classe»¹⁸⁴. Algo que Stuart Mill queria evitar de qualquer modo, e testemunhou-o no capítulo VIII da sua obra *O Governo Representativo*, ao defender que representação devia ser de todos e não somente de uma maioria¹⁸⁵.

Ao contrário de seus mentores, Stuart Mill parece não ter defendido a exclusão das mulheres, ao afirmar: «Ninguém pretende pensar que as mulheres usassem mal o sufrágio. O pior que se diz é que votariam como simples dependentes, conforme mandassem os parentes masculinos»¹⁸⁶. Como vimos acima, era normal pensar-se deste modo naquela época. Veremos no segundo capítulo deste trabalho que as razões apresentadas no presente estudo não são suficientes para defender o sufrágio limitado. Iremos observar que é possível defender qualquer modalidade de sufrágio limitado sem admitir a exclusão das mulheres ou dos sem propriedade, mas para tal será necessário provar que as razões apresentadas se adequam aos estudos empíricos sobre o comportamento dos votantes.

¹⁷⁹ MILL, Stuart. (1967). p. 207. Digamos que este argumento de Stuart Mill deve ser inserido no contexto da sua época, isto é, do *governo representativo* que «decorre do facto de o modelo não incluir uma ampla participação dos cidadãos no processo representativo». In MEIRINHO MARTINS, Manuel, 2008, p. 75.

¹⁸⁰ FUKUYAMA, Francis. (2014): p. 571. Segundo Fukuyama, essa «ideia [...] era o reverso do princípio nenhuma taxação sem representação». Idem.

¹⁸¹ Idem. Ver MILL, Stuart. (1967): pp. 209-210.

¹⁸² FUKUYAMA, Francis. (2014): p. 571.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ B. MACPHERSON, C. (1977): p. 61. «A razão pela qual a franquia igualitária para adultos masculinos não ensinou o governo classista que Mill receava foi o extraordinário êxito com o qual o sistema partidário teve condições de domesticar a democracia [...] o sistema partidário tem sido o meio de conciliar a franquia universal com a manutenção de uma sociedade desigual». Ibidem, pp. 68-72.

¹⁸⁵ Cf. MILL, Stuart. (1967): p. 199.

¹⁸⁶ MILL, Stuart. (1967): p. 225. Ver MILL, John Stuart. *A Sujeição das Mulheres*, tradução de Benedita Bettencourt, Almedina, Coimbra, 2006.

CAPÍTULO II

A EPISTOCRACIA

Como apresentámos no capítulo anterior os teóricos liberais, Bentham e James Mill, que apoiaram, no início do século XIX, o princípio de uma pessoa, um voto¹⁸⁷, vieram, mais tarde, em meados desse século, defender o sufrágio restrito.

No presente capítulo, considerar-se-ão *moralmente arbitrárias* as razões invocadas, pelos referidos pensadores liberais, para restringirem o sufrágio universal. Aqui, a restrição ao sufrágio basear-se-á no princípio da competência tal como se encontra delineado em *Contra a Democracia* de Jason Brennan. Nessa obra, Brennan apresenta a epistocracia como uma alternativa para melhorar a democracia representativa, tal como ela é praticada na contemporaneidade¹⁸⁸. Como veremos, o princípio da competência opõe-se ao princípio de sufrágio universal defendido pelos teóricos da democracia representativa. Desde já podemos perguntar: *quem deve ser autorizado a votar?* A resposta a esta pergunta será dada ao longo deste capítulo.

É necessário, desde já, atendermos ao próprio conceito de epistocracia, tal como é definido por Brennan: «epistocracia significa o governo dos sábios. Mais precisamente, um regime político é epistocrático na medida em que o poder político é formalmente distribuído de acordo com a competência, a capacidade e a boa-fé para agir com base nessa capacidade»¹⁸⁹. O que importa presentemente é a diferença entre a democracia representativa com sufrágio universal e a epistocracia com sufrágio restrito¹⁹⁰. De acordo com Bobbio, a democracia representativa é «um regime no qual todos os cidadãos adultos têm direitos políticos – onde existe, em poucas palavras, o sufrágio universal»¹⁹¹. Este regime concede a

¹⁸⁷ Cf. B. MACPHERSON, C. (1977): p. 17. Como tínhamos visto, Stuart Mill foi um caso a parte.

¹⁸⁸ Cf. BRENNAN, Jason. (2016): p. 35. Como tínhamos visto, as anteriores «*Limitações*» do sufrágio universal baseavam-se «por exemplo ao nível do género, da raça, da profissão e do rendimento». In MEIRINHO MARTINS, Manuel, 2008, p. 150.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 29. Ou seja, é um governo eleito pelo eleitorado que mais compreende os factos políticos relevantes. Cf. Ibidem, p. 228. «Epistocracia ou epistemocracia, [...] é um conceito de sistema político baseado na ideia de episteme. O termo foi usado por Platão na filosofia grega, no século 4º a.C., para se referir ao conhecimento verdadeiro, em oposição à opinião infundada, sem reflexão». BRENNAN, Jason. *Decisão política deveria vir dos que têm conhecimento*, Folha de S. Paulo, 07 de Novembro de 2016. Acedido a 14/02/2018. In <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/11/1829957-decisao-politica-deveria-vir-dos-que-tem-conhecimento-diz-filosofo.shtml>. Ver FERRO, Mário e TAVARES, Manuel. *Análise das obras de Górgias e Fédon de Platão*, 1ª, 2ª e 3ª edição, Editorial Presença, Lisboa, 2001, p. 30.

¹⁹⁰ Cf. BRENNAN, Jason. *O Direito a um Eleitorado Competente*, Investigação Filosófica: vol. E4, Tradução de Aluízio Couto, 2016, p. 180.

¹⁹¹ BOBBIO, Norberto. (1984): pp. 56-57.

cada pessoa, um voto¹⁹², independentemente da competência que tenha. Segundo Steven S. Gouveia, pelo contrário, «num sistema epistocrático, o peso dos votos de cada pessoa dependerá da sua formação e nível de especialidade»¹⁹³. Como diz Brennan: «a epistocracia concede a alguns cidadãos mais poder do que a outros com o argumento de que os primeiros têm mais conhecimento a respeito das ciências sociais relevantes»¹⁹⁴.

Brennan afirma que «as democracias modernas concedem a cada cidadão adulto o direito legal ao voto. Muitas vezes pessoas foram impedidas de votar por razões moralmente arbitrárias como a cor da pele ou o sexo. Essa prática era injusta»¹⁹⁵. No entanto, «pode haver boas razões para negar o poder a muitos [...]». É injusto garantir a certos cidadãos o direito legal de exercer poder político sobre os outros»¹⁹⁶. Veremos de acordo com Brennan porque é que é injusto conceder o direito legal de voto aos cidadãos incompetentes. Deste modo, poderemos concluir que todos «os cidadãos devem ter competência moral e epistémica suficiente para ter o direito ao voto»¹⁹⁷. Veremos segundo o autor que a idade não deveria ser o único critério para restringir o direito ao sufrágio, mas também a competência.

Como vimos, «a democracia caracteriza-se fundamentalmente pela Lei do Povo. Pelo contrário, a epistocracia caracteriza-se pela Lei dos Especialistas [...]». A diferença fundamental entre a democracia e a epistocracia é a forma como elegemos o governo. Todas as instituições sociais e políticas mantêm-se, mas não temos por princípio um sufrágio universal e igual para todos»¹⁹⁸ os cidadãos. Sendo assim, poderemos concluir de acordo com Ricardo T. da Silva que, «todas as objeções que têm sido habitualmente apresentadas contra a democracia representativa devem ser vistas, afinal, como objeções ao sistema eletivo»¹⁹⁹.

¹⁹² Cf. MEIRINHO MARTINS, Manuel, p. 150. Mário Saraiva afirma que: «o mito-base da liberal democracia é a igualdade. Nela se funda e por ela se justifica toda a construção ideológica democrata. O princípio eletivo do sufrágio universal, como origem política dos governantes, e a vitória das maiorias, como expressão da vontade geral, são corolários e exclusivos da aceitação da igualdade política entre os homens como realidade objetiva». In SARAIVA, Mário. *Os Pilares da Democracia*, Livraria clássica Editora, Lisboa, 1949, p. 11.

¹⁹³ S. GOUVEIA, Steven, *A Ignorância e Injustiça da Democracia*, In GODOY, Guilherme; JOÃO INÁCIO, Maria e S. GOUVEIA, Steven. *Pensar a Democracia*, 1ª edição, Editores e Contribuintes, Charleston-USA, 2017, p. 369.

¹⁹⁴ BRENNAN, Jason. *A ética e a racionalidade do ato de votar*, Trad. De Aluísio Couto, 01 de Outubro de 2016. Acedido 14/02/2018. In <http://criticanarede.com/tevot.html>

¹⁹⁵ BRENNAN, Jason, p. 180. Ver MEIRINHO MARTINS, Manuel, p. 161.

¹⁹⁶ Idem. «Como paralelo, seria injusto impedir cidadãos ateus de dirigir porque eles são ateus. Entretanto, mesmo que essa lei fosse injusta, disso não se seguiria que todas as restrições ao direito legal de dirigir seriam injustas. O mesmo sucede com os direitos políticos». Idem.

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ S. GOUVEIA, Steven, pp. 369-371.

¹⁹⁹ TAVARES DA SILVA, Ricardo. A Democracia e Meritocracia, In GODOY, Guilherme; JOÃO INÁCIO, Maria e S. GOUVEIA, Steven. *Pensar a Democracia*, 1ª edição, Editores e Contribuintes, Charleston-USA, 2017, p. 303.

2. Enquadramento histórico e teórico

O objetivo desta análise consiste em dar a conhecer em que circunstâncias é que surgiu aquilo que viria a ser denominado de epistocracia. Veremos se é ou não a melhor forma de seleção dos representantes. Neste sentido, iremos analisar os principais argumentos a favor do princípio da competência²⁰⁰ política.

O conceito da epistocracia, uma forma de regime político que se baseia no princípio da competência individual, encontra o seu eco no pensamento político-filosófico de Platão²⁰¹. Como é sabido, «a derrota dos atenienses pelos Espartanos levou à decadência do regime democrático e à imposição da tirania dos “30 tiranos” [...]. Platão foi contemporâneo da guerra, das dificuldades políticas, sociais e económicas da democracia ateniense e do processo movido contra Sócrates [...]. Assim, não é de estranhar a sua proposta de um novo Estado, proposta que é uma espécie de desmistificação da democracia real»²⁰². É na sua obra *A República* que Platão apresenta esse modelo do novo Estado justo²⁰³.

Segundo Ricardo T. da Silva, «para Platão, o critério da competência nos dá resposta ao problema de saber a quem cabe a titularidade do poder»²⁰⁴ político. Brennan afirma que «Platão defendeu o governo de reis filósofos, uma forma extrema de epistocracia»²⁰⁵. Ele pensava que «a sociedade justa é impossível, a menos que os reis se tornem filósofos ou os filósofos se tornem reis. A formação filosófica, [...] é uma qualificação necessária para governar»²⁰⁶. Contudo, «Aristóteles respondeu a Platão que, embora o governo dos filósofos-reis fosse melhor, nunca teremos nenhum filósofo-rei. [...] tentar formar alguém para se

²⁰⁰ Cf. TAVARES DA SILVA, Ricardo, p. 306. Diz-nos Brennan que, «O princípio da competência não é o único pelo qual julgar a distribuição de poder político». BRENNAN, Jason. (2016): p. 232.

²⁰¹ Cf. S. GOUVEIA, Steven, p. 369. Segundo Brennan, foi Estlund quem criou este conceito. Cf. BRENNAN, Jason. (2016): p. 342. «Termo cunhado por Estlund, 2003». In GOUVEIA, Steven, p. 369. Ver ESTLUND, David (2003), *Why Not Epistocracy*, in *Desire, Identity, and Existence: Essays in Honor of T. M. Penner*, edited by Naomi Rshotko, 55-69, New York: Academic Printing and Publishing.

²⁰² FERRO, Mário e TAVARES, Manuel. *Análise das obras de Górgias e Fédon de Platão*, 1ª, 2ª e 3ª edição, Editorial Presença, Lisboa, 2001, p. 49. «Guerra do Peloponeso».

²⁰³ Idem, «O Estado organiza-se como uma hierarquia de classes, de funções e de virtudes». Ibidem, p. 50. Sobre os possíveis «problemas com os guardiães» ver WOLFF, Jonathan. (1996). *Introdução à Filosofia Política*, 2ª edição, Tradução de Maria de Fátima St. Aubyn Gradiva, Lisboa, 2011, pp. 103-106. É uma cidade «justa pelo facto de cada um executar nela a sua tarefa específica, em cada uma das suas três classes». In PLATÃO. (1949). *A República*, 13.ª edição, Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2012, p. 201.

²⁰⁴ TAVARES DA SILVA, Ricardo, p. 306. Segundo este autor, «pelo que o que resulta é a defesa da aristocracia». Idem.

²⁰⁵ BRENNAN, Jason, p. 180.

²⁰⁶ WOLFF, Jonathan. (1996): p. 102. Platão acreditava na «aptidão natural, tanto do homem como da mulher, para guardar a cidade [...]. Se portanto, utilizarmos as mulheres para os mesmos serviços que os homens, tem de se lhes dar a mesma instrução». In PLATÃO. (1949). *A República*, pp. 221-214. Sobre a «formação filosófica», veja-se os *Livros VI e VII* idem. Segundo Brennan, «os filósofos políticos contemporâneos rotulariam Platão de epistocrata». In BRENNAN, Jason. (2016): p. 29.

tornar filósofo-rei é algo desanimador»²⁰⁷. Aristóteles realçou os perigos deste tipo de governo²⁰⁸. Platão pensava que qualquer outro sistema baseado em consulta popular conduzirá a piores resultados. Isto é, se governar é uma arte dominada por poucos indivíduos, então a democracia parece claramente absurda e irracional²⁰⁹. Devido à competência que esta arte exige, então, «o povo não desempenha qualquer papel e os administradores – os guardiães – detêm todo o poder da comunidade nas suas mãos»²¹⁰.

Vimos que uma das críticas mais bem sustentadas à democracia²¹¹ era da autoria de Stuart Mill. Segundo Jonathan Wolff, a «abordagem fundamental que Mill faz da democracia consiste em defendê-la em termos instrumentais e identificar os passos a dar se existir o perigo de ela poder conduzir a consequências indesejáveis»²¹². Na opinião de Arblaster, foi por isso que Stuart Mill aconselhou que: «todos, incluindo as mulheres, deviam ter um voto, mas os instruídos deviam ter mais em proporção com o nível da sua instrução: isto, acreditava Mill, proporcionaria salvaguarda contra a ignorância, o egoísmo e brutalidade da massa do povo, que ele temia»²¹³.

O próprio Stuart Mill afirma que apenas a competência podia «justificar que se conte com a opinião de uma pessoa como equivalente a mais que outra»²¹⁴. Porém, como não havia um sistema de educação realmente nacional no seu tempo, em que se podia basear a fim de justificar a superioridade intelectual de alguns indivíduos sobre os outros, ele serviu-se habilmente da ocupação como prova para justificar a atribuição de votos plurais²¹⁵. Afirma Stuart Mill:

«A distinção a favor da educação, justa em si, recomenda-se ainda mais e fortemente por preservar os educados da legislação de classe dos não-educados, mas não deverá permitir-lhes

²⁰⁷ BRENNAN, Jason. (2016): p. 29. «As pessoas reais simplesmente não são suficientemente sábias ou boas para desempenhar esse papel [...] No mundo real, a governação é demasiado difícil para ser assumida por uma pessoa sozinha». Idem.

²⁰⁸ ARISTÓTELES. *Política*, 1ª edição, tradução de António Campelo e Carlos de Carvalho Gomes, Bilingue, Lisboa, 1998, p. 125. Isto porque, «são sempre os mesmos que detêm a autoridade, o que pode ser causa de revolta tanto entre o vulgo, como, por maioria de razão, entre os impulsivos e belicosos». Idem. No dizer de Karl Popper: «É um Estado de castas». In POPPER, Karl. (1966). *A Sociedade Aberta e os seus Inimigos*, Edições 70, Tradução de Miguel Freitas da Costa, Lisboa, 2015, p. 71.

²⁰⁹ Cf. WOLFF, Jonathan. (1996): 103. Ver PLATÃO. (1949). *A República*, p. 207; BAYLE, Jean. *A Democracia Falha?* Lisboa, 1949, p. 60.

²¹⁰ WOLFF, Jonathan. (1996): p. 139.

²¹¹ Cf. FUKUYAMA, Francis. (2014): p. 570. Ou seja, contra o princípio de «um homem, um voto».

²¹² WOLFF, Jonathan. (1996): p. 147. Como por exemplo, «o autogoverno do povo».

²¹³ ARBLASTER, Anthony. *a democracia*, p. 78. Ver WOLFF, Jonathan. (1996): p. 149.

²¹⁴ MILL, Stuart. (1967): p. 214. Nas palavras de Stuart Mill, «vincular a pluralidade de votos à condição pecuniária seria não só de objectar-se por si, mas segura maneira de desacreditar o princípio e tornar-lhe impraticável a manutenção permanente». Idem.

²¹⁵ Cf. Idem.

a prática da legislação de classe em proveito próprio [...]. Deverá haver exames voluntários a que qualquer pessoa se submeta de sorte a provar que preenche o padrão de cultura e capacidade instituído como suficiente, sendo admitido, por consequência, à pluralidade de votos»²¹⁶.

A prática de voto plural não era uma novidade para Stuart Mill, visto que era «praticado em eleições de conselhos de paróquias e nos dos guardiães da lei dos pobres»²¹⁷. Pensava que «não é útil mas prejudicial, que a constituição do país declare ter a ignorância o mesmo direito ao poder político que a cultura»²¹⁸. Segundo ele, «os homens, tanto como as mulheres, não precisam de direitos políticos para que possam governar, mas para que não sejam mal governados»²¹⁹.

Em suma, vimos que foi a decadência do regime democrático ateniense que levou Platão a apresentar um modelo do novo Estado²²⁰. Um modelo alternativo no qual a governação seria da responsabilidade dos mais competentes, e não do *démos*. Também vimos que foram os temores da massa do povo que levaram Stuart Mill a apoiar propostas do voto plural a favor dos mais cultos. Percebeu que a massa do povo continuava a ser incompetente mesmo depois de tantos anos de educação²²¹. A proposta apresentada por Brennan para melhorar a democracia insere-se no contexto destes dois autores. Esta proposta deve-se aos *três casos* que podem ser considerados como os maiores «símbolo [s] de problemas na tomada de decisões políticas»²²² na contemporaneidade, a saber: «a ascensão de Donald Trump nos EUA, a decisão britânica de deixar a União Europeia e a definição contrária ao acordo de paz na Colômbia têm sido elencadas como exemplos de uma crise da democracia global e dos sistemas de representação política»²²³. Esses resultados inesperados demonstram de certo modo quão a democracia representativa está a precisar de melhorias.

²¹⁶ Ibidem, pp. 216-217.

²¹⁷ Ibidem, p. 217. Entretanto, era «tão pouco familiar nas eleições para o Parlamento». Idem.

²¹⁸ Ibidem, p. 221.

²¹⁹ Ibidem, p. 225. Ver ARBLASTER, Anthony. *a democracia*, p. 78. Como diz Jonathan Wolff, «isso faz-nos quase regressar a Platão». In WOLFF, Jonathan. (1996): p. 149.

²²⁰ Cf. A.A.V.V., Mário Ferro e Manuel Tavares, 2001, p. 49.

²²¹ Cf. ARBLASTER, Anthony. *a democracia*, p. 78. Como tínhamos dito anteriormente, «Mill temia o autogoverno do povo porque não considerava que constituísse o governo de cada sobre si próprio, mas antes de alguns sobre os restantes». In MEIRINHO MARTINS, Manuel, 2004, p. 148.

²²² BRENNAN, Jason. *Decisão política deveria vir dos que têm conhecimento*, Folha de S. Paulo, 07 de Novembro de 2016. Acedido a 14/02/2018. In <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/11/1829957-decisao-politica-deveria-ir-dos-que-tem-conhecimento-diz-filosofo.shtml>.

²²³ Idem. «Esses impasses favorecem a participação das pessoas em detrimento do conhecimento que elas têm sobre a realidade em questão – o que leva, [...] a escolhas irracionais». Idem.

Nesta proposta, o autor de *Contra a Democracia* defende «uma tese condicional: se existir uma alternativa que funcione melhor, então deveremos optar por ela»²²⁴. A epistocracia afigura-se ser, nesse sentido, como uma simples proposta e não necessariamente, *a priori*, «uma alternativa melhor»²²⁵. A epistocracia só será a melhor alternativa à democracia quando se verificar *a posteriori* que funciona melhor do que a democracia no mundo real e não no mundo imaginário. Brennan afirma que a democracia devia ser avaliada do ponto de vista instrumentalista, e não do ponto de vista procedimentalista²²⁶. A democracia é um instrumento, é um meio para um fim²²⁷. É, por isso que segundo este autor, «a escolha entre a democracia e a epistocracia é instrumental [...] resume-se a decidir que sistema teria melhor desempenho no mundo real»²²⁸. É eleger apenas qual dos dois é o melhor sistema, como veremos.

Ao contrário do que Platão defendia, «os epistocratas não precisam de afirmar que os peritos devem ser chefes. Os epistocratas precisam apenas de sugerir que as pessoas incompetentes ou pouco razoáveis não devem ser impostas às outras como chefes»²²⁹. Também ao contrário de Stuart Mill, os epistocratas não precisam de afirmar que pelo facto de alguém ter mais educação significa que deveria ter mais votos que os restantes. Os epistocratas precisam, sim, de afirmar que alguém que é incompetente não deveria votar e impor a má escolha a outros²³⁰. Na opinião de David Estlund, «a defesa da epistocracia assenta geralmente em três princípios: verdade, conhecimento e autoridade»²³¹. Brennan afirma que «Estlund aceita os princípios da verdade e do conhecimento, mas argumenta que devemos rejeitar o princípio da autoridade. Este envolve o que designa de falácia do perito *ou* chefe. Comete-se tal falácia quando se pensa que ser perito é razão suficiente para deter poder sobre outras pessoas»²³². Com efeito, a defesa da «epistocracia não se assenta no princípio da

²²⁴ BRENNAN, Jason. (2016): p. 20.

²²⁵ Ibidem, p. 20.

²²⁶ Cf. Ibidem, pp. 23-28. Com efeito, estas «são duas teorias básicas da distribuição do poder político». Ibidem, p. 199. Sobres ambas as teorias, veja-se ibidem, pp. 23-28.

²²⁷ Cf. BRENNAN, Jason. (2016): p. 28. Ver, por exemplo, A. SCHUMPETER, Joseph. (1949). p. 291. Segundo Kelsen, «a democracia enquanto sistema político [...] é incapaz de constituir um fim em si própria». KELSEN, Hans. (1955). *A Democracia*, p. 143.

²²⁸ Ibidem, p. 31.

²²⁹ Ibidem, p. 33.

²³⁰ Cf. S. GOUVEIA, Steven, p. 370.

²³¹ ESTLUND, David. (2007). *Democratic Authority: A Philosophical Framework*. Princeton, Nova Jérsea: Princeton University Press, p. 30. Citado em BRENNAN, Jason. (2016): pp. 31-32.

²³² BRENNAN, Jason. (2016): p. 32. Segundo o autor, «ao jogar o princípio da autoridade nas costas dos epistocratas, Estlund faz com que a defesa da epistocracia pareça mais difícil do que realmente é». In BRENNAN, Jason, p. 186-187. Estlund não é favorável ao sufrágio restrito, mas ele é favorável ao sufrágio universal. Ele aceita várias premissas que Brennan defende, mas não pensa que essas premissas justificam o sufrágio restrito. Por este motivo, ele é um grande oponente da posição que Brennan defende. Cf. Ibidem, p. 195.

autoridade, mas no princípio da anti-autoridade [...]. O princípio da competência é uma versão do princípio da anti-autoridade. Enquanto que o princípio da autoridade especifica as qualificações para se ter poder, o princípio da anti-autoridade especifica desqualificações»²³³ para não se deter poder.

2.1. Um governo competente

Certamente que um governo competente é aquele em que o direito de voto e da chefia é restringido a todos os cidadãos incompetentes. Nele, as decisões importantes seriam tomadas pelas pessoas competentes²³⁴. Mas, como temos vindo a verificar, «a democracia com sufrágio universal incondicional concede o poder político de forma promíscua»²³⁵. Segundo Paula do Espírito Santo, porque «o voto é um dos instrumentos básicos de garantia do sistema democrático, condição *sine qua non* do seu funcionamento»²³⁶. Todavia, se o voto for de facto um instrumento como diz esta autora, então, atribuí-lo a todas as pessoas significa *a priori* que são capacitadas para usá-lo de forma correta. Mas, «uma ampla pesquisa empírica tem mostrado que os níveis médios, medianos e comuns de conhecimento político entre os eleitores são extremamente baixo»²³⁷. Nas palavras de Brennan:

«As pessoas diferem no empenho com que defendem as suas opiniões políticas [...]. As pessoas diferem também relativamente à quantidade de informação ou dados de que dispõem para apoiar as suas convicções. Algumas pessoas têm formação sólida nas ciências sociais relevantes. Algumas apenas vêem as notícias. Outras dificilmente sabem alguma coisa sobre a política. Têm opiniões, mas poucos ou nenhuns dados a apoiá-las [...]. As pessoas também

«*En Democratic Authority*, David Estlund presenta y defiende el procedimentalismo epistémico, una teoría alternativa a las teorías instrumentalistas y procedimentalistas de autoridade democrática. Según las teorías instrumentalistas, la democracia se justifica por su capacidad para producir buenos resultados. Según las teorías procedimentalistas, en cambio, la democracia queda justificada por el conjunto de derechos políticos disfrutados por los miembros de una comunidad política [...]. Su objetivo es mostrar que resulta posible justificar la democracia por su tendencia a producir buenos resultados» de forma diferente de ambos teorías. In: M. ESTLUND, David. (2008). *Democracy Authority. A Philosophical Framework*. Princeton University Press, Nueva Jersey, p. 118.

²³³ BRENNAN, Jason, p. 196. «O princípio da anti-autoridade: quando alguns cidadãos são moralmente irrazoáveis, ignorantes ou incompetentes sobre a política justifica-se não conceder a eles poder político sobre os outros». Idem.

²³⁴ Cf. BRENNAN, Jason, p. 185.

²³⁵ BRENNAN, Jason. (2016): p. 199.

²³⁶ DO ESPÍRITO SANTO, Paula. *Sociologia Política e Eleitoral: Modelos e Explicações de Voto*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas: Universidade Técnica de Lisboa, 2006, p. 155.

²³⁷ BRENNAN, Jason. *A ética e a racionalidade do ato de votar*, Trad. De Aluísio Couto, 01 de Outubro de 2016. Acedido 14/02/2018. In <http://criticanarede.com/te vot.html>. Ver, por exemplo SOMIN, I. (2013). *Democracy and Political Ignorance*, Stanford: Stanford University Press e CAPLAN, B. (2007). *The Myth of the Rational Voter*, Princeton: Princeton University Press.

diferem na intensidade e nas formas da participação. Algumas vivem obcecadas pela política do mesmo modo que outras vivem obcecadas pelos casos amorosos das celebridades. Algumas votam, participam, envolvem-se nas campanhas políticas e fazem donativos. Outras nunca participaram nem participação»²³⁸.

Segundo o autor, estas últimas que nunca participaram, «o estado poderia revogar os seus direitos políticos e elas não dariam por isso ou não se importariam»²³⁹. Ora, há alguns filósofos que defendem «que qualquer um que esteja sujeito ao poder político deve ter voz em como esse poder é usado»²⁴⁰. Mas para Brennan, «o direito de votar não dá aos cidadãos poder apenas sobre si próprios, mas também sobre outras pessoas. Temos o direito de nos governar e decidir o que será de nós, mas não temos qualquer direito básico de mandar e decidir pelos outros. Não temos qualquer direito básico de conduzir as vidas de outras pessoas e impor regras sobre elas»²⁴¹. O autor de *Contra a Democracia* argumenta que: «há três grandes tipos de cidadãos democráticos [...] *hobbits*, *hooligans* e *vulcanos* [...]. Quando *hobbits* e *hooligans* votam, exercem poder político sobre os outros, e isto exige uma justificação. Deve ser justificado em comparação com sistemas alternativos – em particular com sistemas epistocráticos, que tentam reduzir os danos que os *hobbits* e os *hooligans* possam provocar»²⁴².

Sendo assim, poderemos perguntar: porque é que os *hobbits* e os *hooligans* devem possuir qualquer grau de poder sobre nós? Ou quem fez deles nossos chefes?²⁴³ Ora, como vimos acima, «possuir o direito ao voto é possuir de algum modo um grau de poder político, mesmo que pequeno. Tal poder é exercido sobre os outros, e não apenas sobre si mesmo [...]

²³⁸ BRENNAN, Jason. (2016): pp. 14-15.

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ WALDRON, J. (1998). Participation Right of Rights: *Proceedings of The Aristotelian Society*, p. 310. Citado em BRENNAN, Jason, p. 182. Dizia Dahl que: «qualquer adulto sujeito às leis do Estado deveria ser considerado suficientemente habilitado para participar do processo democrático de governar esse mesmo Estado». In A. DAHL, Robert. (1999): p. 91.

²⁴¹ Idem.

²⁴² BRENNAN, Jason (2016): pp. 15-199. «Os *hobbits* são sobretudo apáticos e ignorantes quanto a política. Carecem de opiniões fortes e firmes sobre a maioria das questões políticas [...]. Preferem viver as suas vidas sem prestar muita atenção à política. Os *hooligans* são os fanáticos desportivos da política [...]. Podem apresentar argumentos a favor das suas convicções, mas não conseguem explicar pontos de vista alternativos de um modo que as pessoas com outras visões considerem satisfatório. Os *vulcanos* pensam científica e racionalmente sobre política. As suas opiniões são fortemente baseadas na sociologia e na filosofia. São autoconscientes e apenas confiam dentro do que os dados permitem [...] conseguem explicar pontos de vista contrários aos seus [...]. Interessam-se por política, mas ao mesmo tempo são imparciais [...]. Os vulcanos são perfeitamente racionais. Um Vulcano saberia que é ignorante, e nesse caso seria quase agnóstico em temas políticos [...]. Os verdadeiros vulcanos não têm vieses cognitivos. Um viés cognitivo é um padrão sistemático de desvio do pensamento racional. Esses vieses são como erros de software nos nossos cérebros». Idem, ibidem, pp. 16-17-59 e 60.

²⁴³ Cf. Idem.

por pouco que seja, é algo que exige justificação»²⁴⁴. Brennan afirma que «o sufrágio universal, como é praticado nas democracias contemporâneas, tende a violar o princípio da competência»²⁴⁵. A sua tese *a favor da epistocracia* é a seguinte:

«Em princípio é injusto e viola os direitos dos cidadãos privá-los à força da vida, da liberdade ou da propriedade, ou prejudicar as suas perspectivas de vida de modo significativo, em resultado de decisões tomadas de uma forma incompetente ou de má-fé. As decisões políticas em princípio são legítimas e têm autoridade apenas quando são produzidas por corpos políticos competentes de uma forma competente e de boa-fé [...]. Supostamente, devemos substituir um método incompetente de tomadas de decisões por um mais competente»²⁴⁶.

Para o autor, «é injusto usar um sistema incompetente de tomada de decisões políticas quando está disponível um mais competente»²⁴⁷. Além disso, faz notar que há diversos estudos que demonstram, «que a maioria dos cidadãos processa a informação política de formas enviesadas, partidarizadas e movidas, em vez de o fazer de maneiras desapassionadas e racionais»²⁴⁸. É daí que quando se trata da política a maioria de votantes em geral são muito mais como *hooligans* do que *vulcanos*. E os *hobbits* são *hooligans* potenciais²⁴⁹. Brennan afirma que a maior parte dos nossos «concidadãos é incompetente, ignorante, irracional e moralmente pouco razoável em matéria da política. Apesar disso, detém poder político sobre»²⁵⁰ nós. No seu entender, não devíamos tolerar isso. Tal como é errado forçar um cidadão a ser operado por um cirurgião incompetente, também é errado ser forçado a submeter-se a decisões de votantes incompetentes. E todos aqueles que exercem poder sobre outros, incluindo os votantes, deviam fazê-lo de forma competente e moralmente razoável. Portanto, por questões de justiça, os cidadãos incompetentes deviam ser proibidos de votar ou de exercer poder sobre outros cidadãos²⁵¹.

De acordo com o autor, podemos afirmar que em vez de direitos políticos, «os cidadãos têm pelo menos um direito presuntivo a um órgão de tomada de decisão competente

²⁴⁴ BRENNAN, Jason, p. 182.

²⁴⁵ BRENNAN, Jason (2016): p. 232.

²⁴⁶ Ibidem, p. 201. Segundo o autor, «não existem bons fundamentos procedimentalistas para preferir a democracia à epistocracia». Idem.

²⁴⁷ Ibidem, p. 201.

²⁴⁸ Ibidem, p. 60. «A psicologia política mostra que não estamos dispostos a ser vulcanos [...] a maioria dos cidadãos não se esforça por ser racional quanto à política porque a racionalidade não recompensa». Ibidem, pp. 75-76. Ver BAYLE, Jean. *A Democracia Faliu?* P. 34; COLEN, José. *Voto, governos e mercados: Uma introdução à Public Choice*, Moinho Velho, Lisboa, p. 31.

²⁴⁹ Cf. Idem.

²⁵⁰ Ibidem, p. 202.

²⁵¹ Cf. Idem.

que exerça qualquer poder político sobre eles de forma competente. [...] o sufrágio universal viola muitas vezes este direito presuntivo. Nesse sentido, as democracias atuais são injustas»²⁵². Realmente são injustas na medida em que conferem «a cada pessoa uma quota básica igual de poder político. Mas é de facto uma quota pequena. Por ser tão pequena, os cidadãos têm pouco incentivo para usar o seu poder responsavelmente»²⁵³. De certa forma,

«exercer o direito ao voto e a poluição atmosférica têm muito em comum [...]. Embora os condutores coletivamente causam a poluição, nenhum motorista sozinho faz uma diferença significativa [...]. Quando nós poluímos faz diferença, mas, para cada pessoa, o quando ela polui não faz diferença verdadeira. Assim, cada indivíduo tem pouco incentivo para parar de poluir [...]. A democracia é muito parecida. Os votantes permanecem ignorantes e irracionais porque a democracia os incentiva a permanecerem ignorantes e irracionais»²⁵⁴.

Esta analogia faz todo o sentido, visto que «existindo tantos outros votantes, os nossos votos individuais não fazem diferença para cada um de nós. Temos todo o incentivo para nos aproveitarmos dos esforços dos outros, e externalizar os custos dos nossos vieses sobre os outros e poluir a democracia com os nossos votos informados, erradamente informados ou irracionais»²⁵⁵. Brennan questiona: «se o argumento para regular a poluição do ar é aceitável, porque não regular também os votos? Por que razão o argumento dos bens públicos justifica regular a poluição do ar, mas não justifica regular a poluição da votação? Por que razão é legítimo regular a poluição para nos proteger de nós próprios, mas não é legítimo regular a votação com a mesma finalidade?»²⁵⁶.

Como é sabido, a incompetência é uma das razões para excluir os jovens do sufrágio universal nas atuais democracias. A justificação dos democratas é de que «os seus votos afetar-nos-ão a todos. Um votante escolhe para todos, não apenas para si próprio [...]. Proibimo-los de votar porque nos queremos proteger deles»²⁵⁷. Para Schumpeter, «a discriminação jamais poderá estar inteiramente ausente. Em nenhum país, por exemplo, não importa em que grau seja democrático, o direito de voto é estendido abaixo de uma certa

²⁵² Ibidem, pp. 202-203.

²⁵³ Ibidem, p. 81.

²⁵⁴ Idem, ibidem, p. 81-82. «A maior parte dos [...] filósofos acredita que o governo não só pode como deve regular as emissões de carbono. A sua asserção básica é que a poluição é um problema coletivo. Na base individual, qualquer de nós pode poluir à vontade, e isso não teria impacto. Mas os resultados podem ser catastróficos se todos poluirmos à nossa vontade». Ibidem, p. 203.

²⁵⁵ Ibidem, p. 204.

²⁵⁶ Idem. As objeções levantadas sobre algumas perguntas semelhantes foram refutadas pelo autor de *Contra a Democracia* nos capítulos 4 e 5 desta obra.

²⁵⁷ Ibidem, pp. 208-209.

idade»»²⁵⁸. Ricardo T. da Silva conclui «que sempre que há uma seleção, há discriminação. Mas, já que a há, que seja feita com base em fatores relevantes para o exercício do cargo»²⁵⁹ que requer a maior competência.

É importante realçarmos que «apesar de muitas pessoas aceitarem este argumento, ele tem implicações que não estão dispostas a aceitar. Se a ignorância é uma razão suficiente para excluir os jovens de participar nas eleições, devia ser suficiente para excluir grandes faixas do público votante»²⁶⁰. Como diz Schumpeter:

«Se as pessoas abaixo da idade-limite não podem votar, não podemos considerar não-democrática a nação que, pela mesma ou razão análoga, excluí também outras pessoas por exemplo, os indivíduos ignorantes das questões políticas. Observemos que não é importante se nós, os observadores, admitimos a validade dessas razões ou das medidas práticas através das quais elas excluem certas partes da população. O que importa é a aceitação do fato pela sociedade em questão»²⁶¹.

Em conformidade com Brennan, podemos afirmar que «o conhecimento político não está uniformemente distribuído entre todos os grupos»²⁶² sociais. Segundo José Colen, «os custos de informação é que não estão igualmente distribuídos»²⁶³. Sendo assim, poderíamos asseverar que: «Assim, em vez de sancionarmos a discriminação pela idade, como todas as democracias modernas, porque não sujeitar todas as pessoas a um exame de competência para votar? Porque não dizer que, por norma, independentemente da idade, todos começam sem voto, mas podem adquirir o direito de votar se mostrarem competência?»²⁶⁴.

Muitos democratas afirmam, a semelhança de Dahl que todos «os adultos deviam ter o direito de votar, sem refletir na razão pela qual consideram permissível excluir as crianças de

²⁵⁸ Cf. A. SCHUMPETER, Joseph. (1949): p. 293.

²⁵⁹ TAVARES DA SILVA, Ricardo, p. 302.

²⁶⁰ BRENNAN, Jason (2016): p. 209. Ou seja, «se concluirmos que uma pessoa de dezasseis anos deve satisfazer esta norma-padrão, muitos adultos em idade de votar ficariam excluídos. Parece arbitrário supor meramente que todos os que têm menos de dezoito anos são incompetentes para votar mas todos os que têm acima de dezoito são competentes [...] Quando se trata de política, algumas pessoas sabem muito, a maior parte das pessoas não sabe nada, e muitas pessoas sabem menos que nada». Ibidem, pp. 210-43.

²⁶¹ A. SCHUMPETER, Joseph. (1949): pp. 293-294.

²⁶² BRENNAN, Jason (2016): p. 209.

²⁶³ COLEN, José. *Voto, governos e mercados*, p. 34. Para Anthony Downs: «o facto de os cidadãos mais pobres não poderem pagar tanta informação como os vizinhos mais abastados cria realmente um enviesamento». In DOWNS, Anthony, *An economic theory of democracy*, Nova York, Harper & Row Publishers, 1987, p. 265. Citado em COLEN, José. *Voto, governos e mercados*, p. 34

²⁶⁴ BRENNAN, Jason (2016): pp. 210-211.

votar»²⁶⁵. Digamos, portanto, que é absurdo que a idade seja a única razão suficiente para excluir as crianças do direito de voto, enquanto a incompetência generalizada entre os adultos não o é. Do nosso ponto de vista, a incompetência não deveria ser apenas a razão suficiente, mas também necessária para excluir muitos adultos do direito de votar ou de deter poder. A tese defendida por Brennan é de «que a competência e a boa-fé são, pelo menos, condições presuntivas do direito a governar»²⁶⁶. Conforme o autor, podemos concluir que em vez de pessoas reivindicarem pelas liberdades políticas, o melhor seria que reivindicassem pelo «direito a não ser sujeitas a governos incompetentes que governem de má-fé»²⁶⁷.

Além disso, também «o princípio da competência aplica-se tanto ao eleitorado como aos júris. [...] se os votantes tendem a ser ignorantes, irracionais ou moralmente insensatos, isto não só tende a resultar em más escolhas nas urnas mas também a fazer que os candidatos às eleições sejam de má qualidade»²⁶⁸. Ora, se não admitimos sermos sujeitos aos júris incompetentes e de má-fé, também não devíamos admitir que os votantes incompetentes nos exponham como governados a um risco indevido²⁶⁹.

Como vimos, para Brennan, «o princípio da competência é um desqualificador. Não justifica que se atribua poder a quem for. Em vez disso, oferece bases para não permitir que certas pessoas ou órgãos políticos detenham poder»²⁷⁰. Em vez de excluir algumas pessoas do sufrágio ou do poder pelas razões que às vezes são injustas, como por exemplo: «os pobres, as mulheres, os menores»²⁷¹. Pelo contrário, «o princípio da competência» diz-nos que «não devemos atribuir o poder a alguém apenas porque é branco, protestante ou homem. [...] a desigualdade de poder político foi quase sempre injusta. [...] daí não decorre que a desigualdade política seja inerentemente injusta. [...] pode haver boas razões para impedir

²⁶⁵ Idem. Ver A. DAHL, Robert. (1999): p. 89; STUART MILL, John. (1861): p. 55, citado em A. DAHL, Robert. (1999): pp. 110-111.

²⁶⁶ Idem, ibidem, p.213.

²⁶⁷ Ibidem, p. 213. «Uma das justificações do princípio da competência é ser injusto expor as pessoas a riscos desnecessários». Ibidem, p. 217. Entende-se por «liberdades políticas [...] o direito a votar e o direito a concorrer e exercer cargos e posições de poder político». Ibidem, p. 22. «A maior parte de pessoas está convencida de que os arguidos têm direito um júri competente que aja de boa-fé». Ibidem, p. 214. Um júri incompetente e de má-fé é ignorante, irracional, débil, imoral e corrupto. Cf. Idem, ibidem, p. 215.

²⁶⁸ Ibidem, pp. 222-223. «Eleitorado imoral: Por racismo, a maioria escolhe um candidato em vez de um negro» vice-versa. Ibidem, p. 222.

²⁶⁹ Cf. Idem. «Nas democracias, os votantes são os detentores finais do poder. Se os votantes forem sistematicamente incompetentes, como entidade coletiva, as consequências podem ser terríveis». Idem, ibidem, p.224.

²⁷⁰ Ibidem, p. 233. «Para obedecer ao princípio da competência, um sistema político pode necessitar de modificar qualquer dos seguintes aspetos: *Escala do governo, Âmbito do governo, Ritmo do governo* [e] *Forma do governo*». Idem, ibidem, p. 234.

²⁷¹ MARQUES BESSA, António. *A Arte de Governar*, 1996, p. 117.

algumas pessoas de deterem poder»²⁷². Talvez a incompetência seja uma boa razão para impedir que as pessoas ignorantes detenham poder político sobre outras.

Em suma, «o princípio da competência proíbe a incompetência, mas por si só não nos diz exatamente como podemos atingir competência»²⁷³. O importante é se «algumas versões de epistocracia satisfazem o princípio da competência, enquanto a democracia o viola de forma sistemática. Assim, o princípio da competência desqualifica a democracia. Uma vez que o princípio da competência é um desqualificador, não um qualificador, não nos diz que a epistocracia é justa, legítima ou tem autoridade»²⁷⁴. Pelo contrário, diz-nos que governo competente é aquele em que «a legitimidade das decisões políticas depende do fato de serem feitas de modo competente e de boa-fé»²⁷⁵. Em vez de a seleção ser feita em função da idade como acontece nas atuais democracias, ela seria em função da competência²⁷⁶. Assim sendo, observaremos seguidamente se a democracia com o sufrágio universal «é competente».

2.2. A democracia é competente?

O objetivo deste ponto do nosso trabalho é responder à seguinte questão: será de fato a democracia com o sufrágio universal competente?²⁷⁷ Seguindo o raciocínio de Brennan, «vimos que a maior parte dos cidadãos democráticos é *hobbit* ou *hooligan*. Os votantes são maioritariamente ignorantes, irracionais e desinformados, mas simpáticos [...]. Apoiam más medidas políticas, que não apoiariam se estivessem mais bem informados e processassem essa informação de forma racional»²⁷⁸. Acentuando que essa maioria dos cidadãos «acha que tem o dever moral de votar, ou pelo menos afirma ter esta convicção quando inquirida»²⁷⁹. Algumas

²⁷² BRENNAN, Jason (2016): pp. 33-34. «ou para lhes conceder uma quota menor de poder político». Idem.

²⁷³ Ibidem, p. 234. Ibidem, p. 227. Veja-se os exemplos do que pode contar como competência, ibidem, pp. 228-229.

²⁷⁴ Ibidem, pp. 238-239. «Uma resposta deontológica importante à epistocracia é que ela pode ser incompatível com o liberalismo da razão pública».

²⁷⁵ BRENNAN, Jason. *A ética e a racionalidade do ato de votar*, Trad. De Aluísio Couto, 01 de Outubro de 2016. Acedido 14/02/2018. In <http://criticanarede.com/tevat.html>.

²⁷⁶ Cf. TAVARES DA SILVA, Ricardo, p. 300.

²⁷⁷ Cf. BRENNAN, Jason. (2016): p. 241. Ver Kelsen, Hans. (1955). *A Democracia*, p. 10.

²⁷⁸ Idem. «Apesar de votarem pelo que percebem ser do interesse nacional, a leitura mais directa dos dados sugere que como um todo são incompetentes [...] Se a ignorância política não tivesse efeito sobre as nossas preferências políticas, se as pessoas bem e mal informadas tivessem as mesmas opiniões políticas, a ignorância e a má informação não importariam. Mas a informação importa. As medidas políticas que as pessoas defendem dependem do que sabem». Idem, ibidem, p. 55. Ver MARIA EMANUELLI MAGALHÃES, Nara. *O Povo Sabe Votar: Uma visão antropológica*, Editora Unijuí, Brasil, 1998, pp. 43-57. A maioria das pessoas votam não porque está informada, mas porque as outras também votam. Cf. Ibidem, p. 49.

²⁷⁹ Ibidem, p. 58. «Algumas julgam que não devem votar, mas também depositar um voto informado». Idem. Segundo o autor, «as pessoas têm o dever de simplesmente depositar um voto, e praticamente qualquer voto de boa-fé é moralmente aceitável». BRENNAN, Jason. *A ética e a racionalidade do ato de*

pesquisas confirmam a asserção de Brennan sublinhando que essa crença está generalizada entre os cidadãos nas democracias contemporâneas²⁸⁰. No entanto, como votantes, «são piores ao escolher bons líderes e tendem a escolher as piores políticas nos referendos»²⁸¹. Neste sentido, a democracia com o sufrágio universal afigura-se ser «a indireta exclusão da superioridade»²⁸² intelectual. António M. Bessa encontra-se em concordância com esta observação quando afirma que em vez de «selecionar um corpo de qualidade, neste modelo trata-se de levar a quantidade aos seus limites máximos»²⁸³.

Um dos exemplos, na atualidade, mais evidentes de alguma irracionalidade da maioria dos votantes foi o «caso do brexit, os eleitorados que votaram pela saída da União Europeia tinham informações equivocadas sobre a realidade britânica»²⁸⁴. Como vimos, o princípio da competência desqualifica os votantes como esses do corpo eleitoral por causa de seu mau carácter moral e epistémico²⁸⁵.

É importante frisar segundo Brennan que nada de especial acontece quando os votantes cometem algum erro na hora de votar²⁸⁶. Isto porque «as possibilidades de o voto de um indivíduo vir a fazer qualquer tipo de diferença são quase nulas [...]. O problema é que isto vale para todos nós. As pessoas são geralmente bem informadas e racionais a propósito do tráfego nas ruas – e, [...] porque a irracionalidade é punida»²⁸⁷. Mas como vimos, «tendem a ser ignorantes e irracionais no que respeita à política. Talvez isso ocorra porque, quando se

votar, Trad. De Aluísio Couto, 01 de Outubro de 2016. Acedido 14/02/2018. In <http://criticanarede.com/tevot.html>.

²⁸⁰ Cf. BRENNAN, Jason. *A ética e a racionalidade do ato de votar*, Trad. De Aluísio Couto, 01 de Outubro de 2016. Acedido 14/02/2018. In <http://criticanarede.com/tevot.html>. «Além disso, que a maior parte dos cidadãos acredita [...] que há algum tipo de obrigação moral de votar». Idem. Ver MACKIE, Gerry. (2010). *Why It's Rational Vote*, University of Califórnia, San Diego, Unpublished manuscript. «Outras pesquisas mostram que a maioria dos filósofos morais e políticos concorda com isso». Idem. Ver SCHWITZGEBEL, E. e J. Rust. (2010). *Do Ethicists and Political Philosophers Vote More Often than Other Professors?*, Review of Philosophy and Psychology, 1: 189-199.

²⁸¹ BRENNAN, Jason, p. 189. Segundo o autor, os eleitores de baixa qualidade tendem a reduzir a qualidade de candidatos e dos resultados antes mesmo da eleição ocorrer. Cf. Idem.

²⁸² SARAIVA, Mário, 1949, p.43.

²⁸³ MARQUES BESSA, 1996, p. 118.

²⁸⁴ BRENNAN, Jason. *Decisão política deveria vir dos que têm conhecimento*, Folha de S. Paulo, 07 de Novembro de 2016. Acedido a 14/02/2018. In <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/11/1829957-decisao-politica-deveria-vir-dos-que-tem-conhecimento-diz-filosofo.shtml>. «Eles superestimavam a proporção de imigrantes e minimizavam a importância de investimentos europeus no país, por exemplo. O lado que ganhou não sabia do que estava tratando ao tomar a decisão. Não conhecia os fatos e tomou uma decisão estúpida». Idem.

²⁸⁵ Cf. Ibidem, p. 7.

²⁸⁶ BRENNAN, Jason. (2016). p. 41. «Um voto individual no pior candidato produzir os mesmos resultados que um voto no melhor candidato possível. Abster-se de votar produz os mesmos resultados de votar. Um voto bem informado produz os mesmos resultados que um voto mal informado, desinformado ou irracional [...]. Um voto faz diferença apenas se existir um empate; caso contrário, normalmente não importa como alguém vota ou sequer se vota. Ora a probabilidade de uma pessoas desempatar é infimamente pequena». Ibidem, pp. 42-52.

²⁸⁷ Idem, ibidem, p. 42.

trata de votar, o conhecimento e a racionalidade não recompensam, ao passo que a ignorância e irracionalidade não são punidas»²⁸⁸. De fato, o eleitorado como um todo não faz escolhas sobre estar informado ou ser racional em relação à política, mas sim à luz dos seus incentivos individuais²⁸⁹. José Colen conclui que esse tipo de votantes «não deveriam votar, mas milhões fazem-no, daí o paradoxo»²⁹⁰ da democracia com o sufrágio universal.

Stuart Mill era de opinião de que: «é da discussão e ação política coletiva que aqueles cujas ocupações diárias lhe concentram os interesses num círculo acanhado, aprende a sentir pelos concidadãos e com eles, tornando-se conscientemente membro de uma grande comunidade»²⁹¹. Segundo Brennan, a intenção de Stuart Mill era «transformar os *hobbits* britânicos em *vulcanos* [...]». Esperava que o envolvimento político desenvolvesse o seu pensamento crítico e aumentasse o seu conhecimento»²⁹². No entanto, é mais provável que o seu envolvimento na política os transformasse em *hooligans* do que em *vulcanos*²⁹³. Brennan à semelhança de Pateman denomina este argumento de «argumento da educação»²⁹⁴.

Porém, a veracidade deste argumento depende da sua adequação aos factos empíricos comprovados pelos métodos sociólogos²⁹⁵. Brennan assegura que «na ausência de dados fortes, temos o dever de não aceitar o argumento da educação. [...] temos o dever de não aceitar, sem dados apropriados, que a participação política cura a ignorância e o vício»²⁹⁶ dos votantes desinformados. Pelo contrário, «Bernard Manin, Elly Stein e Jane Mansbridge argumentam que a deliberação democrática é um processo de treino e educação»²⁹⁷. Mas dado

²⁸⁸ Idem. «*Se nós, o eleitorado, formos maus em política*», a nossa escolha produzirá as consequências negativas. Ver DO ESPÍRITO SANTO, Paula, 2006, p. 192.

²⁸⁹ Cf. Idem. «Na realidade, a maioria das pessoas processa a informação política de formas profundamente tendenciosas e irracionais». Idem.

²⁹⁰ COLEN, José. *Voto, governos e mercados*, p. 75.

²⁹¹ MILL, Stuart. (1967): p. 203.

²⁹² Ibidem, p. 83. Ou seja, Stuart Mill pensava que «a democracia tornaria assim o povo mais atuante, mais dinâmico; faria o povo progredir em intelecto, virtude, atividade prática e eficiência». In B. MACPHERSON, C. (1977): p. 56.

²⁹³ Cf. Ibidem, p. 18. Como vimos, «a maioria de *hobbits* são *hooligans* potenciais». Idem.

²⁹⁴ Ibidem, p. 85. Este «argumento da educação é um argumento sociológico: afirma que o envolvimento é valioso produz determinadas consequências desejáveis». Idem. Ver PATEMAN, Carole. (1970): p. 51. e B. MACPHERSON, C. (1977): p. 52.

²⁹⁵ Ibidem, p. 85. «Na ausência disso, devemos permanecer agnósticos quando o argumento ser ou não sólido». Idem.

²⁹⁶ Ibidem, p. 86.

²⁹⁷ BRENNAN, Jason. (2016): p. 89. Ver MANIN, Bernard, Elly Stein e Jane Mansbridge. (1987). «On Legitimacy and political Deliberation». *Political Theory* 15: 333-68. «No entanto, os dados empíricos disponíveis apoiam mais fortemente a opinião de que a deliberação democrática tende a paralisar-nos e a corromper-nos». Ibidem, p. 261. Ver LANDEMORE, Hélène. (2012). *Democratic Reason: Politics, Collective Intelligence, and the Rule of the Many*. Princeton, nova Jérsei: University Press, p. 97.

a fanatismo dos *hooligans*²⁹⁸, poderemos concluir que é mais provável que não consigam deliberar juntos.

Afirma Brennan que «a psicologia política mostra que em geral somos muito mais como *hooligans* que como *vulcanos*. Sofremos de um número de vieses [...], as deliberações políticas na vida real podem facilmente corromper-nos e neutralizar-nos, em vez de nos enobrecer e esclarecer»²⁹⁹, como os teóricos da democracia deliberativa pensavam. Pelo contrário, «os indivíduos mais interessados em política são provavelmente mais informados e participativos, em simultâneo. Estes dados implicam que os votantes sabem mais mas não porque votam; em vez disso, votam mais e sabem mais porque gostam de política»³⁰⁰. A informação política muda as preferências políticas dos votantes que mais sabem³⁰¹. A razão pela qual a maioria dos votantes é tão ignorante podia parecer inexplicável, porém, os economistas pensam que não é um grande mistério. Eles explicam-na pela microeconomia básica³⁰².

Embora a maioria dos votantes democráticos seja ignorante, todavia, a ignorância política não é uniforme. Isto, porque há alguns votantes que estão muito informados³⁰³. Segundo John Higley, os votantes informados são os cidadãos que «investem sempre o esforço e tempo suplementares necessários para ter sucesso nos projetos políticos»³⁰⁴. Conclui que «se uma pessoa não tiver vocação para a política ou não achar as atividades políticas compensadoras do ponto de vista pessoal, é inútil dedicar-se à política por espírito de dever»³⁰⁵. Na opinião de Brennan, isso contrasta com aqueles que obrigam «os cidadãos a votar, e isso permite-nos testar se levar os indivíduos a votar lhes proporciona maiores níveis de conhecimento [...]. Os resultados dos testes são negativos»³⁰⁶.

²⁹⁸ Cf. Ibidem, p. 92.

²⁹⁹ Ibidem, pp. 93-94. «Por vezes é melhor para o carácter epistémico de uma pessoa que ela se mantenha ignorante e apática». Ibidem, p. 108. E sobre os *Vulcanos*, veja-se ibidem, p. 17.

³⁰⁰ Ibidem, pp. 86-87.

³⁰¹ Cf. Ibidem, p. 55.

³⁰² Cf. Ibidem, p. 51. Ou seja: «obter informação tem um custo. Exige tempo e esforço – tempo e esforço que podiam ser despendidos a promover outros objetivos. Quando os custos esperados para adquirir informação de um certo tipo excedem os benefícios esperados de possuir esse tipo de informação, as pessoas normalmente não se incomodam a obter a informação. Os economistas designam este fenómeno *ignorância racional*». Idem. Ver S. GOUVEIA, Steven, p. 368.

³⁰³ Cf. Idem. Sobre esta questão, veja-se o exemplo do «ANES», ibidem, pp. 53-57.

³⁰⁴ HIGLEY, John. *Elites e Democracia*, Tradução de Rui Branco e Susana Serras Pereira, livros Horizontes, Lisboa, 2010, p. 46.

³⁰⁵ Ibidem, p. 47.

³⁰⁶ BRENNAN, Jason. (2016): p. 88. *O sufrágio obrigatório* é considerado como «uma saída para a grave questão do desinteresse do povo na escolha dos dirigentes». In MARQUES BESSA, 1996, p. 120. Em alguns países, como a Austrália e a Bolívia, os cidadãos são forçados a votar ou punidos por não votar». In BRENNAN, Jason. (2016): p. 121.

A politóloga Sarah Birch no seu livro *Full Participation*, concluiu que o voto obrigatório não aumenta o conhecimento dos votantes³⁰⁷. Também «a politóloga Annabelle Lever reviu recentemente estudos empíricos feitos sobre o voto obrigatório e concluiu que não tem efeito notório no conhecimento ou no interesse político nem nos resultados eleitorais»³⁰⁸. Em virtude dos factos mencionados, podemos concluir que levar simplesmente as pessoas a votar não as torna qualificadas³⁰⁹ de modo algum. Isto é, «se os cidadãos começarem a votar, isso não os leva por si só a ter um maior interesse em política ou aprender mais. Este tipo de participação não envolve benefícios educativos»³¹⁰ como nos fazem crer os defensores da democracia. Apenas inundámos as urnas com os votos dos cidadãos menos informados³¹¹.

Há três teoremas matemáticos que os teóricos democráticos citam frequentemente para mostrar que a competência é uma característica emergente da tomada de decisão democrática³¹² «mesmo que a maioria dos votantes seja incompetente»³¹³. Apesar disso, os dados empíricos relacionados com os votantes demonstram que os três teoremas não se aplicam a democracia da vida real³¹⁴. De fato, nas democracias reais «os votantes agem como se os seus votos individuais não importassem. A maior parte dos cidadãos não se esforça por se informar ou ser racional em matéria política. Delibera de forma tendenciosa e contraproducente»³¹⁵.

³⁰⁷ Cf. Idem. Ver BIRCH, Sarah. (2009). *Full Participation: A comparative Study of Compulsory Votting*. Manchester, Reino Unido: University Press.

³⁰⁸ Idem.

³⁰⁹ Cf. Ibidem, p. 86.

³¹⁰ Ibidem, p. 88.

³¹¹ BRENNAN, Jason. *Do mesmo modo que não queremos os bêbados a conduzir, também não queremos os ignorantes a votar*, Entrevistas Visão 1282, 08 de Outubro de 2017. Acedido a 14/02/2018. In <http://visao.sapo.pt/atualidade/entrevistas-visao/2017-10-08-Do-mesmo-modo-que-nao-queremos-os-bebados-a-conduzir-tambem-nao-queremos-os-ignorantes--a-votar>.

³¹² Cf. BRENNAN, Jason. (2016): pp. 242-243. «*Milagre de agregação* [...]». Esta teoria sustenta que as grandes democracias com apenas uma minúscula percentagem de votantes informados têm um desempenho tão bom como as democracias totalmente constituídas por votantes informados [...] a investigação empírica mostra que os votantes na vida real não são assim. *O teorema do júri de Condorcet* [...]. Segundo este teorema, se certas condições forem satisfeitas, existe uma probabilidade quase total de uma maioria democrática fazer escolha correta. *Teorema de Hong-Page* [...]. Por vezes duas cabeças menos inteligentes são melhores que uma cabeça inteligente». Idem, ibidem, pp. 246-255. Ver ibidem, pp. 256-261. «Todos estes teoremas podem ser utilizados para produzir uma defesa epistémica da democracia. Uma defesa epistémica da democracia tenta mostrar que a democracia produz decisões inteligentes». Ibidem, p. 270.

³¹³ Idem, ibidem, p. 270.

³¹⁴ Cf. Idem, ibidem, p. 271. Ver ibidem, pp. 243-271. «Muitas das principais defesas epistémicas da democracia são *a priori* e teóricas, ao passo que as críticas epistémicas da democracia tendem a ser *a posteriori* ou empíricas». Ibidem, p. 244. «Pelo contrário, trabalhos sobre a ignorância política como os de Somin, Caplan, Michael X. Delli Carpini e Scott Keeter ou Althaus tendem a ser empíricos. A preocupação é geralmente esta: os cidadãos têm baixos níveis de conhecimentos e é possível mostrar que, como coletivo cometem erros sistemáticos». Idem.

³¹⁵ Ibidem, p. 260.

É inegável que «a democracia ideal parece excelente. Mas no mundo real, com pessoas reais, devíamos substituí-la pela epistocracia. [...] é mais provável as preferências do eleitorado esclarecido estarem corretas que as preferências reais dos não esclarecidos do país, e é provável o eleitorado estar sistematicamente errado»³¹⁶. É provável que seja por isso que a democracia é incompetente, embora não o seja em tudo. Mas enquanto for incompetente, poderíamos melhorá-la com um sistema epistocrático no qual as pessoas teriam o direito a não ser sujeitas a governos eleitos pelos votantes incompetentes³¹⁷. Em vez de um governo aprovado por todos os cidadãos³¹⁸, como Schumpeter advogava. Seria um sistema no qual os candidatos encarariam antes de serem eleitos «um eleitorado mais conhecedor, teria plataformas políticas diferentes»³¹⁹ das que existem nas atuais democracias.

Importa sublinhar que «as democracias têm melhor desempenho do que podíamos esperar tendo em conta a que ponto são desinformados e irracionais os votantes. [...] é surpreendente que não tenham desempenho ainda pior»³²⁰. Mas do ponto vista «instrumentalista», podemos afirmar que, isso demonstra

«que a democracia funciona melhor do que funcionaria de outro modo, exatamente porque não funciona. Espera-se que a democracia dê voz igual a todos os cidadãos, mas não faz. Por qualquer motivo, os votantes mais inteligentes e bem informados, com preferências políticas mais esclarecidas, estão mais bem representados [...]. É mais provável os votantes mais inteligentes e informados obterem o que querem»³²¹.

No entanto, a democracia funciona razoavelmente melhor graças à existência de alguns fatores de mediação³²². De fato, «estes fatores de mediação tendem a reduzir o poder da maioria do momento durante as eleições e, em vez disso, a pôr maior poder nas mãos dos

³¹⁶ Ibidem, pp. 261-265. Mas, «o argumento aqui é probabilístico. É um argumento abduutivo em vez de dedutivo». Idem.

³¹⁷ Cf. Ibidem, pp. 265-213.

³¹⁸ Cf. A. SCHUMPETER, Joseph. (1949): p. 296.

³¹⁹ BRENNAN, Jason. (2016): p. 273. Como diz o autor, «é verdade que o sistema de partidos torna mais fácil que os votantes com pouca informação escolhem entre os candidatos que lhes são apresentados, mas ao mesmo tempo, dado os votantes estarem muito mal informados, a qualidade dos candidatos é muito mais baixa do que seria de outro modo». Idem.

³²⁰ Ibidem, pp. 243-274. De facto, «a maior parte das democracias tende a tomar decisões razoavelmente boas em comparação com as ditaduras, as oligarquias, as monarquias e os regimes de partido único». Ibidem, p. 277.

³²¹ Ibidem, pp. 275-276.

³²² Cf. Ibidem, pp. 243-277. «As grandes burocracias governamentais, incluindo militar, têm vida própria [...] O processo político tal como está concebido – com pesos e contra pesos, eleições frequentes e assim por diante – tende a conter a instabilidade política. Embora os votantes estejam mal informados, os políticos estão muito mais informados, e encontram-se razoavelmente motivados [...] Os partidos políticos têm um poder significativo para moldar a agenda política assim como para tomar decisões independentemente dos desejos, das opiniões e dos desejos dos votantes». Ibidem, p. 278.

cidadãos mais informados. Neste sentido, existem verificações epistocráticas num sistema democrático»³²³. Mesmo que estes fatores não sejam suficientes para tornar a democracia competente, tal não implica que a democracia com o sufrágio universal seja injusta em tudo. Como é sabido:

«O princípio da competência considera cada decisão de forma independente. Não defende que, se uma decisão anterior for tomada de forma incompetente, todas as decisões posteriores são por isso consideradas ou tornadas incompetentes, más ou injustas [...]. Em vez disso, talvez as democracias sejam incompetentes nalgumas coisas e competentes noutras. É possível que certos decisores políticos sejam competentes enquanto outros são incompetentes»³²⁴.

O princípio da competência aplica-se a todas as decisões tomadas individualmente pelos votantes. Assim, o princípio da competência pode muito bem condenar uma eleição por causa da incompetência de maior parte dos votantes, mas não condena o que as democracias fazem depois de as eleições terem ocorrido. Como vimos anteriormente, este princípio aplica-se apenas a decisões mais importantes que se forem tomadas de forma incompetente poderiam causar dano significativo às pessoas inocentes³²⁵. Mas como temos vindo a verificar, «a maior parte dos eleitorados viola o princípio da competência. Se se verificar que certos métodos epistocráticos de tomada de decisão teriam melhor desempenho, devíamos substituir a democracia pela epistocracia»³²⁶. Ou seja, devíamos substituir o sufrágio igualitário pelo sufrágio não-igualitário³²⁷. Portanto, na abordagem que se segue vamos analisar «algumas formas possíveis de epistocracia»³²⁸ como alternativas ao sufrágio universal como é praticado «nas democracias contemporâneas».

2.3. O governo daqueles que sabem mais

Procurámos mostrar, acompanhado Brennan, que um governo é competente na medida em que o sistema eletivo se baseia no princípio da competência tanto dos votantes como dos

³²³ Ibidem, p. 278- 279. «O que as democracias fazem não é simplesmente uma função das preferências dos votantes». Idem.

³²⁴ Idem. «O princípio da competência não implica nenhuma espécie de teoria da contaminação [...] Nem tudo o que acontece na governação é resultado direto ou indireto do comportamento dos votantes». Ibidem, pp. 225-226 e 227.

³²⁵ Cf. Ibidem, p. 280. Ver Ibidem, p. 281.

³²⁶ BRENNAN, Jason. (2016): Idem, ibidem, p. 281.

³²⁷ Cf. MARQUES BESSA, 1996, p. 118.

³²⁸ BRENNAN, Jason. (2016): p. 283.

governantes, e sublinhámos que a democracia com o sufrágio universal não é competente devido a incompetência da maioria dos votantes democráticos, procuraremos agora apresentar as questões em torno da proposta do governo epistocrático eleito pelos eleitores com mais conhecimento sobre os fatos políticos³²⁹. Iniciamos esta apresentação com uma simples pergunta: «*quem é que deve ocupar-se da política?*». A resposta à pergunta supõe e exige que se analise «algumas formas» de governo epistocrático.

Mas, antes de tudo, convém indagar sobre a valoração que se dá à democracia: «que tipo de valor tem a democracia, no caso de ter algum? Algumas pessoas pensam que a democracia é valiosa da forma como uma pintura o é – devíamos avaliá-la pelo que expressa ou simboliza. Outras pensam que devíamos avaliar a democracia como avaliamos uma pessoa, como um fim em si mesmo»³³⁰. No entanto, vimos nas abordagens anteriores, «que a democracia não é intrinsecamente justa. Não é justificada em bases procedimentalistas. O valor que a democracia tem é puramente instrumental»³³¹. Isso demonstra que os argumentos a favor daquelas conclusões não funcionam³³². «Isto deixa-nos com uma opção final. Talvez a democracia seja valiosa da forma como um martelo é valioso. Não passa de uma ferramenta útil. [...] no entanto, é uma ferramenta defeituosa»³³³. Mas há uma crença generalizada de que toda a gente é capaz de usar essa ferramenta que é a democracia. Segundo Bobbio,

«Dahl, como bom democrático, defende, contra as tendências tecnocráticas, o governo de todos, introduzindo a distinção entre a competência técnica, que efetivamente pertence a poucos nos setores altamente especializados [...], e competência moral, que não é exclusiva de nenhuma classe particular de indivíduos. A convicção de que existe esta competência moral acima da competência técnica é o pressuposto ideal da democracia»³³⁴.

³²⁹ Cf. Ibidem, p. 228.

³³⁰ Ibidem, p. 285.

³³¹ Ibidem, p. 28. *A democracia não é intrinsecamente justa*, porque «os critérios específicos que as democracias de fato usam para separar os incompetentes dos incompetentes não são justificáveis perante todos os pontos de vista qualificados». In BRENNAN, Jason, p. 203.

³³² Cf. Ibidem, p. 285.

³³³ Idem. «A democracia não passa de um martelo. Se conseguirmos encontrar um martelo melhor, devemos usá-lo». Ibidem, p. 24.

³³⁴ BOBBIO, Norberto. (1999): p. 424. A objeção de Dahl é de que «o fato de os peritos poderem ser qualificados para servir como seus agentes não significa que sejam qualificados para servir como dirigentes». In A. DAHL, Robert. (1999): p. 87.

Como é sabido, a democracia não é uma meta, mas sim uma via, uma via que talvez³³⁵ a maioria dos cidadãos ainda desconhece a sua finalidade. Ora, do ponto de vista instrumentalista podemos afirmar que, como via, a democracia é ainda menos perfeita em comparação com a melhor via³³⁶. Vimos anteriormente que «o princípio da competência dá-nos bases presuntivas para apoiar a epistocracia em detrimento da democracia»³³⁷. Porém Brennan evita cometer os mesmos «erros que os filósofos tendem a cometer quando teorizam sobre as instituições»³³⁸, ou seja, não pretende concluir *a priori* que a epistocracia seria melhor do que a democracia, «porque realmente não a experimentámos. [...] é fácil expor as patologias da democracia; é mais difícil conceber instituições que a melhorem»³³⁹. Diz-nos o autor que a epistocracia ideal

«seria melhor que a democracia do mundo real. De fato seria, mas a epistocracia ideal não é uma opção ao vivo. Em vez disso, devemos perguntar: dado o que sabemos sobre o comportamento político, incluindo o que sabemos sobre ganância, corrupção e abusos de poder, é mais provável que se obtenham melhores resultados com alguma forma de epistocracia ou com alguma forma de democracia?

Ambos os sistemas funcionarão melhor nalguns lugares do que noutros. Devido a diferenças culturais e outras, as instituições democráticas funcionam melhor na Nova Zelândia e na Dinamarca que nos Estados Unidos ou em França, onde por sua vez funcionam melhor que na Rússia, na Venezuela ou no Iraque. Seria de esperar que algo semelhante acontecesse com a epistocracia. Em ambos os sistemas haverá abusos, escândalos e fracassos governamentais»³⁴⁰.

Isso quer dizer que no mundo real, ambos os sistemas podem ser injustos³⁴¹. «Mas, uma vez que não existem bases procedimentalistas para preferir a democracia à epistocracia, e uma vez que a democracia parece violar o princípio da competência, se a epistocracia funcionar melhor que a democracia – isto é, produzir resultados substancialmente mais justos –, avancemos com a epistocracia»³⁴². Ou seja, devíamos avançar com o sistema menos

³³⁵ Ibidem, p. 425. «Uma definição mínima, e exatamente porque mínima, realista. Uma via, um método [...] Reúnem-se em torno dessa definição alguns dos maiores filósofos, economistas e juristas contemporâneos, como Karl Popper, Schumpeter, Alf Ross, Hayek, Kelsen». Idem, ibidem, p. 426.

³³⁶ Cf. BRENNAN, Jason. (2016): p. 485.

³³⁷ Ibidem, p. 282.

³³⁸ Ibidem, p. 285. Veja-se a metáfora do «concurso dos grandes porcos bonitos» ibidem, pp. 286-290. Ver BRENNAN, Jason. (2014). *Capitalismo, Porque Não?* Tradução de Elisabete Lucas, Gradiva, Lisboa, 2016, pp. 18-39.

³³⁹ Ibidem, p. 287.

³⁴⁰ Ibidem, pp. 289-290

³⁴¹ Cf. Idem. No mundo real, não temos governo por oráculo. Cf. Ibidem, pp.307-308.

³⁴² Idem.

injusto. Como já referimos, «um sistema político é epistocrático na medida em que distribui o poder político na proporção do conhecimento ou da competência, como regra legal ou política. [...] numa epistocracia a lei não distribui o poder político básico com igualdade»³⁴³, mas com base na competência. Thomas Christiano opõe-se a esta forma de distribuir o poder político. Alegando que: «é difícil ver como os cidadãos podem satisfazer mesmo padrões moderados para convicções sobre como atingir melhor os seus objetivos políticos. O conhecimento dos meios requer uma quantidade imensa de sociologia e conhecimento de factos específicos. Em geral, seria preciso abandonar a divisão do trabalho na sociedade para os cidadãos terem esse tipo de conhecimento»³⁴⁴.

Segundo Brennan, «Christiano acha que o cidadão comum é competente para deliberar e escolher os objetivos apropriados para o governo»³⁴⁵. Mas como temos vindo a verificar ao longo desta investigação, a maior parte dos cidadãos democráticos carece de conhecimentos sociológicos vastos. Com efeito, «conduzir impõe riscos a transeuntes inocentes»³⁴⁶. É por essa razão que as pessoas, para merecerem ter o direito a conduzir, geralmente, são submetidas com uma certa idade a um exame que mostre que têm competências básicas de condução³⁴⁷: independentemente de serem «ricos ou pobres, negros ou brancos, fazem o exame»³⁴⁸. No entanto,

«ao contrário dos maus condutores individuais, os maus votantes não fazem diferença. No entanto, como grupo podem impor riscos sérios a terceiros inocentes. Um sufrágio epistocrático restrito [...] responde a este problema restringindo o poder político aos cidadãos que revelem um nível básico de conhecimento. Todos começam como iguais neste sistema. Por norma, ninguém tem o direito ou é autorizado a exercer qualquer grau de poder político»³⁴⁹.

³⁴³ Ibidem, p. 290. «Esta distribuição tem de ser *de jure*, não meramente *de facto*». Idem. Este sistema é «semelhante às monarquias constitucionais do século XIX, as quais eram, precisamente, sistemas liberais não democráticos». SERRA, Pedro. *Contra a Democracia*, 26 de Agosto de 2017. Acedido a 14/02/2018. In <https://desumidificador.blogs.sapo.pt/contra-a-democracia-27163>.

³⁴⁴ CHRISTIANO, Thomas. (2006). Democracy. In *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, editado por Edward N. Zalta. <http://plato.stanford.edu/entries/democracy>. Citado em BRENNAN, Jason. (2016): p. 291.

³⁴⁵ BRENNAN, Jason. (2016): p. 291. «Contudo, para os cidadãos conhecerem os melhores meios para atingir esses objetivos teriam de se tornar especialistas em sociologia, economia e politologia; não são por princípio competentes para fazer essas determinações». Idem.

³⁴⁶ Ibidem, p. 294.

³⁴⁷ Cf. Ibidem, p. 295.

³⁴⁸ Idem.

³⁴⁹ Idem. «Um sistema bem administrado de exames de competência seria aproximadamente tão injusto quanto as leis de idade [...] Estlund teme que sob o sufrágio desigual, algumas pessoas estão formal e permanentemente sujeitas ao poder de outras. Pelo contrário, um bom sistema de exames de competência não negaria permanentemente a posse do poder a ninguém [...] Em geral, um sistema de exames de competência nos

Ninguém teria neste sistema o direito *a priori* para votar nem para governar, como acontece na maior parte dos países³⁵⁰ «não se pode ser juiz sem algum nível básico de conhecimento jurídico»³⁵¹. Também no sistema epistocrático restrito todos os votantes potenciais teriam de passar num exame de qualificação. Este exame serviria para filtrar os cidadãos fortemente desinformados do corpo eleitoral³⁵². Mas como diz Brennan: «é provável que seja impossível conceber um exame que testasse precisamente o conhecimento necessário para qualquer eleição específica»³⁵³. De fato, qualquer exame desse tipo terá sempre objeções no mundo real, como veremos. «Estlund pensa que o sufrágio restrito viola o princípio de justiça ao qual chama de exigência de aceitabilidade qualificada»³⁵⁴. Realmente, mesmo que as pessoas razoáveis aceitassem que há distinção entre pessoas competentes e incompetentes, poderiam objetar que é injusto usar o princípio da competência como uma base para atribuição de poder político. Um exame imperfeito poderia desqualificar alguém que seja de fato competente mesmo que não passe no exame³⁵⁵. Como se viu,

«Num regime de sufrágio restrito, os cidadãos têm um ou zero votos. Outra versão de epistocracia permite disparidades ainda maiores de poder de voto. Num regime de voto plural, como proposto por Mill, cada cidadão tem, por padrão, um voto. Um cidadão podia obter mais votos por desenvolver certas ações, passar em certos exames ou mostrar competência e conhecimentos de outra forma»³⁵⁶.

permitiria até mesmo eliminar as leis de idade». In BRENNAN, Jason, p. 204-205. Ver ESTLUND, David. (2008). *Democratic Authority*, Princeton University Press, p. 37.

³⁵⁰ Idem.

³⁵¹ Ibidem, p. 295.

³⁵² Idem. Este exame de qualificação de votantes serviria para «testar conhecimento sociológico básico, como matérias de Introdução à Microeconomia e Introdução à Ciência Política [...]. Para encorajar os pobres e os desfavorecidos a tornar-se bons votantes, os governos poderiam oferecer incentivos aos cidadãos que conseguissem passar no exame e obter direito de voto». Ibidem, p. 297.

³⁵³ Ibidem, p. 296. «A questão é que precisamos de ter em conta pessoas reais e seus programas e ideologias para conceber e pôr em prática qualquer teste desse tipo». Idem.

³⁵⁴ BRENNAN, Jason, p. 197. «A exigência de aceitabilidade qualificada estabelece que qualquer base para a distribuição de poder político tem de ser aceitável para todos os pontos de vista qualificados [...]. Estlund afirma que desqualificar ao poder alguns cidadãos com base em qualquer exame desse tipo violaria a exigência de aceitabilidade qualificada». Idem, ibidem, p. 198. Ver ESTLUND, David. (2008).

³⁵⁵ Cf. Ibidem, 198.

³⁵⁶ BRENNAN, Jason. (2016): p. 297. Stuart Mill dizia que «chegará certamente a ocasião em que a única escolha possível será entre este (isto é, o voto plural) e o sufrágio universal, quem não desejar o último não pode deixar de começar desde já a reconciliar-se com o primeiro». In MILL, Stuart. (1967): p. 217-218. «Os votos extras eram, na realidade, comuns em muitos sistemas tradicionais; casos excepcionais em que se requeriam qualificações adicionais para inclusão no sufrágio duraram até meados do século XX em Inglaterra e Escócia. Não obstante, o voto plural manteve-se na Suécia até 1918 e foi igualmente adotado na Bélgica em 1893, quando o sufrágio universal foi introduzido». In ROMANELLI, Raffaele. *Duplo Movimento: Ensaio de História*, Tradução de Rui Miguel C. Branco e Susana Serras Pereira, Livros Horizontes, 2008, p. 65.

Não obstante, «há pessoas leigas que objetam que o sufrágio restrito e os sistemas de votação plural criam uma classe de filósofos-reis com poder absoluto»³⁵⁷. No entender de Pablo Gilbert, «é de fato uma afronta à sua dignidade ser sujeito a uma estrutura política básica em que se tem direitos de participação que não são iguais»³⁵⁸. Para Christopher Griffin, «é uma declaração pública de uma segunda classe de cidadania»³⁵⁹. Estlund conclui: «que a epistocracia envolva comparações detestáveis, pois apoia-se na ideia de que alguns são mais capazes para governar que outros»³⁶⁰. Pelo contrário, diz-nos Ben Saunders «que quando se trata do poder político a parte de cada pessoa é tão pequena que insistir na igualdade estrita seria mais como discutir migalhas de um bolo do que insistir que todos recebessem fatias iguais»³⁶¹. Segundo Brennan, o mesmo acontece «num regime de votação plural ou sufrágio restrito, o votante comum tem apenas poder infinitesimal»³⁶². Além desses dois sistemas, Brennan expôs um outro sistema

«designado sufrágio universal com veto epistocrático. Este sistema tem as mesmas instituições e órgãos políticos que encontramos nas democracias contemporâneas. Tem sufrágio universal igual e irrestrito [...]. Contudo, o sistema envolve também a existência de um conselho epistocrático, um corpo deliberativo fortemente epistocrático. A participação no conselho epistocrático é potencialmente aberta a todos os membros da sociedade. Os cidadãos podem entrar para o conselho epistocrático passando em exames rigorosos de competência, em que revelam forte conhecimento de enquadramento sociológico e de filosofia política»³⁶³.

Caberia a este conselho epistocrático apenas o poder de anular leis, o poder de contrariar decisões políticas de outros. Pode impedir a medida política, mas não pode começá-la. Pode vetar qualquer decisão política tomada pelo eleitorado de forma incompetente,

³⁵⁷ Ibidem, p. 298. Ver A. DAHL, Robert. (1999): p. 84.

³⁵⁸ GILBERT, Pablo. (2012). *Is There a Human Right to Democracy? A Response to Cohen*. *Revista Latinoamericana de Filosofía Política*, p. 13. Citado em BRENNAN, Jason. (2016): p. 164.

³⁵⁹ GRIFFIN, Christopher. (2003). «Democracy as a Non-Instrumentally Just Procedure». *Journal of Political Philosophy*, p. 120. Citado em BRENNAN, Jason. (2016): p. 164.

³⁶⁰ ESTLUND, David. (2007). *Democracy Authority: A Philosophical Framework*. Princeton, Nova Jérсия: Princeton University Press, p. 37. Citado em BRENNAN, Jason. (2016): p. 164.

³⁶¹ SAUNDERS, Ben. (2010). «Increasing Turnout: A Compelling Case?» *Politics*, p. 72. Citado em BRENNAN, Jason. (2016): p. 298. Ou seja «o votante comum tem apenas poder infinitesimal».

³⁶² BRENNAN, Jason. (2016): p. 298. Para além desses dois regimes há um outro sistema epistocrático proposto por López-Guerra «credenciação aleatória». Segundo Brennan, «o sistema que propõe pretende criar os votantes mais competentes». Ibidem, p. 299. Ver LÓPEZ-GUERRA, Claudio. (2014). *Democracy and Disenfranchisement: The Morality of Election Exclusions*. Nova Iorque: Oxford University Press, p. 4-26. Ver, por exemplo, a objeção feita por Brennan sobre este sistema In BRENNAN, Jason. (2016): p. 299-300.

³⁶³ Ibidem, p. 300-301.

todavia, não pode nomear ninguém para cargos de governação³⁶⁴. Ou seja, tal como os juízes podem anular as condenações do júri incompetente ou malicioso, o conselho epistocrático também pode fazer o mesmo com uma decisão democrática³⁶⁵ tomada de forma incompetente. Brennan conclui que «uma democracia com um conselho epistocrático seria provavelmente mais estável que uma epistocracia completa»³⁶⁶.

Por conseguinte, a grande questão que se coloca é de saber se este sistema «é realmente democrático». Brennan argumenta que «o sufrágio com veto epistocrático [...] não é menos democrático que a supervisão judicial [...]. A maior parte dos democratas considera permissível investir alguns órgãos políticos do poder de vetar leis inconstitucionais»³⁶⁷. Assim sendo, poderemos concluir que se a «supervisão judicial» é «compatível com a democracia, pode defender-se que o veto epistocrático também é compatível com a democracia porque é análogo à supervisão judicial»³⁶⁸. Apenas é uma analogia para defender que se aquela for compatível com a democracia, também este o é³⁶⁹. Este sistema «proporciona uma verificação contra a irracionalidade e a incompetência democrática»³⁷⁰.

Em suma, é importante frisarmos que há uma incerteza sobre essas formas de epistocracia, e Brennan denomina-a de conservadorismo burkiano. O conservador burkiano pensa que experimentar as novas formas de governo é perigoso. Isto é, se tivermos em conta os acontecimentos após a Revolução Francesa³⁷¹. Mas o autor assinala que nos últimos «duzentos anos desde então, substituímos a maior parte das monarquias por democracias, e em geral tem sido para melhor. Algo semelhante pode aplicar-se à epistocracia»³⁷².

A democracia tal como a praticamos é injusta. Expomos pessoas inocentes a elevados graus de risco porque pomos o nosso destino nas mãos de decisores ignorantes, desinformados, irracionais, tendenciosos e por vezes imorais. A epistocracia pode ser capaz de resolver este

³⁶⁴ Cf. Ibidem, p. 301. Este «conselho epistocrático apenas pode vetar decisões más assim como leis e regulamentos feitos de modo incompetente». Ibidem, p. 302.

³⁶⁵ Cf. Ibidem, p. 301. «O sistema pode envolver apenas um conselho, por exemplo, ou múltiplos conselhos em diferentes níveis do governo [...]. Os conselhos podem requerer maioria simples ou maioria qualificada para anular decisão democrática». Idem., ibidem, p. 302.

³⁶⁶ Ibidem, p. 303-304.

³⁶⁷ Idem. «Também acham aceitável haver requisitos de competência para ocupar lugares em tribunais. O Supremo Tribunal dos EUA é uma espécie de conselho epistocrático». Idem.

³⁶⁸ Ibidem, p. 305.

³⁶⁹ Cf. Idem, ibidem, p. 306.

³⁷⁰ Ibidem, p. 307.

³⁷¹ Cf. Ibidem, p. 319.

³⁷² Idem.

problema. Se a epistocracia funcionar melhor, devíamos avançar com ela. Mas a epistocracia pode não funcionar melhor»³⁷³.

Vimos que a democracia com o sufrágio universal é moralmente objetável porque viola o princípio da competência. Também vimos que a epistocracia com qualquer de suas formas é moralmente objetável pelas diversas razões. Isso significa que, no mundo real, ambos os sistemas podem ser objetáveis e injustos³⁷⁴. Deste modo, poderemos concluir que «se for esse o caso, a moralidade pode exigir uma terceira alternativa de alocação de poder ou, caso não haja uma terceira alternativa viável ou defensável, a escolha do melhor dos dois sistemas»³⁷⁵. Ou seja, «se tivéssemos de escolher o menor de dois males, deveríamos escolher»³⁷⁶ a epistocracia. É muito provável que a epistocracia com qualquer uma das suas formas que expusemos nesta investigação seja uma alternativa para melhorar a democracia representativa.

2.4. A consequência da participação política em democracia

A participação política «nas democracias modernas é encarada como dever de cidadania, sinal de saúde pública e o melhor mecanismo para assegurar a salvaguarda dos interesses particulares»³⁷⁷ de todos os cidadãos. Segundo Brennan, parece que «os cidadãos não estão» atualmente «a assumir seriamente a responsabilidade da autogovernança»³⁷⁸. E diz-nos este autor, que esse «declínio no envolvimento político é um bom começo [...]». Devíamos desejar uma participação menor, não maior»³⁷⁹. Seria de facto um bom começo se

³⁷³ Ibidem, p. 320.

³⁷⁴ Cf. BRENNAN, Jason, p. 193. «Dessa forma, a democracia e a epistocracia estão no mesmo barco. Em suas formas ideais, elas não estariam sujeitas às objeções [...], mas em suas formas realistas elas estariam sujeitas a elas». Ibidem, p. 201.

³⁷⁵ Idem.

³⁷⁶ Ibidem, p. 193.

³⁷⁷ MARIA BELCHIOR, Ana, p. 61. «Estas teorias tiveram a sua génese nos séculos XVIII e XIX, em particular com Rousseau, Tocqueville e Stuart Mill». Idem. Todavia, Alain Touraine opõe-se a essa ideia, afirmando que os que cidadãos que «são guiados pelos seus interesses nem sempre defendem a sociedade democrática em que vivem». In TOURAINE, Alain. (1994): p. 27.

³⁷⁸ BRENNAN, Jason. (2016): p. 13. «A democracia dos Estados Unidos é mais inclusiva que nunca; há cada vez mais pessoas convidadas a assumir uma posição à mesa das negociações políticas. Contudo, cada vez menos respondem ao convite». Idem.

³⁷⁹ Idem. Na sua opinião, «o ideal seria que a política ocupasse apenas uma pequena parte da atenção de uma pessoa média [...] O melhor seria a maior parte das pessoas não se preocupar sequer com a política». Idem, ibidem, p. 14.

realmente a maior parte dos votantes for *hobbit* ou *hooligan*³⁸⁰, como diz o autor. Talvez isso fizesse com que a participação política não transformasse os *hobbits* em *hooligans*³⁸¹.

«Ninguém consegue ser um verdadeiro *vulcano*: todos os indivíduos são pelo menos um pouco tendenciosos. Infelizmente, muitos enquadram-se bastante bem nos moldes do *hobbit* e do *hooligan* [...]. Na política, padecemos do viés dentro do grupo fora do grupo [...] significa que somos *tribalistas*, na conotação mais negativa da palavra. Temos tendência para formar grupos e para nos identificarmos fortemente com eles [...]. O nosso compromisso com a nossa equipa pode sobrepor-se ao nosso compromisso com a verdade ou a moralidade»³⁸².

Nesse sentido, em vez da participação política nos enobrecer ou esclarecer como Stuart Mill pensava, ela tende a ter um efeito corruptor no nosso carácter moral e epistémico como dizia Schumpeter³⁸³. Brennan, fazendo referencia a politóloga Diana Mutz, afirma que «as preferências partidárias são o que motiva as pessoas a irem às urnas. Os indivíduos politicamente ativos tendem a ter fortes características de *hooligans*. [...] têm opiniões fortes, mas raramente falam com pessoas que têm opiniões diferentes e são incapazes de explicar a lógica por detrás de pontos de vista contrários»³⁸⁴.

Nas condições apresentadas, podemos concluir que como *hooligans*, é provável que a participação política tendesse a alterar³⁸⁵ a nossa amizade com os nossos concidadãos que não fazem parte do nosso grupo. Por isso, concordamos com Jean Bayle, quando afirma que: «os cidadãos de uma mesma nação encontram-se assim separados em compartimentos hermenêuticamente fechados, incapazes de se elevar acima dos interesses e da ideologia – diríamos da inteligência – do partido, à compreensão clara e desapaixonada do interesse geral; incapazes de intercomunicações, e ainda mais incapazes daquela comunhão de todos os cidadãos»³⁸⁶. Conforme Brennan, podemos afirmar que isso parece contradizer a crença

³⁸⁰ Cf. Ibidem, p. 17. Sobre este tema, veja-se os despectivos capítulos 1 a 3 desta obra.

³⁸¹ Cf. Ibidem, p. 18.

³⁸² Ibidem, pp. 17-62 e 63. Ver HAIDT, Jonathan. (2012). *The Righteous Mind: Why Good People Are Divided by Politics and Religion*. Nova Iorque, Pantheon; MARIA EMANUELLI MAGALHÃES, Nara. *O Povo Sabe Votar*, p. 49.

³⁸³ Cf. Ibidem, pp. 18-111. Ver MILL, Stuart. (1967): p. 203; B. Macpherson, C. (1977): p. 52; A. SCHUMPETER, Joseph. (1949). p. 213.

³⁸⁴ Ibidem, p. 65. Ver MUTZ, Diana. (2006). *Hearing the Other Side: Deliberative versus Participatory Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press. Para Brennan, «uma boa parte da explicação parece estar no tribalismo: as tribos estabeleceram as respostas e as pessoas expressam fidelidade à sua tribo adotando as suas crenças». Poder-se-á a dizer o mesmo dos votantes com «as preferências partidárias». Ibidem, p. 66.

³⁸⁵ Cf. Ibidem, p. 321.

³⁸⁶ BAYLE, Jean. *A Democracia Faliu?*, p. 73.

generalizada entre alguns *filósofos políticos* que «descrevem a política como uma esfera de amizade cooperante»³⁸⁷.

«A política do mundo real quase nunca é assim nem debates filosóficos. A política tende a fazer-nos odiar-nos uns aos outros, mesmo quando não devia. Tendemos a dividir os outros em tipos bons e maus. Tendemos a ver o debate político não como um conjunto de disputas razoáveis sobre como atingir melhor os nossos objetivos partilhados, mas sim como uma batalha entre as forças da luz e da escuridão [...]. O nosso tribalismo político transborda e corrompe o nosso comportamento fora da política»³⁸⁸.

Como votantes, não nos preocupamos com o nível de qualificação dos candidatos; apenas nos preocupamos com as suas orientações políticas³⁸⁹. De acordo com Jean Bayle, podemos afirmar que a experiência diária prova que uma esfera política nessa condição não é de amizade, mas sim das ambições, dos interesses, das invejas, das divergências e dos ódios individuais³⁹⁰. Brennan conclui que:

«Isto é comportamento irresponsável e corrupto. Mas é exatamente o tipo de comportamento que esperaríamos de *hooligans*. A política torna-nos piores. [...] a cabine de voto e o fórum democrático não punem os votantes por satisfazerem esses vieses. Uma vez que os votos individuais não interessam e odiar outras pessoas é divertido, os votantes têm todos os incentivos para votar de modos que expressem os seus vieses tribais»³⁹¹.

Realmente, as coisas podiam ser bem pior, todavia, não são. Isto porque há alguns cidadãos que se envolvem em disputas políticas de uma forma honesta, de boa-fé, sobre como alcançar a partilha de certos valores morais³⁹². Para Brennan, «devíamos ser capazes de manter tais disputas sem nos vermos uns aos outros como inimigos»³⁹³. Com efeito, não é isso que acontece. Em vez de entrarmos apenas em desacordos razoáveis em matéria da política, tendemos a entrar em disputas políticas maldosas³⁹⁴. «Tudo isso considerado, isso pesa a favor de nos alhearmos da política»³⁹⁵. Caso contrário, diz-nos o autor de *Contra a*

³⁸⁷ Idem. Ver SCHWARZENBACH, Sibyl A. (1996). On Civic Friendship. *Ethics*.

³⁸⁸ Ibidem, p. 322.

³⁸⁹ Ibidem, p. 323.

³⁹⁰ BAYLE, Jean. *A Democracia Falha?*, pp. 75-76.

³⁹¹ BRENNAN, Jason. (2016): pp. 324-325

³⁹² Idem.

³⁹³ Idem, ibidem, p. 326.

³⁹⁴ Cf. Idem.

³⁹⁵ Idem. Ver A. DAHL, Robert. (1999): p. 92.

Democracia, a política tenderá a pôr-nos genuinamente em relações de oposição uns aos outros. Tornar-nos-á inimigos genuínos uns dos outros³⁹⁶.

Vimos que a maior parte dos votantes democráticos é *hobbit* e *hooligan*. Talvez seja por isso que a participação política tenda a tornar-nos inimigos de todos contra todos³⁹⁷. «Nas democracias modernas, em vez de uma cabeça reinante incompetente, temos um rei incompetente com muitas cabeças»³⁹⁸. Ora, mostrámos que não existem bons fundamentos procedimentais para preferir a democracia à epistocracia. Admitimos que é possível, ainda que de forma teórica, substituir a democracia com o sufrágio universal por uma das formas de epistocracia³⁹⁹. Por este motivo, só nos resta concluir que, em vez de insistirmos que todos os *hobbits* e os *hooligans* votem, devíamos corrigir essas injustiças reais que estão subjacentes nas democracias contemporâneas, dando àqueles que mais sabem a representatividade que talvez só o sistema epistocrático lhes concede. Talvez, assim, estivéssemos a tratar da doença e não dos sintomas dos regimes democráticos⁴⁰⁰.

³⁹⁶ Cf. Idem. No se entender, «a política tornar-nos [...] inimigos situacionais. A política é jogo de soma zero com ganhadores e perdedores». Ibidem, p. 327. Sobre isso, veja-se Idem, ibidem, pp. 328-334.

³⁹⁷ Cf. Ibidem, pp. 334-336. «As decisões políticas levam ao conflito real». Ibidem, p. 335. Ver HOBBS, Thomas, *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil* trad. de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, Lisboa, Série Universitária-Clássicos de Filosofia, edit. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 3ª edição, 2004.

³⁹⁸ Ibidem, p. 337.

³⁹⁹ Cf. Ibidem, p. 201.

⁴⁰⁰ Cf. Ibidem, p. 317.

CONCLUSÃO

Ao iniciarmos este trabalho, tínhamos como objetivo principal analisar, de uma forma realista, a democracia representativa com sufrágio universal, desde o seu aparecimento no século XIX. Como se viu, esta análise foi empreendida em torno de duas perguntas que nos têm preocupado enquanto estudante de filosofia política.

Demonstrámos que, «nas atuais democracias liberais, o privilégio universal veio por estágios, iniciando-se com um requisito restritivo de propriedade, movendo-se em velocidades diferentes em países diferentes até o sufrágio masculino, e finalmente o voto feminino»⁴⁰¹, na viragem do século XIX para o século XX⁴⁰². Os *três modelos de democracia liberal* que abordámos teorizam e justificam a aceitação do sufrágio universal, contudo, mostrámos que carecem de fundamentos suficientemente sólidos que permitem sustentar que para o bom funcionamento da democracia representativa seja necessário atribuir o direito de voto a cada pessoa, ou que a participação política de todos os cidadãos seja necessária.

Ainda observámos que os defensores do primeiro modelo, Bentham e James Mill, defenderam o sufrágio universal no sentido de que só com a participação política de todos os cidadãos é que os interesses privados de cada cidadão estariam protegidos. Para eles, a participação política tem apenas a função protetora dos interesses dos que têm o direito ao voto⁴⁰³. Não obstante, podemos concluir que este modelo atribui a participação política uma função irreal. Como diz Brennan: «o valor do direito a votar consiste em alguma coisa [outra que não o seu valor instrumental]»⁴⁰⁴. Segundo Steven S. Gouveia, porque para

«além do problema da ignorância política, [...]. Devemos perceber como é que as pessoas votam de fato. Estudos empíricos apontam que, ao contrário da crença comum, os votantes não votam no próprio interesse, isto é, não votam egoisticamente. Antes, votam naquilo que percecionam como sendo o interesse nacional [...]. Um cidadão quando vota fá-lo não em si, [...] aquilo que é percecionado por cada cidadão como interesse nacional é baseado em má informação, profundamente influenciada por crenças superficiais que não tomam em conta os fatos e evidências apresentados pelos cientistas sociais e políticos»⁴⁰⁵.

⁴⁰¹ B. MACPHERSON, C. (1977): p. 29.

⁴⁰² GRAÇA FEIJÓ, Rui. *Democracia*, p. 45.

⁴⁰³ PATEMAN, Carole. (1970): p. 32. Isso explica o porquê do princípio de *cada cidadão, um voto*.

⁴⁰⁴ BRENNAN, Jason. (2016): p. 111.

⁴⁰⁵ S. GOUVEIA, Steven, pp. 366-367. «O valor a votar é uma metáfora da igualdade». Idem.

Também constatamos que Stuart Mill, não só se manteve fiel à visão protetora da participação política defendida pelos seus mentores, como ainda via a participação política como forma de desenvolvimento pessoal⁴⁰⁶. Não obstante, concluiu-se que o modelo desenvolvimentista defendido por Stuart Mill é completamente irrealista⁴⁰⁷. É irrealista na medida em que a participação política em vez de produzir o conhecimento como Stuart Mill esperava, segundo Brennan, muitas das vezes, tende a produzir um efeito corruptor no caráter moral e epistémico dos votantes democráticos⁴⁰⁸.

Pelo contrário, «os teóricos do equilíbrio ofereciam ao invés uma exposição da democracia como uma concorrência entre elites, competição essa que produz equilíbrio sem muita participação popular»⁴⁰⁹. Schumpeter conclui que a participação política popular consiste apenas em decidir sobre quem será o seu líder. Em vez da definição clássica de democracia como governo do povo, temos um governo aprovado pelo povo⁴¹⁰. Mas ao tentar defender o sufrágio universal neste sentido, estaríamos a ter em conta quão os votantes democráticos são ignorantes, irracionais e desinformados⁴¹¹ no que diz respeito à escolha de quem será o seu líder.

Por fim, verificamos que as razões que foram invocadas pelos teóricos de democracia liberal para restringir o sufrágio universal são questionáveis. No entanto, mostramos, no segundo capítulo deste trabalho, que talvez o sufrágio restrito seja defensável com base no princípio da competência política. Mas, sendo a epistocracia uma mera proposta para melhorar a democracia representativa, não podemos concluir *a priori* que qualquer uma das suas formas garantiria a melhor escolha dos governantes. Apenas dissemos que não existem bons fundamentos procedimentais para preferir a supremacia da democracia face à epistocracia. Talvez não seja uma má ideia substituir a democracia com sufrágio universal por certas formas de epistocracia⁴¹². Ficou claro, portanto, que a nossa conclusão não podia ser outra senão uma conclusão condicional: «se qualquer forma de epistocracia, com as suas falhas realistas, revelar melhor desempenho do que a democracia, devemos pôr em prática a

⁴⁰⁶ Cf. PATEMAN, Carole. (1970): pp. 42-32 e 28.

⁴⁰⁷ Cf. B. MACPHERSON, C. (1977): p. 28.

⁴⁰⁸ BRENNAN, Jason. (2016): p. 111.

⁴⁰⁹ B. MACPHERSON, C. (1977): p. 28.

⁴¹⁰ Cf. A. SCHUMPETER, Joseph. (1949): pp. 326-296.

⁴¹¹ Cf. BRENNAN, Jason. (2016): p. 241.

⁴¹² Cf. Ibidem, p. 201.

epistocracia em vez da democracia»⁴¹³. Com a formulação de Brennan assumimos como o nosso critério de desempenho: «Qual é o melhor martelo, a democracia ou a epistocracia?»⁴¹⁴.

⁴¹³ Ibidem, p. 31.

⁴¹⁴ Ibidem, p. 28.

BIBLIOGRAFIA

1. FONTES

ARISTÓTELES. *Política*, 1ª edição, tradução de António Campelo e Carlos de Carvalho Gomes, Bilingue, Lisboa, 1998.

A. SCHUMPETER, Joseph. (1949). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Tradução de Ruy Jungmann, Fundo de Cultura, 1961.

A. DAHL, Robert. (1989). *A democracia e seus críticos*, 1ª edição, Tradução de Patrícia de Freitas Ribeiro, Editora WMF Martins Fontes, São-Paulo, 2012, pp. 1-491.

---, (1999). *Democracia*, 1.ª edição, Tradução de Teresa Braga, Temas e Debates, Lisboa, 2000.

BRENNAN, Jason. (2016). *Contra a Democracia*, 1ª edição, tradução de Elisabete Lucas, Gradiva, Lisboa, 2017, pp. 7-339.

---, (2014). *Capitalismo, Porque Não?* Tradução de Elisabete Lucas, Gradiva, Lisboa, 2016.

---, *O Direito a um Eleitorado Competente*, Investigação Filosófica: vol. E4, Tradução de Aluísio Couto, 2016.

B. MACPHERSON, C. (1977). *A Democracia Liberal: Origens e Evolução*, Tradução de Nathanael C. Caixeiro, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.

BOTTOMORE, T. B. (1964). *As Elites e a Sociedade*, segunda edição, Tradução de Otávio Guilherme C. A. Velho, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1974.

---, (1965). *As Classes na Sociedade Moderna*, segunda edição, Tradução de Fanny Tabak, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.

BOBBIO, Norberto. (1999). *Teoria Geral da Política: A Filosofia e as Lições dos Clássicos*, 10ª Tiragem, Tradução de Daniela Beccaccia Versiani, Elsevier Editora, Rio de Janeiro, 2000, pp. 66-441.

---, (1984). *O Futuro da Democracia*, Tradução de Marco Aurélio Nogueira, Editora Paz e Terra, São Paulo, 2004.

CONSTANT, Benjamin. *A Liberdade dos Antigos Comparada a dos Modernos*, Tradução de António Araújo, Bookbuilders, Silveira, 2016.

DOWNS, Anthony, *An economic theory of democracy*, Nova York, Harper & Row Publishers, 1987.

ESTLUND, David (2003), *Why Not Epistocracy*, in *Desire, Identity, and Existence: Essays in Honor of T. M. Penner*, edited by Naomi Rshotko, 55-69, New York: Academic Printing and Publishing.

ESTLUND, David. (2008). *Democratic Authority*, Princeton University Press.

FUKUYAMA, Francis. (2014). *Ordem Política e Decadência Política, Da Revolução Industrial à globalização da Democracia*, 1ª edição, tradução de Miguel Mata, D. Quixote, Alfragide-Portugal, 2015, p.545-582.

HOBBS, Thomas, *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*, 3ª edição, Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, Lisboa, Série Universitária-Clássicos de Filosofia, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

KELSEN, Hans. (1955). *A Democracia*, 2ª edição, Tradução de Jefferson Luiz Camargo e Marcelo Brandão Cipolla, Livraria Martins Fontes Editora, São Paulo-Brasil, 2000.

---, *O Problema do Parlamentarismo in Representação Política: Textos Clássicos*, Tradução de João Tiago Proença, Livros Horizonte, 2009, Lisboa, pp. 16-169.

LOCKE, John, *Segundo Tratado do Governo*, 3ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Coimbra, 2007.

LÓPEZ-GUERRA, Claudio. (2014). *Democracy and Disenfranchisement: The Morality of Election Exclusions*. Nova Iorque: Oxford University Press.

M. ESTLUND, David. (2008). *Democracy Authority. A Philosophical Framework*. Princeton University Press, Nueva Jersey, pp. 118-125.

MILL, Stuart. *O Governo Representativo*, Tradução de José Fernandes, Editora Arcádia, Viseu, 1967.

---, (1975). *Sobre a Liberdade*, 1ª edição, tradução de Pedro Madeira, edições 70, Lisboa, 2006, p. 27-48.

---, *A Sujeição das Mulheres*, tradução de Benedita Bettencourt, Almedina, Coimbra, 2006.

MICHELS, Robert. (1989). *Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna*, 1.ª edição, Tradução de José M. Justo, Antígona, Lisboa, 2001.

PLATÃO. (1949). *A República*, 13.ª edição, Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2012.

POPPER, Karl. (1966). *A Sociedade Aberta e os seus Inimigos*, Edições 70, Tradução de Miguel Freitas da Costa, Lisboa, 2015.

ROMANELLI, Raffaele. *Duplo Movimento: Ensaios de História*, Tradução de Rui Miguel C. Branco e Susana Serras Pereira, Livros Horizontes, 2008.

ROUSSEAU, Jean Jacques. (1977). *O Contrato Social*, tradução de Manuel João Pires, Temas & Debates, Lisboa, 2009.

SARTORI, Giovanni. *Elementos de teoria política*, Tradução de M.^a Luz Morán, Alianza Editorial, Madrid, 1992.

WEBER, Max. (1946). *Ensaio de Sociologia*, 4^a Edição, Tradução de Waltensir Dutra, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979.

2. ESTUDOS

ARBLASTER, Anthony. *a democracia*, Tradução de M. F. Gonçalves de Azevedo, Editorial Estampa, Lisboa, 1988

A.A.V.V., *O Futuro da Representação Política Democrática*, 1^a edição, Editor: Assírio Bacelar, Lisboa, 2015, p.15-197.

A.A.V.V., *Representação Política: Textos Clássicos*, Tradução de João Tiago Proença, Livros Horizonte, 2009, Lisboa, p. 16-169.

BAYLE, Jean. *A Democracia Falha?* Lisboa, 1949.

CAPLAN, B. (2007). *The Myth of the Rational Voter*, Princeton: Princeton University Press.

CARLOS DOORGAL DE ANDRADA, António. *Política ainda possível?*, Editora Del Rey Lida, Belo Horizonte - Brasil, 2009.

COLEN, José. *Voto, governos e mercados: Uma introdução à Public Choice*, Moinho Velho, Lisboa.

COTTA, Maurizio. *Democracia, Partidos e Elites Políticas*, Tradução de João Pedro Ruivo e Rita Garnel, Livros Horizontes, Lisboa, 2008.

DA CONCEIÇÃO PEQUITO TEIXEIRA, Maria. *Robert Michels: A teoria e a Política da Democracia*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2000.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. *Reinventar a Democracia*, 1.^a edição, Gradiva, Lisboa, 1998.

DO ESPÍRITO SANTO, Paula. *Sociologia Política e Eleitoral: Modelos e Explicações de Voto*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas: Universidade Técnica de Lisboa, 2006.

FERRO, Mário e TAVARES, Manuel. *Análise das obras de Górgias e Fédon de Platão*, 1^a, 2^a e 3^a edição, Editorial Presença, Lisboa, 2001.

GRAÇA FEIJÓ, Rui. *Democracia: Linhagens & Configurações de um Conceito Impuro*, Edições Afrontamento, Porto, 2017.

- GODOY, Guilherme; JOÃO INÁCIO, Maria e S. GOUVEIA, Steven. *Pensar a Democracia*, 1ª edição, Editores e Contribuintes, Charleston-USA, 2017, pp. 299-381.
- HAIDT, Jonathan. (2012). *The Righteous Mind: Why Good People Are Divided by Politics and Religion*. Nova Iorque, Pantheon.
- HENRIQUES, Mendo Castro, *John Locke e a génese das ideologias modernas*, In John Locke nos 300 anos da sua morte, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2009.
- KEANE, John. (2008). *Vida e Morte da Democracia*, Tradução de Nuno Castello-Branco Bastos, Edições 70, Lisboa, 2009, pp.185-875.
- HIGLEY, John. (ver ano). *Elites e Democracia*, Tradução de Rui branco e Susana Serras Pereira, livros Horizontes, Lisboa, 2010.
- LANDEMORE, Hélène. (2012). *Democratic Reason: Politics, Collective Intelligence, and the Rule of the Many*. Princeton, nova Jérícia: University Press.
- LEIBHOLZ, Gerhard. *O pensamento democrático com princípio estruturador na vida dos povos europeus*, Atlântida Editora, Coimbra, 1974.
- LIJPHART, Arend. (1984). *As Democracias Contemporâneas*, 1.ª edição, tradução de Alexandre Correia e Francisca Bagio, Gradiva, Lisboa, 1989, pp. 39-255.
- MACKIE, Gerry. (2010). *Why It's Rational Vote*, University of Califórnia, San Diego, Unpublished manuscript.
- MANIN, Bernard, Elly Stein e Jane Mansbridge. (1987). «On Legitimacy and political Deliberation». *Political Theory* 15: 333-68.
- MARIA EMANUELLI MAGALHÃES, Nara. *O Povo Sabe Votar: Uma visão antropológica*, Editora Unijuí, Brasil, 1998, pp. 43-57.
- MARIA BELCHIOR, Ana. *Democracia e Representação Partidária: a elite parlamentar e os cidadãos*, 1.ª edição, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2010, pp. 27-295.
- MARQUES BESSA, António. *A Arte de Governar*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1996, pp. 114-123.
- , *Quem Governa?: Uma Análise Histórica-Política do Tema da Elite*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Amadora, 1993.
- MEIRINHO MARTINS, Manuel. *Participação Política e Democracia – O Caso Português (1976-2000)*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2004, pp. 143-397
- , *Representação Política, Eleições e Sistemas Eleitorais*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2008, p. 19-173.
- MUTZ, Diana. (2006). *Hearing the Other Side: Deliberative versus Participatory Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.

- PARKIN, Frank. (1982). *Max Weber*, Tradução de Paulo Pedroso, Celta Editora, Oeiras, 1996, pp. 58-88.
- PATEMAN, Carole. (1970). *Participação e Teoria Democrática*, Tradução de Luiz Paulo Ruanet, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992, pp. 9-147.
- RODRIGUES BALÃO, Sandra. *A Fórmula de Poder: Elite, Partidos, Democracia e Corrupção Política no Pensamento de Moisei Ostrogorski*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2001.
- ROMANELLI, Raffaele. *Duplo Movimento: Ensaios de História*, Tradução de Rui Miguel C. Branco e Susana Serras Pereira, Livros Horizontes, 2008.
- S. GOUVEIA, Steven, *A Ignorância e Injustiça da Democracia*, In GODOY, Guilherme; JOÃO INÁCIO, Maria e S. GOUVEIA, Steven. *Pensar a Democracia*, 1ª edição, Editores e Contribuintes, Charleston-USA, 2017, pp. 357-383.
- SARAIVA, Mário. *Os Pilares da Democracia*, Livraria clássica Editora, Lisboa, 1949.
- SCHWITZGEBEL, E. e J. Rust. (2010). *Do Ethicists and Political Philosophers Vote More Often than Other Professors?*, Review of Philosophy and Psychology, 1: 189-199.
- SOMIN, I. (2013). *Democracy and Political Ignorance*, Stanford: Stanford University Press
- TAVARES DA SILVA, Ricardo. A Democracia e Meritocracia, In GODOY, Guilherme; JOÃO INÁCIO, Maria e S. GOUVEIA, Steven. *Pensar a Democracia*, 1ª edição, Editores e Contribuintes, Charleston-USA, 2017, pp. 299-314.
- TOURAINÉ, Alain. (1994). *O que é a Democracia*, tradução de Fernando Tomaz, Instituto Piaget, Lisboa.
- WOLFF, Jonathan. (1996). *Introdução à Filosofia Política*, 2ª edição, Tradução de Maria de Fátima St. Aubyn Gradiva, Lisboa, 2011.

3. WEBGRAFIA

- BRENNAN, Jason. *Do mesmo modo que não queremos os bêbados a conduzir, também não queremos os ignorantes a votar*, Entrevistas Visão 1282, 08 de Outubro de 2017. Acedido a 14/02/2018. In <http://visao.sapo.pt/atualidade/entrevistas-visao/2017-10-08-Do-mesmo-modo-que-nao-queremos-os-bebados-a-conduzir-tambem-nao-queremos-os-ignorantes--a-votar>
- , *Decisão política deveria vir dos que têm conhecimento*, Folha de S. Paulo, 07 de Novembro de 2016. Acedido a 14/02/2018. In

<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/11/1829957-decisao-politica-deveria-vir-dos-que-tem-conhecimento-diz-filosofo.shtml>

---, *A ética e a racionalidade do ato de votar*, Trad. De Aluísio Couto, 01 de Outubro de 2016. Acedido 14/02/2018. In <http://criticanarede.com/tevot.html>

SERRA, Pedro. *Contra a Democracia*, 26 de Agosto de 2017. Acedido a 14/02/2018. In <https://desumidificador.blogs.sapo.pt/contra-a-democracia-27163>.